

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DEPARTAMENTO DE
HISTÓRIA *CAMPUS FRANCA***

MARIANE CERRI

**A BIOGRAFIA DO IMPERADOR CÔMODO NA *HISTÓRIA
AUGUSTA* COMO UMA CRÍTICA AO DOMINATO (séc. IV d.C.)**

FRANCA

2020

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DEPARTAMENTO DE
HISTÓRIA *CAMPUS FRANCA***

MARIANE CERRI

**A BIOGRAFIA DO IMPERADOR CÔMODO NA *HISTÓRIA
AUGUSTA* COMO UMA CRÍTICA AO REGIME DE DOMINATO
(séc. IV d.C.)**

**Dissertação de Mestrado apresentado ao Exame de Seleção do Programa de
Pós- Graduação em História, sob a orientação da Profa. Dra. Margarida
Maria de Carvalho (Departamento de História, Programa de Pós-
graduação em História – UNESP, Campus Franca).**

**Orientanda: Mariane Cerri – Graduada do Curso de História da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- UNESP- Campus de Franca.**

FRANCA

2020

C417b Cerri, Mariane
A Biografia do Imperador Cômodo na História Augusta como crítica ao Dominato (séc. IV d.C.) / Mariane Cerri. -- Franca, 2020
137 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Margarida Maria de Carvalho

1. Antiguidade Tardia. 2. História Augusta. 3. Imperador Cômodo. 4. Dominato. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MARIANE CERRI

**A BIOGRAFIA DO IMPERADOR CÔMODO NA HISTÓRIA AUGUSTA COMO CRÍTICA
AO DOMINATO (SÉC. IV D.C.)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – Unesp/Franca, como pré-requisito para a
obtenção do título de Mestre em História.**

Linha de pesquisa: História e Cultura Política.

Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho - UNESP/Franca

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____

Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho (Unesp/Franca)

Membro Titular: _____

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia – UFRJ

Membro Titular: _____

Prof.^a Dr.^a Janira Feliciano Pohlmann - UNESP/Franca

Membro Suplente: _____

Prof.^a Dr.^a Helena Amália Papa – UNIMONTES

Membro Suplente: _____

Prof.^a Dr.^a Natália Frazão José - UNESP/Franca

Franca, 12 de novembro de 2020.

Dedico essa dissertação a três mulheres: Josefina, Darci e Ana Maria.

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos concedendo meu reconhecimento à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Orgulho-me por ter pertencido a essa universidade pública, gratuita e de qualidade; que ela permaneça assim.

Ao longo destes quase três anos de mestrado, muitos foram os auxílios, sugestões e ideias recebidas para que essa dissertação pudesse ser realizada. Desta forma, aponto o nome dessas pessoas para que, com isso, possa demonstrar minha eterna gratidão.

Agradeço à minha orientadora, Profa Dra Margarida Maria de Carvalho (UNESP/Franca), que me acompanha desde a graduação. Querida Margô, sem você nada disso seria possível. Sou-lhe grata não apenas por ter sido a minha guia no mundo acadêmico, mas também por me passar segurança e coragem, me fazendo acreditar que chegaríamos até aqui todas as vezes que eu, sobrecarregada com meu trabalho na escola, duvidei. Obrigada por sua sensibilidade, compreensão e motivação.

Devo meu muito obrigada às Profa. Dra Natália Frazão José e Profa. Dra Janira F. Pohlmann, que estiveram presentes na minha banca de qualificação de Mestrado. Agradeço pelas leituras cuidadosas, pelas sugestões e pelas críticas gentilmente feitas e que foram essenciais no aprimoramento dessa pesquisa. Reconheço, também, meus professores da pós-graduação UNESP/Franca por todo o aprendizado que possibilitaram.

Meus sinceros agradecimentos ao Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (GLEIR) da UNESP/Franca e suas pesquisadoras talentosas e competentes: Janira, Natália, Barbara, Larissa, Letícia, Monique, Isabela C., Isabela P., Thaís. Um agradecimento especial à Eduarda, que é puro amor e generosidade. Nossa trajetória foi repleta de companheirismo, trabalho, congressos e muitos *coffe breaks*. Obrigada por todas as risadas.

Aproveito aqui para manifestar meus agradecimentos à Secretaria da Educação Municipal de Araras, pelo suporte durante esse processo, e ao pessoal da EMEIEF Ivan Inácio de O. Zurita, onde tive a sorte de estar cercada por colegas incríveis. Agradeço à Mônica, pelas conversas e por cuidar de mim diversas vezes. Agradidão, também, à turminha do fundão: Pâmela, Paulo, Bruno e Felipe. Por fim e não menos importante, aos PEB II da Tarde, Daniela, Cynthia e a sábia Maria Fernanda, sempre tão doce e amável. Como professora de escola pública, espero poder retribuir a todas trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que, através da sua força de trabalho, financiaram minha formação desde a graduação. Almejo contribuir para que, no futuro, todas e todos possam ter acesso irrestrito e incondicional a todos os níveis educacionais em instituições públicas, gratuitas e de qualidade.

Direciono, agora, minha gratidão à minha família. Serei eternamente grata à minha mãe, Darci, que desde sempre move céus e terras por nós. Agradeço por todos os quilômetros que ela dirigiu semanalmente até Franca e pela marmita que eu comia no caminho. Você fez o impossível ser possível, mãezinha, e agora suas duas bebês inesperadas são Mestres! Ao meu pai, Daniel, um mecânico apaixonado e grande apreciador da História, obrigada por nunca deixar nos faltar nada e por ter possibilitado que nós estudássemos fora. Se cheguei onde estou, devo boa parte a eles.

A maioria das pessoas nascem sozinhas, mas eu não. Nasci com minha grande amiga e irmã gêmea Monique. Unidas desde a barriga da nossa mãe, você foi a minha companheira durante a infância, a adolescência, a graduação e, durante o mestrado, não foi diferente. Obrigada pela força com todos os papéis, por ser minha dupla nos seminários e por estar literalmente ao meu lado me motivando durante a conclusão desse trabalho. Assim, agradeço também ao meu cunhado preferido, Carlos, pela torcida, pelo companheirismo, pelas formatações e por recuperar todas as páginas que eu perdi – você me salvou duas vezes!

Minha gratidão ao Paulo Henrique, meu lindo, que esteve presente em todos os momentos, sempre disposto a me ajudar no que fosse preciso. O ariano mais gente boa que eu conheço, topa qualquer aventura. Ele me fez rir e me amparou nos momentos de cansaço e desânimo. Você tem meu coração. Aproveito e agradeço à sua família pelas conversas e pela torcida.

Meu muitíssimo obrigada aos meus queridos primos, evidencio a Maria Fernanda, a Maria Beatriz e o Benedito, por toda torcida, dicas, conselhos e incentivos. Nossos laços vão além do sangue e vocês podem contar comigo para qualquer coisa em qualquer lugar do mundo. Agradeço, igualmente, às minhas tias, Dani e Dora, pelas lindas mulheres guerreiras que são. A gana que vocês possuem são inspiração para mim.

Reverencio toda a família Cerri, por contribuírem na minha formação como pessoa. Em especial, agradeço à minha avó Juracy e ao meu avô José Fernando; vocês fazem parte de mim e da minha trajetória, obrigada.

Encaminho para o fim, declarando eterna gratidão à minha amada prima Ana Maria, uma grande pesquisadora, por ter sido a minha luz no fim do túnel e pelo apoio fundamental. Sua garra honra nossos antepassados e nossa família. Termino, assim, agradecendo à minha vó Josefina pela força incomparável que possui. Ela que venceu a fome e a seca do nordeste, a falta de estudos, o marido ruim, uma parada cardíaca, o câncer e a Covid-19. Segue alegre e conselheira. Você é minha grande inspiração, vózinha.

1. TÍTULO

A biografia do Imperador Cômodo na *História Augusta* como uma crítica ao Dominato
(séc. IV d.C)

2. RESUMO

No contexto da Antiguidade Tardia, compreendida entre meados do século III d.C. e início do século VII d.C., observamos o poder imperial romano ressaltando o momento histórico do IV século d.C., que se apresenta em meio a uma transição de elementos culturais, religiosos, políticos, econômicos e sociais. Momento em que novas reflexões sobre as atitudes do imperador e sua cultura serão refletidas. Assim destacamos a *História Augusta*, que segundo acreditamos teria sido elaborada nesse contexto. Trata-se uma documentação bastante controversa e polêmica, que possui classificação do *corpus*, datação e autoria em aberto e em plena discussão entre os especialistas. Ao longo da análise de nossa documentação textual, constatamos a existência de inquietantes particularidades de caráter atribuídas ao Imperador Cômodo que, a nosso ver, se articula ao péssimo relacionamento que o este possuía com o Senado romano, que sentiu sofrer uma redução de espaço na política frente ao poder que o imperador agora possuía durante o *Dominato*. Em razão disso, buscamos demonstrar que o autor, ou autores, da *História Augusta*, mais especificamente aquele que redigiu a *Vida* do Imperador Cômodo, fazia parte do Senado e desejava realizar uma crítica ao Poder Imperial sob o *Dominato*, através da construção dessa biografia.

3. PALAVRAS-CHAVE

Antiguidade Tardia, História Augusta, Imperador Cômodo, Dominato

TITLE

The biography of Emperor Commodus in *Historia Augusta* as a criticism to Dominate (IV century AD)

ABSTRACT

In the context of the Late Antiquity, that comprehended the period between mid-century III AD and the beginning of the VII century AD, we observe the Roman Imperial Power standing out the historical moment of the IV century AD, which presents itself through a transition of cultural, religious, political, economic and social elements. Also, in this period, new reflections on the emperor's attitudes and culture will be reflected. Thus, we highlight the *Historia Augusta*, which we believe it would had been elaborated in this context. It is a very controversial and polemical documentation, which has *corpus* classification, chronological dating and authorship open and in full discussion among the scholars. Throughout the analysis of our textual documentation, we verified the existence of disturbing particularities of character attributed to Emperor Commodus which, as we understand, it articulates with the bad relationship this emperor had with the Roman Senate, that suffered a space reduction in politics before the power that the Emperor had during *Dominate*. As a result, we intend to demonstrate that the author, or authors, of *Historia Augusta*, more specifically the one who wrote the *Vita* of Emperor Commodus, had been part of the Senate and had wanted to make a criticism to the Imperial Power under the *Dominate* through the construction of this biography.

KEYWORDS:

Late Antiquity, *Historia Augusta*, Emperor Commodus, Dominate

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – A HISTÓRIA <i>AUGUSTA</i> E A HISTÓRIOGRAFIA	22
1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	22
1.2 A ESCRITA BIOGRÁFICA NA ANTIGUIDADE.....	22
1.3 A HISTÓRIA <i>AUGUSTA</i>	29
1.4 DATAÇÃO.....	33
1.4.1 SÉCULOS XVII E XVIII	34
1.4.2 SÉCULO XIX	34
1.4.2.1 HERMANN DESSAU	34
1.4.2.2 THEODOR MOMMSEN.....	35
1.4.2.3 ELIMAR KLEBS.....	36
1.4.3 SÉCULO XX	37
1.4.3.1 NORMAN H. BAYNES	37
1.4.3.2 HENRI STERN.....	37
1.4.3.3 ARNALDO MOMIGLIANO.....	38
1.4.3.4 ANDRÉ CHASTAGNOL	39
1.4.3.5 ANTHONY BIRLEY.....	39
1.4.3.6 RONALD SYME	40
1.4.3.7 JACQUES SCHWARTZ	41
1.4.4 SÉCULO XXI.....	41
1.5 SEIS ROTEIRISTAS OU AUTOR ÚNICO?	43
1.6 VIDAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS.....	47
1.7 VALOR HISTÓRICO.....	50
1.8 PROPÓSITO DA HISTÓRIA <i>AUGUSTA</i>	52
CAPÍTULO II– O REGIME DE DOMINATO	55
2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	55
2.2 ATRIBUIÇÕES ENTRE O FINAL DO SÉCULO III d.C. E O INÍCIO DO SÉCULO IV d.C.	55
2.3 O <i>DOMINATO</i> EM QUESTÃO.....	70
2.3.1 O PODER IMPERIAL NO SÉCULO IV D.C. E SUAS PRERROGATIVAS.....	76
2.3.2 A COMBINAÇÃO DO PODER IMPERIAL COM O SENADO DO SÉCULO IV D.C	80
3 CÔMODO, O IMPERADOR GLADIADOR	86
3.1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	86
3.2 JUVENTUDE E ASCENSÃO AO PODER (161-180 d.C.).....	87
3.3 CÔMODO SEGUNDO AUTORES ANTIGOS	95

3.4 CÔMODO GOVERNA SOZINHO (180-192 d.C.)	99
3.5 CÔMODO, O GLADIADOR	105
3.6 O ASSASSINATO DO IMPERADOR CÔMODO (192 d.C.).....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
9. BIBLIOGRAFIA.....	126

Índice de Imagens

Figura 1: Capa do manuscrito Historia Augusta, 1698	24
Figura 2: A Muralha de Antonino e a Muralha de Adriano	49
Figura 3: Império Romano à época de Diocleciano	57
Figura 4: Pórfiro dos Tetrarcas	59
Figura 5: Diocleciano e os tetrarcas	60
Figura 6: Moeda do Império Romano, Império de Diocleciano	70
Figura 7: Faustina_ a jovem e seus filhos gêmeos.	84
Figura 8: Busto de Cômodo	86
Figura 9: Cômodo como co-Augusto sob Marco Aurélio	88
Figura 10: Imperador Cômodo adulto	94
Figura 11: O imperador Cômodo saindo da arena.....	106
Figura 12: Pormenor da representação de Cômodo	107
Figura 13: Pormenor da representação de Cômodo	107
Figura 14: Cômodo como Hércules.	110
Figura 15: <i>Damnatio memoriae</i> do imperador Cômodo	115

Índice de Tabelas

Tabela 1: Tabela com o percentual de possíveis fatos históricos confiáveis na História Augusta	42
Tabela 2: Tetrarquia Romana – séculos III e IV d.C.....	63

INTRODUÇÃO

O Império Romano teve uma longa duração e desde sua formação foi marcado por negociações e anexações de territórios, o que fez com que ele integrasse um mosaico de povos muitas vezes diferentes entre si, com línguas, tradições, costumes e religiões distintos. Assim, não devemos imaginar esse Império como um espaço homogêneo, mas como uma estrutura complexa, articulada por redes de poder pessoal que uniam as várias cidades, de modo que tais povos se identificavam na política e na figura do Imperador. Portanto, a história do Império é em grande parte do processo de construção de uma identidade, jamais completamente alcançada, que dava sustentação e legitimidade sob o manto púrpura do poder imperial (BOBBIO, 1992, p. 330)

Ao mesmo tempo em que o culto ao imperador deixa de ser o fulcro simbólico da identidade do Império, o próprio imperador torna-se senhor do culto. Longe de ver sua autoridade diminuída, associa-se a uma potência religiosa superior, onisciente, todo-poderosa e única, da qual é o verdadeiro e solitário representante sobre o *orbis terrarum*. O poder imperial não cede diante do avanço do cristianismo, mas o instrumentaliza para sacralizar a si próprio, recriando a unidade imperial sobre novas bases, reconstruindo uma identidade, ameaçada por todos os lados, que se reforça por seu caráter sagrado e se torna cada vez mais intolerante e ortodoxa (MARROU, 1980, p. 103).

Deste modo, o longo século IV d.C., porque na verdade estende -se de fins do século III até meados do V d.C., viu a confluência dessas tendências pela ação consciente da política imperial, representado pelo imperador. Sob a base dos séculos de integração e consolidação de estruturas que o antecederam, assistimos o curso dessas questões, de forma que esse momento passa a ser entendido como um período de transição, em que passado e presente se associam, criando algo novo. De acordo com Norberto L. Guarinello (2003, p. 14), esse período é “um período riquíssimo, pleno de experimentações, de inovações, em todos os planos: na política, na economia, na cultura literária e nas artes”. Podemos assim nomear essa instituição de *Império Romano Tardio*, uma vez que tal império se encontra imerso no arco temporal da Antiguidade Tardia¹, entre os séculos III d.C. e início VII d.C. (GUARINELLO, 2003. p. 10- 14).

Nesse contexto histórico do século IV d.C., localizamos a escrita da *História Augusta* (H.A.), um documento singular pela sua própria natureza. Trata-se de uma coletânea de

¹ Esse termo refere-se a um conceito histórico forjado pela historiografia alemã da primeira metade do século XX, tal como ressalta Renan Frighetto (2012, p. 20).

biografias imperiais, com relatos que abarcam não só a vida dos imperadores, mas também dos coimperadores, dos herdeiros e dos usurpadores. Considerada uma das obras mais importantes, com valiosas informações sobre os imperadores dos séculos II e III d.C., a *História Augusta* é bastante controversa e tem sido motivo de um acalorado debate acadêmico por mais de um século. Inúmeras são as contendas entre os estudiosos acerca da datação, da análise do conteúdo e da autoria desta obra; inclusive, há uma discussão sobre se a confecção deste documento teria se dado por um grupo de autores ou por um único autor anônimo².

Assim sendo, cientes da relevância e das dificuldades apresentadas pela documentação escolhida, nosso interesse é realizar uma reflexão sobre a retomada da biografia do Imperador Cômodo (180 – 192 d.C.), nessa obra. Acreditamos que essa construção é capaz de expor determinadas concepções, elaboradas dentro de uma sociedade específica que tentou expressar seus próprios objetivos. Consequentemente, desejamos também, ao longo de nosso trabalho, apresentar aos leitores um panorama geral sobre o autor da biografia e, a partir de seu contexto, os valores que este defendia.

Por conseguinte, Lúcio Aurélio Cômodo, também chamado Cômodo Antonino ou simplesmente Cômodo (como adotaremos), teria nascido em 31 de agosto de 161 d.C., juntamente com seu irmão gêmeo que morreu, porém, quando era criança. Filho de Faustina e Marco Aurélio (este último conhecido pela Historiografia Latina como um bom *Princeps* e um Príncipe Filósofo), Cômodo recebeu instruções e ensinamentos de seu pai e dos melhores mestres que este havia-lhe colocado à disposição. Assim, Cômodo, teria herdado a difícil tarefa de ser visto como um governante tão bom quanto fora seu pai (*Vida de Marco Aurélio*, 1 – 29).

No entanto, de acordo com o senador e escritor Dião Cássio (155/164 – após 229 d.C.), autor da obra *História Romana*, escrita entre 211 e 235 d.C., isso não verificou. Esta alegação pode ser averiguada nos trechos dessa obra em que Dião Cássio descreve a morte do *princeps* filósofo Marco Aurélio, onde ele enfatiza que a passagem governamental entre Marco Aurélio e seu filho Cômodo, em 180 d.C., foi desastrosa: “Dum Império de ouro para um de ferro e ferrugem (...) decai esta história”³ (Dião Cássio, *História Romana*, 72.36,5).

Para Élio Lamprídio (autor fictício ou não, a quem se atribui originalmente a concepção da *Vida*⁴ de Cômodo na *História Augusta*) tal Imperador teria sido o pior tipo de homem, repleto de vícios, muito diferente do pai, Marco Aurélio. Cômodo, desde criança, se mostrava “vil,

² Escreveremos mais sobre o assunto no capítulo 1.

³ Tradução do original em Latim para o Inglês feito por Earnest Cary, retirado do livro *Roman History*. Volume IX. London: The Loeb Classical Library, 1927. Tradução livre do Inglês para o Português.

⁴ *Vidas*; trata-se da forma como o autor da *História Augusta* denominou as biografias presentes no texto.

vergonhoso, cruel, lascivo, conspurcado até da boca e pervertido”⁵ (*Vida de Cômodo*, 1.7) e, quando adulto, nada nele teria mudado:

Ele transformou as divisões do palácio em permanentes tabernas e espeluncas e não mais preservou nem a decência nem as despesas. Jogava os dados em casa. Reuniu umas fulaninhas de rara beleza, como se fossem prostitutas escravas, para simular um bordel e ultrajar a castidade (*Vida de Cômodo*, 2, 7).

Todavia, gostaríamos de expor a possibilidade do autor da *Vida de Cômodo* nos oferecer uma imagem deturpada do imperador. Acreditamos que as reflexões dos escritores são formadas e logradas a partir do meio social em que cada autor estava inserido. Em outras palavras, os discursos carregam constructos ideológicos, que entendemos tal qual a autora Natália Frazão José (2016, p. 23), “como o conjunto de ideias próprias de um grupo, de uma época, e que traduzem uma situação histórica”. Portanto, pretendemos, através do estudo da *Vida do Imperador Cômodo*, identificar quais seriam os intencões do autor ao retomar a trajetória desse imperador, que já possuía uma reputação crítica.

Além de Dião Cássio e Élio Lamprídio, comentados anteriormente, observamos ainda mais um escritor que também registrou a trajetória do Imperador Cômodo: Herodiano (178-252). Herodiano e Dião Cássio ambos pertenceram a grupos sociais favorecidos e, por este motivo, puderam compartilhar concepções (GONÇALVES, 2003, p. 46- 47) Poderemos, através da peculiaridade de seus olhares, encontrar outras representações acerca da imagem de Cômodo e assim, por meio de uma breve comparação, perceber indicações que transmitam intenções propostas pela *História Augusta*, obra que será alvo da nossa pesquisa.

De acordo com o senador Dião Cássio:

Este homem [Cômodo] não era naturalmente mau, originalmente era livre da desonra como qualquer outro homem jamais foi. Sua grande simplicidade, no entanto, junto com sua timidez, o fez escravo de seus companheiros e foi através deles a princípio que, em um momento de ignorância, perdeu a inocência da vida e em seguida, foi atraído a hábitos cruéis e luxuriosos, que logo se tornaram sua segunda natureza. E isso, acredito, foi percebido por Marco. Cômodo tinha dezenove anos quando seu pai faleceu, deixando muitos guardiões para guiá-lo, entre os quais estavam os melhores homens do Senado. Mas suas sugestões e conselhos Cômodo rejeitou⁶ (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 73.1.1-2).

⁵ Tradução o português feito por José Luís Brandão retirado de MAGIE, D. *The Scriptores Historiae Augustae*, 3 vol., Cambridge, Massachusetts/London, The Loeb Classical Library, 1953/54.

⁶ Tradução do original em latim para o Inglês feito por Earnest Cary, retirado do livro *Roman History*. Volume IX. London: The Loeb Classical Library, 1927. Tradução livre do Inglês para o Português.

Assim, observamos no trecho citado que diz respeito ao início de sua *vida*⁷, onde o Imperador foi visto com certa compaixão, já que é descrito como alguém que, movido pela inocência, teria se deixado conduzir por más companhias. Contudo, logo na sequência da narrativa, identificamos as avaliações críticas e notamos a preocupação do autor em ressaltar que o Imperador recusou as tentativas de ajuda vindas dos melhores homens do Senado. Essas tentativas deixavam clara, de acordo com o autor, a solicitude do Senado enquanto sua rejeição, a ingratidão de Cômodo.

Recorreremos, então, aos relatos de Herodiano (178 – 252 d.C.), autor da obra *História do Império Romano após Marco Aurélio*⁸ (por volta de 250 d.C.), que também escreveu sobre nosso imperador e provavelmente foi contemporâneo de Dião Cássio. Em seus escritos, Herodiano compôs as representações de Cômodo através da comparação com Marco Aurélio – o *princeps* ideal (ADAMS, 2013, p. 23-24). Assim, na construção deste autor, Cômodo é descrito como um tirano. Para Herodiano o bom imperador era aquele que governava em conjunto com seus pares, isto é, com os grupos das elites; enquanto o mau imperador governava como um autocrata (*História do Império Romano*, 2.3.10).

Escolhemos a passagem em que Marco Dídio Severo Juliano (133/137 – 193 d.C.) procura aprovação dos soldados para a sua pessoa como imperador por meio de honras ao seu antecessor, Cômodo, evidenciando assim que o último era benquisto pelo exército.

Quando estava no alto, Juliano lhes prometeu [para o exército] renovar a memória de Cômodo, restabelecendo suas honras e estátuas, que o Senado tinha mandado derrubar, e devolvendo-lhes toda a liberdade de ação da qual tinham gozado durante o governo de Cômodo. [...] Todas essas promessas deram esperanças aos soldados que proclamaram Juliano Imperador, juntando ao seu nome ao de Cômodo. Levantaram logo os estandartes, nos quais restabeleceram as imagens de Cômodo [...] (HERODIANO, *História do Império Romano*, II, 6, 10-11).

No trecho, chamamos atenção para o fato de que ser aclamado pelo exército era algo significativo. Na cena, podemos compreender que o Imperador Cômodo era ovacionado pelos soldados e que estes o consideravam um bom dirigente. Ademais, conseguimos perceber que os soldados possuíam a confiança do Imperador ao ponto de, segundo o texto, terem recebido dele liberdade de ação.

⁷ Tradução do latim para o espanhol feito por Juan J. Torres Esbarranch retido do livro *Historia del Imperio Romano después de Marco Aurélio*. Madrid: Gredos, 1985.

⁸ Título traduzido por Ana Teresa Marques Gonçalves na obra *Cômodo e a difícil tarefa de substituir marco aurélio: poder e legitimidade*, 2012.

Conforme aponta o historiador Norberto Luiz Guarinello (2014, p. 296), o exército se profissionalizou e se estabilizou em cerca de 300 mil homens. Formado tanto por cidadãos como provinciais auxiliares, a maioria dos soldados foi posicionada nas fronteiras do Império. Desse modo, ser soldado tornou-se uma profissão paga, com direitos de aposentadoria e por isso era uma das grandes fontes de novos cidadãos romanos. É certo que, nesse período, o exército era o maior empregador de trabalho assalariado por toda a extensão do Império. Sendo assim, era também um dos caminhos principais de ascensão social, tanto para cidadãos romanos como para os provinciais. Um dos imperadores mais famosos e difamados, Nero, caiu em 68 d.C., exatamente por perder o apoio do exército (GUARINELLO, 2014, p. 296).

Cada representação, como nos mostra Roger Chartier (1990, p. 24-32), é fruto das concepções próprias de seus autores, de seus contextos históricos, de seus objetos e objetivos. Nos trechos citados, de Dião Cássio e Herodiano, escritos por volta do século III d.C., observamos que o Imperador Cômodo é pensado, ainda que com muitos defeitos, de forma mais branda, com alguns detalhes elogiosos que curiosamente não são considerados em sua biografia na *História Augusta*. Portanto, observamos que a personalidade e o caráter dele vão mudando conforme a época e o autor, o que nos permite pensar a História do Império Romano como repleta dessas apropriações, tanto para defender algo como para criticar.

De acordo com Pierre Grimal (1993, p. 54), os discursos criam, recriam, propagam e fundamentam ideias através dos relatos que compõem a imagem do Imperador, utilizando o passado como fonte legitimadora do novo contexto social e político. Assim sendo, a História que um autor escreve “é filha de seu tempo e [dizer] que cada época ou momento produz sua própria representação do passado, significa admitir, igualmente, que as verdades que a História produz são relativas, provisórias, que são verdades de e para sua época” (GUARINELLO, 2014, p. 12).

No entanto, é importante ressaltar que, esse reconhecimento, por sua vez, não esvazia, necessariamente, todo o conteúdo das *verdades*⁹ (SCHAFF, 1978, p. 286). Um historiador não é livre para criar passados, o nosso trabalho aqui é falar sobre passado através de nossa documentação textual. Deste modo, por meio de consultas, críticas e análises, procuramos demonstrar que a *História Augusta* faz parte de um contexto social, produzido de um lugar socialmente determinado e pensada por determinados motivos (JENKINS, 2005).

⁹ Para compreender os debates relativos às *verdades*, ver SCHAFF, A. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Partindo de tais considerações, temos o fito de compreender e analisar a construção da imagem de uma representação específica do Imperador Cômodo. Procuraremos desvendar de que maneira a edificação de sua imagem como um governante catastrófico seria um modo de tecer críticas, ditar normas, propor explicações e sentidos. Escolhemos tratar dessa questão analisando a maneira como os membros da alta cúria romana viam o mundo político do qual participavam em confluência com o Poder Imperial. Além disso, ambicionamos mostrar que o Senado Romano construiu representações deste poder, com o qual foi obrigado a conviver. Pretendemos chamar atenção para o fato de que o Senado era uma instituição ativa em pleno século IV d.C. (MACHADO, 1998), capaz de produzir e veicular obras, tal como a *História Augusta*, que afirmassem sua autonomia e suas pretensões. Também nos propomos a analisar a imagem do Imperador Cômodo, em sua *Vida* na H.A. como produto de uma criação elaborada, representativa e ideológica, que traduz as transformações ocorridas nas relações entre o Senado e o Poder Imperial e do *Regime de Dominato*, mudanças próprias ao IV século da história da sociedade romana tardia.

Na análise do discurso de nosso *corpus* documental, nos atentaremos às reflexões de Pedro Paulo Abreu Funari (2003). De acordo com ele, é necessário levar em conta as condições em que o texto foi elaborado, interpretando as características discursivas que situam sua produção. Assim, faz-se necessário o trato documental; ou seja, realizar uma crítica externa e interna da documentação utilizada. A crítica interna deve preocupar-se com a tipologia do documento, seu lugar de origem, sua datação, seu contexto e inserção do autor em seu meio político-cultural. Por conseguinte, a crítica externa pondera sua autenticidade, através de elementos como a linguagem utilizada e os recursos de escrita.

Portanto, a análise do discurso não pode abster-se da reflexão do contexto histórico, político, social e cultural, pois as informações da documentação não têm sentido próprio se não forem referidas ao tempo, espaço e lugar de onde fala o autor. Tendo estas questões em mente, elaboramos nossa dissertação. Para uma melhor sistematização do trabalho, o dividimos em três capítulos.

No primeiro capítulo, discorreremos acerca da nossa documentação textual, concentrando-nos em suas características particulares, como contendas acerca de sua datação, análise de conteúdo e autoria. No segundo capítulo, trataremos do contexto histórico, político, social e cultural do IV século. Levantaremos algumas questões que envolvem o funcionamento e a definição do Senado e da ordem senatorial no século IV d.C., período que estamos estudando, bem como buscaremos refletir acerca do que foi o *Regime de Dominato*. Já no

terceiro e último capítulo, analisaremos a biografia do Imperador Cômodo, utilizando suas passagens para mostrar como o autor Élio Lamprídio (fictício ou não), buscou criticar o *Regime de Dominato* através da construção de uma imagem negativa do Imperador Cômodo. Assim finalmente relataremos nossas considerações finais, bem como nossa bibliografia, nossos anexos e apêndices.

Acreditamos que a análise destes elementos e a identificação destas estruturas nos permitirão relacionar o uso da biografia de Cômodo na *História Augusta* como uma crítica ao *Regime de Dominato*. Conseguiremos, ainda, demonstrar o valor da *História Augusta* como fonte para o estudo do final do século IV d.C., e não só para o período que ela descreve.

CAPÍTULO I – A HISTÓRIA AUGUSTA E A HISTÓRIOGRAFIA

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

No que concerne à narrativa histórica, não existe um texto sem contexto, nem um pensamento sem um autor, cada obra é expoente de um contexto cultural, político e social. Assim, cada texto transmite seus próprios valores, condizentes com aquilo que seu criador pretende com os assuntos sobre os quais versa (JOSÉ, 2016, p. 83).

Os moldes sobre os quais a *História Augusta* é idealizada, seu estilo literário e gênero, são representativos de seu autor e de sua sociedade. Sendo assim, tal obra foi pensada, elaborada e escrita dentro de uma sociedade específica, com ideias e práticas, isto é, dentro de um contexto cultural e político próprios. Ora, um autor ao escolher seu estilo de escrita opta pela forma através da qual pretende transmitir o seu relato e como direcioná-lo a um determinado público (RUIZ-WERNER, 1973, p. 11). Logo, sempre há uma razão que impulsiona a escrita do texto. Os escritos expressam as concepções de seus autores e relacionam-se com as ideias e ideologias de sua época e com o meio social nos quais foram produzidos. O autor pode ser motivado, contratado, ou até mesmo obrigado a elaborar um trabalho com determinadas características. Ele pode, ademais, ressaltar, criar ou mesmo suprimir certas partes da História em detrimento de outras.

Portanto, é preciso se atentar ao fato de que existe uma relação direta entre autor e texto. Assim, a parcialidade existente nos documentos biográficos pode se tornar uma aliada no esforço de compreensão dos mesmos, pois ela revela, em grande parte, a maneira como o biógrafo filtra o contexto histórico bem como suas intenções a partir do que foi registrado.

Com base nisso, propomos neste capítulo refletir sobre a *História Augusta*, considerando algumas de suas características, a saber: gênero biográfico, data de composição, autoria, repercussão e publicações relacionadas.

1.2 A ESCRITA BIOGRÁFICA NA ANTIGUIDADE

A escrita biográfica pode ser caracterizada pela narrativa da vida e descrição do caráter de um indivíduo. Contudo, como ocorre com praticamente todos os gêneros de discurso correntes no mundo antigo, a biografia, embora possa ser identificada como um gênero específico, mantém com outros tipos de discurso relações mútuas e fronteiras que nem sempre se mostram nítidas. Diversas foram as tentativas de se definir, porém, nunca se chegou a uma resposta conclusiva.

Segundo, José D'Assunção Barros (2009, p. 186-187) a biografia é um estilo de escrita que se mistura com a história desde a sua existência;

Se for possível situar a Biografia como domínio, ela será talvez o único domínio tão perene e duradouro quanto a própria História – pois, ao que se sabe, os homens de todas as épocas sempre foram frequentadores assíduos deste fascinante campo de estudos que poderia ser chamado de “História das Vidas Humanas” (BARROS, 2009, p.186-187).

A questão existe desde a Antiguidade, Barros (2009) nos dá um panorama desta discussão no século II d.C. na obra de Políbio *Histórias* e Plutarco *Vidas Paralelas*:

Políbio pretendeu demarcar bem a fronteira: a História devia buscar a síntese, a sobriedade do estilo, o registro da verdade desvencilhado da ornamentação ilusória; a Biografia poderia investir na narrativa dramatizada, possuir um estilo mais livre e conseqüentemente um compromisso menor com a verdade. Por outra parte, acreditando que o que havia de mais verdadeiramente humano escondia-se precisamente na alma individual, Plutarco dedicou-se por inteiro a este gênero que havia sido desprezado por Tucídides. Na verdade, inventou um novo gênero: a biografia comparada, ou o que ele chamou de *vidas paralelas* (BARROS, 2009, p.187).

Essa segmentação da biografia, vai seguir durante muito tempo pela história, sem uma resposta definida, e por isso a biografia vai ser abandonada pelos historiadores durante um período, pela preocupação de não se fazer uma história que, por muitas vezes era apenas narrativa, fugindo das necessidades dos historiadores que queriam uma história crítica e que não contasse mais apenas a história dos vencedores.

A biografia somente vai retomar ao espaço acadêmico no final do século XX, quando os historiadores começam a trabalhar com mais intensidade nesse gênero da escrita. Importante que a partir daí, vão ser estudados e escritos diversos tipos de biografias, não só mais heróis e as de grandes indivíduos políticos, como também de indivíduos comuns (FRANÇA, 2011, p. 2470).

Consideramos o gênero biográfico como documento histórico e valorizamos a perspectiva histórica com que esses documentos foram construídos, além disso, não descartamos da análise o conteúdo político e cultural presente neste gênero, posto que, na Antiguidade Tardia, esse é um aspecto essencial das narrativas históricas (CARVALHO, 2002, p. 31).

Em nosso trabalho, pretendemos entender em que sentido o autor da *História Augusta* utiliza essa biografia, se ela era utilizada para narrar a vida dos governantes simplesmente ou se era utilizado para alguma outra questão mais aprofundada. As discussões a respeito da origem biográfica são muitas, no entanto não é objetivo deste trabalho reconstruir toda trajetória da escrita biográfica no mundo antigo, dos gregos aos romanos. Pretendemos apenas esboçar suas características formais, de modo que possamos responder às questões que propusemos nessa dissertação.

Para Marcel Benabou (1975, p. 15), “As origens desse gênero são antigas, relacionadas, sem dúvidas, ao desejo de tornar, através da escrita, memoriais as vidas de grandes personagens mortos”. Nos estudos de Arnaldo Momigliano (2004, p. 33), os princípios da biografia remontam à sociedade persa, quando Dario, ao deixar um relato sobre si mesmo, em uma rocha a 300 pés de altura, teria sido o autor da primeira autobiografia¹⁰.

No entanto, o desenvolvimento dos textos biográficos remonta a meados do século V a.C., quando, ao atingir terras gregas, adquiriram alguns contornos específicos a partir de autores como Isócrates (436-338 a.C.) e Xenofonte (428-354 a.C.) (HAMILTON, 2007, p. 20). Naquele momento, o gênero biográfico irá se construir em mais uma forma de revelar a experiência humana através da história de uma vida. Assim, palavra comumente utilizada para denominar esse tipo particular de escrita era *bios*¹¹ [grego: βίος], e estava ligada ao sentido do desenvolvimento do caráter de um personagem descrito, sendo esta, de caráter individual ou coletivo, o que fazia de forma diferente e possivelmente em oposição a um outro tipo de discurso: o *enkomium*¹² [grego: ἐγκώμιον].

Elaborado junto da Retórica, o *enkomium* buscava o elogio e a valorização da personalidade descrita, evitando acontecimentos e características pejorativos que o afastassem de um compromisso fidedigno. Caracterizava-se ainda pelo foco dado à figura de homens notáveis. Desse modo, a utilização da palavra *bios* vinha no sentido de se apresentar como uma forma neutra¹³ a descrição do caráter do indivíduo e, dessa forma, podia se tornar matéria-prima para a investigação filosófica mais ampla, assim como para outras formas de escrita (SILVA, 2008, p. 74).

¹⁰ Conhecidas como *Behistun*, possuíam a intenção de autoglorificação do governante (JOSÉ, 2016, p. 52).

¹¹ De acordo com o *Oxford Classical Dictionary*, *bios* significa “vida”.

¹² De acordo com o *Oxford Classical Dictionary*, *enkomium* “[...] denota elogios ou parabéns”. Tradução livre. Texto original retirado do *Oxford Classical Dictionary*, verbete: *Encomium*: “[It] denotes praise or congratulation”.

¹³ Na concepção moderna, temos consciência de que a subjetividade de quem escreve está sempre presente em seus escritos, assim nenhum relato se apresenta de forma neutra, no entanto, tais entendimentos não se apresentavam naquele período.

De acordo com Uiran Gebara da Silva (2008, p. 73), em terras gregas se constrói uma distinção entre o que viria a ser o gênero biográfico e a História. Segundo ele,

a escrita da história se caracteriza pela preocupação com agentes coletivos, entendidos, basicamente, como comunidades políticas, ainda que o historiógrafo se atenha, por vezes, a descrições de ações individuais ou mesmo a apresentação de pequenas biografias no interior de seu relato, prevalece a tendência a não supervalorizar o papel dos indivíduos no desenrolar dos acontecimentos, mas sim a ação coletiva, a ação dos gregos, dos bárbaros ou de cada polis (SILVA, 2008, p. 73)

Contudo, segundo Momigliano (1993, p. 75), a construção do discurso biográfico helenístico se encontrava nos escritos que não se encaixavam nem nos limites precisos da história da guerra e da política, nem na natureza especulativa da filosofia. A biografia se encontrava na prática de seleção de pequenos episódios de vida, emblemáticos de uma ou outra característica de uma personagem. Desta forma, as biografias estavam mais próximas daquilo que nomeou de antiquarismo; um tipo de investigação e de produção de conhecimento a respeito de artefatos, objetos, fatos, acontecimentos, eventos, formas de cultura. Por isso, de acordo com ele, essa categoria de escrita, naquele momento, não adquiriu o mesmo nível de respeito, como forma de conhecimento, que a História.

A respeito desse assunto, Camila Santiago Luz (2011, p. 2672) salienta que é possível concluir que a biografia, assim como a História, enquanto formas de conhecimento, surgiram no mundo grego antigo simultaneamente. No entanto, à biografia foi atribuído um caráter instrutivo, de dar exemplos morais, negativos ou positivos, ou propagandísticos, como no caso dos chamados panegíricos ou discursos de exaltação. À História, por outro lado, ficou reservada a descrição ou perpetuação dos grandes feitos políticos e militares que eram extraídos por meio de uma investigação e, desta forma, entendidos como *verdadeiros*¹⁴.

Dito isso, o fato de que as *Vidas* se concentravam na natureza do comportamento de seus protagonistas ao invés de se ocuparem somente com a descrição das grandes batalhas e feitos políticos, não desacredita por si só o caráter histórico das obras desse gênero. Pois, ao escrever uma biografia, o autor não registra somente a trajetória de um indivíduo, mas tudo que havia em seu entorno na sociedade, em seu espaço – para acordar tanto a esfera privada quanto a pública – e descreve, também, a personalidade individual através de pequenas pistas (BURKE,

¹⁴ De acordo com José Carlos Reis, autor da obra *História e verdade posições*, entendemos que na História não há verdades, somente pontos de vista. No entanto, esta sentença não anula a existência dos fatos, os pontos de vista em si. O que é inegável é que os fatos e registros pesquisados apontam seus caminhos e direções tendenciosas, sempre havendo divergência de informações (REIS, 2000, p. 321 – 348).

1997, p. 91). A partir disso, encontramos o trabalho de investigação e reflexão que são peculiares ao historiador. Percebemos então que a diferenciação entre os gêneros históricos e biográficos se encontravam mais em uma questão de análise crítica do que em sua forma de escrita (LUZ, 2011, p. 2673).

Contudo, os gregos associavam a História a uma narrativa da coletividade mais compromissada com a veracidade, enquanto atrelavam o estilo biográfico ao panegírico, discurso elogioso e poético empregado na exaltação de grandes heróis (LEVILLAIN, 2003, p. 145). Portanto, a biografia era vista como o inverso da historiografia, uma vez que os relatos dos indivíduos aparecem na História como elemento para a compreensão dos acontecimentos históricos, já na biografia, os eventos são citados para elucidar a trajetória do biografado, isto é, ela ocupava-se com o individual, com os feitos, vitórias e derrotas.

Todavia, a escrita biográfica grega se transforma após o século IV a.C., e o sentido atribuído a *bios* sofre modificações, principalmente entre os séculos III e II a.C. A partir de então, conforme se fortaleceram as monarquias gregas com o surgimento das potências macedônicas e a perda de relevo das formações políticas autárquicas da Grécia clássica, mais importância assumiram os personagens em posição de destaque no relato histórico e, assim, mais a biografia de reis se aproximava da história política e vice-versa (MOMIGLIANO, 1993, p. 193-197). Isso fez com que houvesse uma valorização do *enkomium*, que é acompanhada pela perda do rigor característico do *bios*, na investigação e na escrita (MOMIGLIANO, 1993, p. 109-110).

Assim, a biografia helênica, mesmo naquela época não sendo considerada como parte integrante da História, passará a desempenhar uma nova função, conseguindo um papel de maior relevo na sociedade grega, bem como lograram maior destaque aqueles que eram biografados. Mikhail Bakhtin ressalta que uma característica da biografia na Grécia é a da preocupação com o lugar que eram produzidos esses gêneros, a isso ele dá o nome de cronotopo. Ele define cronotopo como:

Ao falar sobre esse tipo clássico, é preciso antes de tudo notar o seguinte: essas formas clássicas de autobiografias e biografias não eram obras de caráter livresco, desligadas do acontecimento, eram atos verbais cívico – políticos, de glorificação ou de autojustificação públicas. É justamente nas condições desse cronotopo real que se revela (se publica) a sua vida ou a dos outros, que se especificam as facetas da figura do homem e da sua vida, que se dão esclarecimentos definidos a respeito delas (BAKHTIN, 1993, p. 234).

De modo consequente, a escrita biográfica grega espalhou-se pelo mundo antigo, atingindo diversas sociedades, criando fronteiras e novas abordagens. É o que nos mostra Mary

Del Priore (2009, p. 7), o modelo grego influenciou profundamente as biografias romanas. Sendo assim, o cenário de desenvolvimento da biografia grega nos auxilia a identificar algumas de suas características que se mostram presentes nos escritores romanos.

De acordo com Nigel Hamilton (2007, p. 32), em Roma motivos não faltavam para a representação da vida:

em uma época de aquedutos, rodovias, grande arquitetura, esportes competitivos, alta retórica e Império, tornavam-se enormemente variados [os motivos]; para expressar e responder a múltiplas questões [...] alguns romanos queriam louvar e adorar antepassados e figuras passadas, melhor estabelecer ou reforçar sua própria identidade.

Ainda segundo Hamilton (2007, p. 11), as raízes biográficas romanas encontram-se inseridas na ocasião da morte de um membro aristocrático. Sendo este magistrado ou parte da família de um, era costume, durante a realização do cerimonial, o proferimento de um discurso, momento em que as glórias do falecido se uniam à de seus antepassados. É claro que durante essas celebrações ocorriam equívocos de familiares que exaltavam o morto. Depois das homenagens e antes do sepultamento, fazia-se reproduzir uma espécie de máscara funerária feita de cera, que posteriormente seria mantida exposta no átrio da casa familiar, seguida de uma inscrição sobre o falecido, com seus feitos e méritos.

Portanto, como podemos ver foi partindo dos costumes romanos acerca dos registros fúnebres que surgiu o cerne das biografias em Roma. Iniciando-se com as memórias, passando pelos ritos mortuários e culminando em algo mais público, que seriam finalmente os escritos biográficos.

O marco inicial, segundo Zélia Cardoso de Almeida (2003), da literatura Latina se deu com a tradução da Odisséia, feita por Lívio Andronico nas proximidades de 240 a.C. Ainda no século III a.C. a literatura se achava em fase inicial, sendo preterida para manifestações orais. Isso somente se altera com o contato com a cultura grega, ainda no século III a.C. Assim o apogeu da literatura romana se dá no período de sua expansão, segundo Almeida (2003):

Durante a segunda metade do século III e o século II a.C. essa literatura se desenvolve e se aperfeiçoa, chegando à expressão mais alta no século I a.C. Roma, nessa época, havia conquistado toda a Itália meridional, tornando-se a grande potência do Mediterrâneo [...] (ALMEIDA, 2003, p. 241).

Consequentemente, em meados do século II a.C., o método biográfico dos romanos adquire maiores definições e proporções. Naquele momento, as numerosas lutas políticas possibilitaram o surgimento de vastas obras biográficas que procuravam registrar, através dos

relatos das vidas pessoais de determinados homens, os acontecimentos do período. Além disso, de acordo com a pesquisadora Natália Frazão José (2016, p. 56), a biografia neste momento, era uma poderosa arma política, uma vez que podia exaltar o caráter de uma determinada pessoa em busca de poder, e ao mesmo tempo, valer-se dela para difamar seus inimigos políticos. Características que vão reaparecer com potência no IV d.C. século.

Por volta do século I a.C. que a tradição biográfica em Roma passou por um novo estágio. O enciclopedista Varrão (aproximadamente 116 a 27 a.C.) teria escrito as *Vidas dos Poetas* e seu contemporâneo Cornélio Nepos (aproximadamente de 100 a 24 a.C.) seria o autor de *Vida dos Homens Ilustres* (BENABOU, 1975 p. 16). Surgindo assim as coletâneas e séries de biografados, por vezes, separadas por épocas e outras divididas de acordo com a posição política que as personalidades ocupavam. Varrão teria escrito obras de cunho erudito com um conteúdo irônico, como que uma sátira. Nepos, por sua vez, apresenta suas biografias escritas em pares, primeiro exibindo uma personalidade romana e depois de um estrangeiro ilustre (BENABOU, 1975, p. 16).

Com o advento do Império, foi inaugurada uma nova fase das biografias romanas: as biografias imperiais. Esse tipo de biografia é de nosso interesse, pois está inserido no nosso objeto de estudo, a *História Augusta*. Com esse novo sistema político, o centro de poder se deslocou, aparentemente, do Senado para os Imperadores, assim a administração desses novos governantes entrou em foco, suas ações e suas trajetórias passaram a ser alvo de narrativas, modificaram-se toda a produção literária, analítica e histórica, adaptando-as ao novo contexto histórico, social, e político da época (PARATORE, s/d, p. 680).

A escrita biográfica passava então a ter novas funções. Baseando-se num esquema de rubricas precisas, pelas quais distribui-se todo o material biográfico, a vida social, a vida familiar, comportamento na guerra, relações com amigos, aforismo dignos de lembranças, virtudes, vícios, aparência exterior, hábitos etc., é perceptível a preocupação que é dada em exaltar ou criticar feitos de determinada personagem. Com os novos modelos estilísticos e fenômenos culturais sendo abordados por esse gênero, escrever uma biografia não se limitava mais a relatar os acontecimentos de uma vida, discorria-se também agora sobre as características psicológicas, morais e físicas. Apresentando novos discursos, as linhas biográficas expressavam em seu conteúdo as ações que o autor considerasse impróprias, numa tentativa de combatê-las (FURLANI, 2014, p 163).

Cada vez mais elaborada, as biografias, que ainda mantinham uma estreita relação com a memória, tentavam concentrar em suas linhas um panorama cada vez mais completo sobre o

biografado, perpassando por pontos que antes não lhe eram de tanta importância, descrevendo concepções políticas, militares e sociais. Todos esses elementos eram importantes, dada a preocupação de relatar *Vidas* de figuras relevantes, a fim de constituírem exemplo de conduta e disciplina a serem seguidos (FURLANI, 2014, p. 162-163), promovendo, então a boa ordem desejada pelos membros dos cargos governamentais.

Por fim, pelas considerações anteriores, poderíamos, então, pensar a escrita biográfica enquanto gênero caracterizado pela narrativa da vida e descrição do caráter de um indivíduo. No interior do próprio gênero biográfico se verificam que o autor seja capaz de transmitir os preceitos, as ideias e a moral contidos na composição da sociedade que se insere. Acreditamos ainda que o maior ou menor uso dos episódios de vida, a explicitação, ou não, de julgamentos positivos ou negativos pelo biógrafo a respeito do caráter do biografado são representações criadas com o intuito de legitimar tanto o poder do governante quanto seu governo.

O recurso das anedotas, um elemento significativo e recorrente no processo de desenho do caráter do biografado, é central para se analisar o uso da biografia como documentação histórica. A escrita biográfica, em sua tradição helenística ou romana, tem como objetivo central a reconstituição de uma personalidade, de um caráter. Ao se assumir que os escritores de biografias na antiguidade se pautavam pelo recurso recorrente das anedotas, costuma-se inferir que tais biografias seriam coletâneas utilizadas para resultar neste ou naquele efeito na apresentação do caráter do biografado. Neste sentido, tenta ser uma forma de construção de conhecimento (BURKE, 1997, p. 83-96) (SILVA, 2008, p. 77).

Por conseguinte, poderemos refletir sobre os pontos abordados quando pensarmos na nossa documentação textual: a *História Augusta*.

1.3 A HISTÓRIA AUGUSTA

Entre as documentações textuais remanescentes da literatura romana, preservadas apesar dos caprichos do tempo, existe uma coleção de biografias dos Imperadores Romanos de Adriano a Carinus; a *História Augusta*, como é popularmente conhecida. Devido à escassez de documentações que a comprovem, muito pouco dos seus relatos pode ser atestado, o que faz com que as pesquisas acerca da *História Augusta* estejam sempre situadas no campo das hipóteses (HISTÓRIA AUGUSTA, 2011, p. 9)

Em seus primórdios, teve seu título registrado como *Diversorum Principum et Tyrannorum, um Divo Hadriano usque ad Numerianum Diversis compositae* no manuscrito do mosteiro de Fulda, chamado *Codex Palatinus 899*, escrito no século IX d.C., que hoje se encontra na Biblioteca do Vaticano. Conhecido com P, neste manuscrito tem várias lacunas marcadas com pontos indicando as letras que faltam, uma confusão na ordem das biografias entre Vero e Alexandre, e a transposição de várias passagens: duas longas que correspondem a um caderno do original que se soltou e foi então inserido em um lugar errado (MAGIE, 1921. p. 33.)



Figura 1: Capa do manuscrito *Historia Augusta*, seu *Vitae Romanorum Caesarum*, de Joannes Balthasar Braun. Abadia de Ettal, Alemanha, 1698 15.
Fonte: Wikimedia Commons

¹⁵Informações retiradas do site da *British Library*. Disponível em: <http://www.bl.uk/catalogues/bookbindings/LargeImage.aspx?RecordId=020000004622&ImageId=ImageId=41916&Copyright=BL>. Acesso em: 5 set. 2020

Assume-se que o trabalho pode ter sido originalmente chamado de *Vita Caesarum* ou *Vitae Caesarum*, embora tenha ficado conhecido como *História Augusta* desde o século XVII. Tal nome foi atribuído à obra em 1603 pelo seu editor Isaac Casaubon, uma vez que este havia encontrado essa expressão na própria obra; nela os supostos autores nomeavam-se como *Scriptorem Historiae Augustae* (CORASSIN, 1988, p. 153). Não é possível saber como foi a divulgação/circulação da *História Augusta* na Antiguidade Tardia, mas sua primeira menção, segundo Anthony Birley (1988, p. 15), foi em uma *História Romana*, composta por Quinto Aurélio Memmio Símaco em 485 d.C.

Posto isso, a *História Augusta* é classificada como uma coletânea romana de biografias de cunho filosófico, moral e político, tal como a tradição biográfica existente em Suetônio (69 -122 d.C.), Plutarco (46- 120 d.C.), Dião Cássio (155 – 235 d.C.), Herodiano (178- 252 d.C.), Amiano Marcelino (325/330 - 391 d.C.), dentre outros. As *Vidas da História Augusta* foram elaboradas originalmente em latim e não seguem o estilo retórico. Os autores dedicam longas seções para elaborar detalhes das vidas particulares dos biografados, principalmente antes de sua elevação ao trono. Notável que para esses detalhes mais íntimos havia menos material disponível do que para a narração de eventos públicos. Assim, em nossa percepção, as carreiras de imperadores e usurpadores proporcionavam interesse público e, consequentemente, suas biografias eram recheadas de anedotas triviais.

Observando a obra, seus relatos abarcam não só os imperadores romanos, como também os coimperadores, herdeiros e os usurpadores do período compreendido entre 117 a 284 d.C. Assim, é considerada uma das obras mais importantes, pois apresenta valiosas informações sobre os imperadores do Principado Romano, embora tenha sido escrita por volta do século IV d.C., período compreendido como Antiguidade Tardia.

Assim sendo, fizemos uso de duas versões da obra. A primeira tradução, baseia-se na edição de David Magie: *The Scriptorum Historiae Augustae*, primeiro volume, publicada pelo The Loeb Classical Library em 1953/54. Também fazemos uso para nossas reflexões de uma segunda tradução elaborada em 2011, traduzida do latim para o português e que se encontra disponível sob o título *História Augusta Volume I: Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cómodo*.

A tradução portuguesa trata-se de um projeto de colaboração entre docentes de três universidades, os pesquisadores Claudia A. Teixeira (Universidade de Évora), Nuno S. Rodrigues (Universidade de Lisboa) e José Luís Brandão (Universidade de Coimbra). Os idealizadores tomaram a tarefa a ser realizada, ou seja, a tradução e os comentários das *Vidas*.

O trabalho foi feito segundo a seguinte distribuição: José Luís Brandão ficou responsável pela tradução da vida de Adriano e Cômodo, esse último, nosso objeto de pesquisa; Nuno S. Rodrigues, por sua vez, da vida de Élio, Antonino Pio e Avídio Cássio; por fim, Cláudia A. Teixeira traduziu a vida de Marco Aurélio (pai de Cômodo) e Lúcio Vero (TEIXEIRA, BRANDÃO, RODRIGUES, 2011, p. 7).

A *História Augusta*, em original, o *Codex Palatinos 899*, possui trinta livros, a maioria dos quais contém a vida de um único imperador, enquanto alguns incluem um grupo de dois ou mais personagens, agrupados pela afinidade entre os imperadores ou por serem contemporâneos (MAGIE, 1921, p. 12). Dividida atualmente em três volumes, é um dos principais documentos sobre a vida e governo de imperadores do II e III século d.C., abrange o período desde a ascensão de Adriano (em 117 d.C.), passando por Caro (imperador romano entre 282 e 283 d.C.) e seus filhos Numeriano (que governa entre 283 e 284 d.C.) e Carino (de 283 à 285 d.C.). Ainda há uma importante lacuna de 244 a 260, uma vez que faltam as vidas dos imperadores que reinaram entre Gordiano III e Valeriano, ou seja, os relatos a respeito de Filipe, Décio, Treboniano Galo, Emiliano e Volusiano, bem como a maior parte da biografia do próprio Valeriano, da qual foi conservada somente a parte final (BIRLEY, 1988, p. 9).

De acordo com Anthony Birley (1967, p. 125-130), no início do trabalho existiriam também as biografias de Nerva e Trajano, mas que foram perdidas, argumentação usada para sugerir que a obra poderia ter sido uma continuação direta de Suetônio - *Os Doze Césares*. Para além disso, ele teoriza que a lacuna de meados do século III d.C. poderia ser um dispositivo literário deliberado do autor ou autores, poupando o trabalho de cobrir imperadores para os quais pouco material de origem poderia estar disponível. Apesar disso, a *História Augusta* representa uma das únicas documentações textuais acerca do período que abrange e o testemunho que ela oferece pode ser inestimável.

As biografias originalmente contidas no corpus do primeiro volume, do *Codex Palatinos 899*, foram atribuídas a seis autores, sendo eles: Élio Esparciano, Júlio Capitolino, Vulcácio Galicano, Élio Lamprídio, Trebélíio Polião e Flávio Vopisco. Salientamos, no entanto, que nenhum dos citados foram registrados em outra documentação textual. Podemos observar certa estrutura de organização e de tema na composição dessa obra: apresentação dos biografados, menção às suas origens, educação, carreira, governo e conflitos. Para além disso, há também uma série de peculiaridades linguísticas que são replicadas no conjunto todo, fato que pode indicar a ação de um compilador, ou mesmo nos faz supor que os citados autores se

conheciam, ou ainda que apenas um autor teria elaborado todo o conteúdo da obra, como discutiremos adiante.

A *História Augusta* também é famosa por seus detalhes incomuns e omissões intrigantes, tal como o seu foco peculiar em descuidos, falhas e hábitos pessoais dos imperadores em detrimento de suas realizações políticas. Essa era exatamente a categoria de leitura que, segundo Pedro Benedetti, agradava muito às camadas senatoriais (BENEDETTI, 2016, p. 99).

Outro ponto observado na *História Augusta* é a alusão notória aos documentos – cerca de cento e cinquenta documentos alegados, incluindo sessenta e oito cartas, sessenta discursos e propostas para o povo ou o Senado, e vinte decretos seniores e aclamações – que podem, partindo de algum propósito, terem sido fabricados pelo(s) autor(es). Ressaltamos igualmente a citação de uma série de autores em nenhum outro lugar atestado, de modo que talvez possam ter sido inventados, como refletiremos posteriormente (MAGIE, 1921, p. 20-21).

1.4 DATAÇÃO

Quando nos deparamos com a *História Augusta*, a data de composição da obra parece, num primeiro momento, tratar-se de uma questão simples, uma vez que existem menções e dedicatórias, em algumas *Vidas*, aos imperadores Diocleciano¹⁶, Constâncio Cloro¹⁷ e Constantino I¹⁸. Isso sugeriria ao leitor que os seis *Scriptores* trabalharam no processo de composição da obra ao longo do governo destes três imperadores. Desta forma, evidentemente, compreendemos que os autores teriam elaborado a obra em torno do final do século III e início do século IV.

No entanto, fazem parte das particularidades da *História Augusta* alguns casos de anacronismos – por exemplo, menções a cargos e títulos que só surgiram a partir da segunda metade do século IV d.C., décadas após as supostas datas de sua composição (inferidas a partir das referências a Diocleciano, Constâncio Cloro e Constantino I) (MACHADO, 1998, p. 6). Logo, essas e outras informações contidas na *História Augusta* foram, posteriormente, motivo de acalorados debates entre a comunidade acadêmica, dando início a uma controvérsia que já se estende por quase quatro séculos. Em razão disso, destacamos aqui alguns trabalhos escolhidos por nós que, entre outros assuntos, debatem, também, a questão da datação. Estes trabalhos foram escolhidos em virtude da pertinência que possuem para a compreensão do tema.

¹⁶ Diocleciano governou entre 284 a 305 d.C.

¹⁷ Constâncio Cloro governou de 305 a 306 d.C.

¹⁸ Constantino I governou entre 306 a 337 d.C.

Por se tratar de um debate acadêmico de quase quatro séculos, como comentado acima, dividiremos a presente seção em quatro principais subseções: *Séculos XVII e XVIII*, *Século XIX*, *Século XX* e *Século XXI*. Além dessas divisões, as subseções *Século XIX* e *Século XX* também terão subdivisões, desta vez entre os principais historiadores que debateram essa questão. Esta divisão foi feita com o intuito de promover uma melhor compreensão dos trabalhos elegidos por nós, dada a complexidade da questão da datação do documento que trabalhamos.

1.4.1 SÉCULOS XVII E XVIII

Retomamos Gerardus Vossius que publicou, em 1627, a obra *Historicis Latinis*. Nela, Vossius havia discutido a questão da distribuição das *Vidas* entre os autores da *História Augusta*, e também considerou algumas menções feitas pelos autores como problemáticas. Igualmente, Louis-Sébastien Le Nain de Tillemont, autor de *Histoire des Empereurs et des autres Princes qui ont régné durant les six premiers Siècles de l'Eglise* (publicada em 1690), apresentou críticas às biografias, pois as considerou inúteis, cheias de contradições e erros cronológicos (BIRLEY, 1988, p. 7) (MAGIE, 1921, p. 30-31). Contudo, discordamos da posição apresentada por Louis-Sébastien Le Nain de Tillemont, uma vez que não acreditamos que existam invenções livres, pois mesmo estas possuem um propósito, que pode ter sido enaltecer ou criticar personagens daquela contemporaneidade.

Por quase 300 anos após a edição de Isacc Casaubon, embora muito da *Historia Augusta* tenha sido tratada com algum ceticismo, ela foi usada pelos historiadores como uma fonte autêntica. Mencionamos, Edward Gibbon que, entre 1776 e 1788, a usou extensivamente no primeiro volume da obra *Decline and Fall of the Roman Empire*. Ainda que, para Gibbon, existisse algo de errado com as datas (final do século III, início do século IV d.C.¹⁹) e os nomes dos biógrafos (BIRLEY 1988, p. 7) (MAGIE 1921, p. 30-31).

1.4.2 SÉCULO XIX

1.4.2.1 HERMANN DESSAU

Como aludimos acima, nos séculos XVII e XVIII começavam a ser levantadas algumas questões da *História Augusta* como a datação, que é o foco da presente seção. No entanto, o debate sobre a obra inicia-se efetivamente quando Hermann Dessau se tornou cada vez mais inquieto com as características da mesma. Autor do famoso artigo *Über Zeit e*

¹⁹ Por conta das referências aos imperadores Diocleciano, Constâncio Cloro e Constantino I, como já mencionado anteriormente.

Persönlichkeit der Scriptores historiae Augustae, publicado em 1889, ele se concentra no grande número de termos anacrônicos, no vocabulário em latim vulgar²⁰ e, principalmente, na série de nomes próprios que apareciam na obra não atestados em nenhum outro lugar. Posto isso, Dessau nos apresenta a desafiadora hipótese de que os seis autores eram todos fictícios e que o trabalho fora, provavelmente, composto por um único autor, a quem chamou de *Fälscher*²¹. Segundo Dessau, *Fälscher* trabalhou num período posterior, aproximadamente no reinado de Teodósio I (379-395 d.C.), e suas dedicatórias a Diocleciano, Constâncio Cloro e Constantino foram apenas um estratagema literário (MAGIE 1921, p. 32) (SYME 1971, p. 1).

Entre as evidências apontadas por Dessau, ele indicou uma série de nomes de personagens mencionados na *História Augusta* que, aparentemente, demonstra conhecimento e/ou faz alusão a pessoas que viveram após a pretensa época da redação da obra (final século III, início do século IV d.C.). E para além disso, Dessau aponta que a *Vida* de Septímio Severo parece ter feito uso de uma passagem de Aurélio Victor e de sua obra *De Caesaribus*, que data 360 d.C. Dessau indica também que a *Vida* de Marco Aurélio teria utilizado o material de Flávio Eutrópio: o *Breviarium historiae Romanae*, publicado em 369 d.C. Tais obras que serviram de material para as *Vidas* de Septímio Severo e Marco Aurélio têm suas datas conhecidas e aceitas pelos estudiosos (CORASSIN, 1988, p. 156). Em virtude disso, Dessau inaugura uma reflexão com a qual grandes nomes da época iriam trabalhar posteriormente.

1.4.2.2 THEODOR MOMMSEN

Já em 1890, Theodor Mommsen publica *Die Scriptores Historiae Augustae*, obra em que o autor adota uma posição intermediária, isto é, não renuncia a teoria tradicionalmente aceita até então, mas também não nega as evidências dos argumentos de Dessau. Sendo assim, Mommsen aposta na ação de um compilador. Segundo ele, a *História Augusta* teria sofrido reedições e com elas adições e revisões: a primeira em 330 d.C. e outra no final do IV século. Portanto, Mommsen continuou aceitando a antiga data de composição da obra (final século III, início do século IV d.C.), apontando que o primeiro editor teria introduzido modificações na época de Constantino I (306 a 337 d.C.) e, o segundo, na de Teodósio I (379 a 395 d.C.), assim

²⁰ O latim vulgar (“*sermo uulgaris, cotidianus, rusticus* ou *plebeius*”) era a língua falada em contraposição ao latim clássico (“*sermo classicus* ou *litterarius*”), “[...] no qual há uma diferença de uso entre a classe urbana e a camponesa” (OLIVEIRA, 2013, p. 143).

²¹ *Fälscher*, substantivo masculino que significa “falsificador”*.

* Tradução livre, do inglês para o português. Tradução original do alemão *Fälscher* para o inglês *Forger* encontrada no *Cambridge Dictionary*. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/german-english/falscher?q=F%C3%A4lscher>. Acesso em: 6 set. 2020.

teriam sido utilizadas as passagens vindas de Aurélio Victor e Flávio Eutrópio. Esta análise ficou conhecida desde então como a teoria dos *Diaskeuasten*²², uma ideia que ressurgiu muitas vezes posteriormente (MOMMSEN, 1890, p. 228-292).

1.4.2.3 ELIMAR KLEBS

Todavia, ainda em 1890, Elimar Klebs que combateu a hipótese de Mommsen. Segundo ele, a *História Augusta* e as obras de Aurélio Victor e Flávio Eutrópio derivam de uma fonte comum que não teria chegado aos dias atuais: a chamada *Kaisergeschichte*²³, que discutiremos em seguida, cuja existência havia sido proposta por Alexander Enmann, em 1884 (MACHADO, 1998, p. 7) (CAMERON, 2011, p. 54) (SILVA, 2016 p. 107). Sobre isso, é importante que consideremos as análises feitas por Richard W. Burgess, num artigo bastante esclarecedor denominado *A Common Source for Jerome, Eutropius, Festus, Ammianus, and the Epitome de Caesaribus between 358 and 378, along with Further Thoughts on the Date and Nature of the Kaisergeschichte*, publicado em 2005. Neste artigo, o autor discute as várias interrelações entre os documentos latinos do século IV, retomando a hipótese de Alexander Enmann sobre a teoria da obra histórica perdida, o *Kaisergeschichte*, que teria funcionado como fonte comum para autores como Aurélio Victor, Flávio Eutrópio, o(s) autore(s) da *História Augusta* assim como outros (Jeronimo, Festo, Amiano Marcelino e *Epitome de Caesaribus* – de autor anônimo) (BURGESS, 2005, p. 166- 192).

O *Kaisergeschichte* teria sido um breve trabalho histórico e teria sido elaborado por volta de 337 d.C. ou 357 d.C. Chegou-se a essas conclusões sobre a o *Kaisergeschichte* através da comparação entre as várias documentações textuais romanas do IV século [citadas acima] e devido às muitas semelhanças que não poderiam ser explicadas por uma relação literária direta

²² Observamos que, de acordo com o dicionário de alemão online *Duden*, *Diaskeuasten* trata-se de uma palavra em alemão, com origem grega, que significa “editor de uma obra literária, especialmente os épicos homéricos” [tradução do alemão para o português por Lucas Eichhorn 1]. Considerando a proposta da teoria de Mommsen assim como o significado da palavra em alemão e a sua morfologia, acreditamos que o verbo grego que deu origem a essa palavra seja *διασκευάζω* [transl.: *diaskeuázō* 2] que, de acordo com o *The Pocket Oxford Greek Dictionary* (2000, p. 50), significa “adaptar” ou “arranjar” (músicas, livros, entre outros). Além do verbo *διασκευάζω*, no grego existe o substantivo *διασκευαστής* [transl.: *diaskeuastēs* 2] que, segundo *A Greek-English Lexicon* (1897, p. 358), significa “editor”, “revisor” [de um poema]. Tradução de Lucas Eichhorn. Texto original retirado do dicionário de alemão online *Duden*: Bearbeiter eines literarischen Werkes, besonders der homerischen Epen. Transliteração nossa.

²³ Não encontramos *Kaisergeschichte* em dicionários de alemão. Observamos, no entanto, que essa palavra é a junção de outras duas palavras alemãs: *Kaiser* e *geschichte*. De acordo com o *Cambridge Dictionary*, *Kaiser* significa “imperador”, enquanto *geschichte* significa “história”.

Kaiser – Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/german-english/kaiser>. Acesso em: 7 set. 2020.

Geschichte – Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/german-english/geschichte>. Acesso em: 7 set. 2020.

entre essas obras. Dessa forma, Enmann postulou essa teoria [do *Kaisergeschichte*], de um documento perdido que possibilitaria tal circunstância (BURGESS, 1995, p. 113-114). Sendo assim, a relação entre esses trabalhos (de Aurélio Victor, Flávio Eutrópio, Jeronimo, Festo, Amiano Marcelino e *Epitome de Caesaribus*) teria acontecido sem que houvesse ocorrido empréstimos diretos *entre eles*, mas a partir de uma obra mestra. Particularmente, aceitamos a possibilidade de que o(s) autor(res) da *História Augusta* tenha(m) se valido da *Kaisergeschichte*.

1.4.3 SÉCULO XX

Posto isso, até meados da década de vinte tínhamos duas correntes envolvidas nas querelas sobre *História Augusta*: a dos seguidores da teoria da edição tardia (seguindo a linha de Hermann Dessau e Otto Seeck), e o grupo dos defensores da tradição diocleciano-constantiniana (representada por Elimar Klebs, Hermann Peter, Gaetano de Sanctis, Charles Lécirvain e Léon Homo) (CORASSIN, 1988, p. 157).

1.4.3.1 NORMAN H. BAYNES

Apostando em um caráter pagão e senatorial, Norman H. Baynes inaugurou uma nova fase nos debates acerca da *História Augusta*. Em seu livro *The Historia Augusta: its date and purpose*, publicado em 1926, Baynes sugeriu que a *História Augusta* fora elaborada com a intenção de realizar uma propaganda do programa político e religioso do Imperador Juliano (entre os anos de 362 e 363 d.C.). Dessa forma, a data de composição da obra ficaria em torno desse recorte. O que não apresentaria problemas quanto ao uso do "Breviário" de Aurélio Victor como fonte direta e em relação à questão do aparente uso de Flávio Eutrópio. Baynes resolve o caso e corrobora a teoria de Enmann a propósito da utilização de uma fonte em comum. Essa abordagem deu margem às interpretações que mencionaram a obra como um produto literário característico de uma reação pagã contra a Roma cristã do período tardio (por volta de 284 a 750 d.C.) (BAYNES, 1926, p. 169).

1.4.3.2 HENRI STERN

Por outro lado, temos Henri Stern, autor da obra *Date et destinataire de l'Historie Auguste*, que foi publicada em 1953. Segundo Stern, a *História Augusta* foi composta por uma equipe de escritores durante o reinado de Constâncio II (324 a 361 d.C.). Tendo Constâncio II assegurado o domínio sobre o Império, chegou à Itália preparando-se para punir aqueles que

havam apoiado os revoltosos. Então, após a derrota de Magnêncio em 353 d.C. (que tentava usurpar o trono de Constâncio II), a equipe de escritores, em nome da aristocracia senatorial que estava temerosa por ter apoiado o usurpador, e escreveu através de pseudônimos. A data da composição, desta forma, ficaria entre 352 e 354 d.C. (MOMIGLIANO, 1984, p. 140).

1.4.3.3 ARNALDO MOMIGLIANO

Retomando Baynes, nem todos os especialistas aceitaram a teoria de uma possível propaganda contra o cristianismo. Para Arnaldo Momigliano, que em 1954 publicava seu primeiro trabalho em torno da *História Augusta*, a obra *An Unsolved Problem of Historical Forgery: The Scriptorum Historiae Augustae*, essa era uma ideia forçosa. De acordo com Momigliano, a questão do cristianismo é mencionada apenas oito vezes ao longo de toda a obra e conseqüentemente não poderia ser entendida como o assunto central das biografias (MOMIGLIANO, 1954, p. 40). Ponto que também será combatido por Alan Cameron, estudioso que “também considera pouco pertinente a atribuição do signo de ‘resistência pagã ao cristianismo’ à *História Augusta*, principalmente devido à falta de evidências históricas para sustentar as premissas de uma censura pagã ao período romano tardio” (CAMERON, 2011, p. 745).

Ainda sobre as reflexões de Arnaldo Momigliano a respeito das diversas datas propostas pelos especialistas, o autor relativizava a suposta dependência da *História Augusta* em relação a Aurélio Victor e, apesar de não fazer referência de maneira explícita à *Kaisergeschichte*, também cogitava a hipótese de uma fonte comum a ambas as compilações textuais:

Se a *História Augusta* utilizou Aurelius Victor, ela deve ter sido escrita depois de 360 e, portanto, não foi elaborada sob Diocleciano e Constantino como pretendeu. Infelizmente, as coisas não são tão simples. Não que eu acredite seriamente que a passagem em questão de a vida de Septímio Severo foi interpolada de Aurelius Victor muito depois da composição da *História Augusta*: a passagem não pode ser facilmente extraída de seu contexto, mas há três outros fatos a considerar: 1) Em outros casos, a *História Augusta* e Aurelius Victor, sem dúvida dependiam de uma fonte comum; 2) simplesmente não estamos em posição de comparar a *Historia Augusta* e Aurelius Victor com essa fonte comum porque a fonte comum não sobreviveu (...); 3) Agora é comumente aceito que em caso de analogia, mas não tão próxima correspondência entre a *História Augusta* e Eutrópio, uma fonte comum é a melhor explicação²⁴ (MOMIGLIANO, 1954 p. 31).

²⁴ Tradução nossa. No original: “If the *Historia Augusta* utilized Aurelius Victor, it must have been written after 360 and therefore was not compiled under Diocletian and Constantine as it purported to be. Unfortunately, things are not so simple. Not that I seriously believe that the passage in question of the life of Septimius Severus was

É importante perceber a partir do texto citado, que apesar de não desconsiderar a possibilidade de uma fonte comum, Momigliano é bastante lúcido quando admite que a discussão pertence ao âmbito das possibilidades, já que qualquer outra conclusão nesse sentido seria questionável devido à inexistência da fonte nos dias atuais (MOMIGLIANO, 1954, p. 22-46) .

A opinião de Momigliano em 1984, em seu trabalho *Secondo Contributo Alla Storia Degli Studi Classici*, era que não havia evidência suficiente para descartar uma data de composição do início do século IV, e que qualquer anacronismo pós-Constantiniano poderia ser explicado por um editor trabalhando no material em uma data posterior, talvez durante o reinado de Constâncio II ou Juliano (MOMIGLIANO, 1984, p. 125, 133).

1.4.3.4 ANDRÉ CHASTAGNOL

Chastagnol estabelece os limites cronológicos para composição da *História Augusta* entre as datas de 394 a 398 d.C.; a publicação seria no fim de 397 d.C. e início de 398 d.C. na primeira parte do governo de Estilício. Segundo ele, a obra teria sido redigida após a vitória de Teodósio sobre Eugênio em 394 d.C., num momento em que a propaganda pagã estava proibida. Pois acredita que os autores da HA pertenciam aos meios senatoriais pagãos de Roma (CHASTAGNOL, 1960, p. 14-15).

1.4.3.5 ANTHONY BIRLEY

Em 1966, Anthony Birley, publica a primeira, das que viriam ser cinco²⁵ obras que conhecemos, sobre a *História Augusta*. Contudo gostaríamos de ressaltar o trabalho intitulado *Lives of the Later Caesars* de 1988, nele Birley aponta que não se sabe até que ponto do final da Antiguidade a obra foi divulgada, mas que, segundo ele seu primeiro uso foi na *História Romana* composta por Quinto Aurélio Memmio Símaco, em 485 d.C. (BIRLEY, 1988, p. 20) Ainda na mesma obra o autor, versa sobre a teoria lançada por JJ Müller em 1870 de que as vidas até Septimo Severo são baseadas nas biografias agora perdidas de Mário Máximo, que

interpolated from Aurelius Victor much after the composition of the Historia Augusta: the passage cannot be easily extracted from its context. But there are three other facts to consider: 1) In other cases Historia Augusta and Aurelius Victor undoubtedly depend on a common source; 2) We are simply not in a position to compare the Historia Augusta and Aurelius Victor with this common source because the common source has not survived (...); 3) It is now commonly admitted that in the case of an analogous but not quite so close correspondence between the Historia Augusta and Eutropius, a common source is the better explanation” (MOMIGLIANO, 1954 p. 31).

²⁵ Birley, Anthony (1966) *Two Names in the Historia Augusta* . (1967) *The Augustan History. Latin Biography*. (1988) *Lives of the Later Caesars*. (2006) *Rewriting second- and third-century history in late antique Rome: the Historia Augusta*. (2013) *Hadrian: The Restless Emperor*.

foram escritas como uma sequência da obra intitulada *Caesares*, elaborada no III século (BIRLEY, 1988, p.15). A obra, que não chegou aos dias atuais e só é conhecida pelos historiadores de forma indireta, seria a continuação de *De Vita Cesarum*, de Suetônio. Essa hipótese é apoiada por estudiosos modernos como André Chastagnol, mas foi vigorosamente contestada por Ronald Syme, como mostraremos adiante.

1.4.3.6 RONALD SYME

Alguns anos mais tarde, outro nome viria a ser acrescentado às investigações acerca da *História Augusta*: Ronald Syme, autor da obra *Ammianus and the Historia Augusta*, publicada em 1968. Syme insiste, entretanto, na possibilidade de existência da *Kaisergeschichte*. Em 1983 em outro trabalho, sob o título *Historia Augusta Papers*, Syme realizou uma avaliação das primeiras nove *Vidas* narradas na *História Augusta* (Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio, Cômodo, Hélio Pertinax e Dídio Juliano) estava preparado para datar a redação da obra por volta de 395 d.C. Em suas conclusões, o autor discorda da presença de compilações na *História Augusta* da obra biográfica de Mário Máximo, para Syme, o autor das *Vidas* de Adriano a Caracala teria usufruído de um biógrafo oculto, nomeado pelo historiador como *Ignotus*²⁶, também caracterizado como um “misterioso continuador de Suetônio”²⁷ (SYME, 1983 p. 33).

Em 1971, Ronald Syme publica seu terceiro trabalho acerca da *História Augusta*, intitulada: *Emperors and Biography: studies in the “Historia Augusta”*. Nesta obra reaparecem as propostas de datação no final do século IV, bem como a suposta influência da *Res Gestae* (391 d.C.), de Amiano Marcelino, e até mesmo a hipótese do *Ignotus* como já citamos. Trabalho que Momigliano, em 1973, chamará de: “desprovido de novas evidências e sem uma reorientação radical de seus ideais” (MOMIGLIANO, 1973 p. 114).

Segundo Momigliano²⁸, o autor teria iniciado uma verdadeira cruzada contra os estudiosos que não compartilhavam as mesmas fundamentações que ele. Datar a *História Augusta* entre 395 a 400 d.C., para Syme, teria se tornado uma verdadeira causa a ser vencida. Entre outras coisas, Momigliano pondera que, em seus estudos, Syme não teria sido capaz de explicar de maneira satisfatória questões como a real contribuição de Amiano Marcelino para

²⁶ De acordo com o *Latin Word Study Tool*, *Ignotus* significa “estranho”, “desconhecido”. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=ignotus&la=la>. Acesso em: 7 set. 2020.

²⁷ Tradução nossa. Original: mysterious Suetonius continuator

²⁸ Neste momento, Momigliano já havia publicado duas resenhas críticas – críticos ao trabalho de Syme, uma em 1969 (*Review: Ammianus and the Historia Augusta by Ronald Syme*) e outra em 1973 (*Review: Emperors and Biography: studies in the Historia Augusta by Ronald Syme*)

a *História Augusta* e tampouco o motivo que teria levado o autor da *HA* a se passar por seis escritores inexistentes e que, além disso, pertenceriam a outra época. (MOMIGLIANO, 1973 p. 115)

1.4.3.7 JACQUES SCHWARTZ

Jacques Schwartz, em 1961, na obra *Sur La Date de l'Histoire Auguste*, propôs fixar o trabalho de redação da *História Augusta* no decorrer da usurpação de Eugênio (392-394 d.C.), dentro do círculo de Sexto Claudio Petronio²⁹, sendo a *HA* concluída em fins de 394 d.C., após a batalha do *Frigidus* (SCHWARTZ, 1961, p.169-176). Essa tese foi apontada através da referência na *Vida* de Probus sobre os descendentes do imperador, que segundo Schwartz, foi tomada para se referir a Sexto Claudio Petronius Probus (que fora cônsul em 371 d.C.) e à sua família. No entanto, mais uma vez, Momigliano nos apresenta uma reflexão divergente. De acordo com seus estudos³⁰, o autor da *Vida* de Probus poderia estar fazendo menção, na verdade, aos membros anteriores da família que se destacaram ao longo do IV século, como Petronius Probianus³¹(cônsul em 322 d.C.) e/ ou Petronius Probinus³² que também trabalhou como cônsul, em 341 d.C. A opinião de Momigliano era que não havia provas suficientes para descartar uma data de composição do início do século IV, e que qualquer anacronismo pós- Constantino poderia ser explicado por um editor trabalhando no material em uma data posterior, talvez durante os reinados de Juliano (355 a 363) ou de Constâncio II (324 a 361 d.C.) (MOMIGLIANO, 1984, p. 125-133).

1.4.4 SÉCULO XXI

David Rohrbacher, em 2016, publicou *The Play of Allusion in the Historia Augusta*. Para ele, na realidade, a *História Augusta* não foi escrita na era de Diocleciano, Constâncio e Constantino, mas pelo menos meio século depois, no começo do século V d.C. Segundo Rohrbacher, podemos detectar, no *corpus* do trabalho, títulos que apenas se realizariam posteriormente, assim como a compreensão geográfica do autor do trabalho também reflete momentos subsequentes ao IV século e da suposta data de composição da *História Augusta*.

²⁹ Em latim: Sex. Claudius Petronius Probus. Foi um político e militar romano do século IV d.C., renomado por sua riqueza, poder e contatos, segundo Amiano Marcelino, era vaidoso e voraz apesar de seu nascimento ilustre e imensa riqueza (MOMIGLIANO, 1984, p. 125-133).

³⁰ Estudos desenvolvidos na obra publicada em 1984, *Secondo Contributo Alla Storia Degli Studi Classici*.

³¹ Petronius Probianus (315–331 d.C.) foi um político do Império Romano.

³² Petronius Probinus (341-346 d.C.) foi um aristocrata e político do Império Romano, cônsul romano e *praefectus urbi* de Roma de 345 a 346 d.C.

Mas, para esse autor, as evidências mais importantes para datar esse documento são: inicialmente, o suposto uso de Aurelius Victor; isso, de acordo com ele, assegura a escrita da obra para depois de 371 d.C. No entanto, como já abordamos, a obra de Aurelius Victor (*De Caesaribus*) data de 360 d.C. Sendo assim, notamos uma diferença de onze anos entre a data que é conhecidamente aceita e aquela fornecida por Rohrbacher. Consequentemente, o segundo ponto de sua elucidação atesta um possível uso de Amiano Marcelino (325/330 - 391 d.C.), o que, segundo o autor, garantiria uma data para década de 390 d.C. (ROHRBACHER, 2016, p. 7-8). Todavia, quanto à data da obra de Amiano (*Res Gestae*), não há precisão, só algumas especulações com base em cartas de amigos ou informações contidas em seu texto, que a localizam entre 378 e 395 d.C. Temos notícia, por meio de uma carta que Libânio (sofista neoplatônico conterrâneo de Amiano) direciona a ele congratulando-o pelo seu sucesso em 392 d.C., ano em que uma parte considerável de seu trabalho já teria sido publicado (acredita-se que até o livro XXV) (GONÇALVES, 2008, p. 98). Em vista disso, quando Rohrbacher localiza a datação da *História Augusta* no V século, isto nos soa um tanto quanto inviável.

No Brasil, os estudiosos deste assunto assumem preferência pelas datas do fim do século IV d.C. Mencionamos Maria Luiza Corassin, autora da obra *Um estudo sobre a História Augusta: a vita Alexandri Severi*, elaborada como tese de doutorado e defendida em 1984. Tal autora escreveu também *A composição da biografia de Severo Alexandre na História Augusta* (1988) e *Biografia e História na "Vita Aureliani"* (1997). Neste último estudo, a autora nos traz uma análise acerca da biografia latina do IV século (entre as obras analisadas, a *História Augusta*), com o propósito de discutir a distinção entre os gêneros história e biografia na Antiguidade Tardia. Sendo assim, Corassin declara seguir a maioria dos especialistas e concorda que a data da redação seja fixada em fins do século IV, com um *terminus post quem* de 390 d.C., estabelecendo a data da composição no período entre 392 e 423 d.C. (CORASSIN, 1997, p. 99).

Essa posição também foi adotada pelo historiador Carlos Augusto Ribeiro Machado, que utilizou a *História Augusta* na composição de sua dissertação de mestrado, cujo título é *Imperadores Imaginários: política e biografia na História Augusta*, defendida em 1998. Um dos autores que mais recentemente fez uso da obra foi Filipe Noé da Silva (2016). Em sua dissertação de mestrado, intitulada *Gênero e Poder no Império Romano: Considerações sobre o Imperador Adriano*, também compactua com a teoria da *História Augusta* ter sido escrita no final do século IV d.C.

Aceitamos que a datação dessa obra se localiza na segunda metade do século IV d.C., pois pensamos na produção dessa obra como uma crítica ao poder imperial vigente, mais especificamente, ao Regime de Dominato. Acreditamos que a *História Augusta* denuncia a maneira como os membros da cúria romana viam o mundo político do qual participavam. Para nós, é possível observar na obra uma representação de como o Senado do IV século via este poder político do Imperador com o qual era obrigado a conviver. A partir daí, podemos perceber que esse poder imperial foi bastante criticado através da biografia de Cômodo na *História Augusta*, uma vez que elaborar discursos diretos que reprovassem as ações do imperador era algo inconcebível. Falaremos mais acerca do poder imperial e o Regime de Dominato no segundo capítulo.

1.5 SEIS ROTEIRISTAS OU AUTOR ÚNICO?

Muitos foram os debates travados em torno da datação da *História Augusta* e não poucas são as querelas envolvendo a autoria desta obra. Os manuscritos existentes nos sugerem uma divisão entre os autores nomeados antes e depois da presença da lacuna de interrupção³³, pois, parte da obra supostamente não teria chegado aos dias atuais, conforme explicaremos adiante.

Na primeira metade da *História Augusta*, quatro roteiristas estão presentes e as biografias são divididas de maneira errática³⁴. Sob incumbência de Élio Esparciano, segundo os manuscritos, nos são apresentadas sete *Vidas*, qual sejam: Adriano, Élio, Didio Juliano, Severo, Níger, Caracala e Geta. Já Júlio Capitolino teria elaborado o maior número de *Vidas*; seriam nove no total, a saber: Antonino, Marcus, Lúcio Vero, Pertinax, Albino, Macrino, Os Maximini, Os Gordianos, e Máximo e Balbino. No encargo de Vulcácio Galicano verificamos apenas uma: a *Vida* de Avídio Cássio. E, por fim, temos Élio Lamprídio com quatro *Vidas*: Cômodo, Diadumeniano, Heliogábalos e Severo Alexandre (BIRLEY, 1988, p. 11-12).

Destes quatro, Esparciano e Galicano alegam estar empreendendo um conjunto completo de biografias imperiais que partem de Júlio César em diante, enquanto Lamprídio declara escrever uma coleção de biografias que lidaria com a Dinastia dos Gordianos, Cláudio II, Aureliano, Diocleciano, Maximiano e os quatro rivais de Constantino. Capitolino também sugeriu que estava escrevendo mais biografias do que de fato podemos encontrar na *História Augusta*. A segunda metade da *História Augusta* é dividida entre dois roteiristas. Ao contrário

³³ Do século III d.C., em que algumas *Vidas* de imperadores que reinaram nesse período estão faltando.

³⁴ A organização das *Vidas* estaria fora da ordem original.

da primeira parte, os imperadores abordados nesta seção são agrupados logicamente e são divididos aproximadamente entre os dois supostos autores em sequência cronológica. Assim sendo, coube a Trebellius Pollio quatro *Vidas*: Valerian, Gallienus, Tyranni Triginta e Cláudio; e a Flávio Vopísco a tarefa de narrar as últimas cinco *Vidas*: Aureliano, Tácito, Probus, Quadrigae Tyrannorum³⁵, Carus, Carinus e Numerian (estes três últimos têm suas biografias escritas em uma só *Vida*) (BIRLEY, 1988, p. 12).

No que tange a qualquer reconhecimento da existência mútua entre os roteiristas, apenas Flavio Vopísco se refere aos outros autores, mais especificamente a Trebellius Pollio, Júlio Capitolino e Élio Lamprídio. Nenhum dos outros cinco demonstra qualquer consciência da existência dos outros colaboradores (BIRLEY, 1988, p.10).

Situação que não passa despercebida pelos pesquisadores Justin A. Stover e Mike Kestemont na obra *The Authorship of The Historia Augusta: Two New Computational Studies*, publicada em 2016. Para eles, a lacuna de interrupção é uma característica marcante do texto da *História Augusta*, afinal ela cobre os imperadores entre Gordiano III e Valeriano, ou seja, os anos agitados entre 244 e 253 d.C., continuando de repente no respaldo da derrota e captura de Valerian pelo rei persa, Sapor. Desse modo, essa lacuna parece corresponder a uma divisão natural no texto; isso poderia significar que houve uma divisão real em duas partes e que o prefácio da segunda parte foi simplesmente perdido. No entanto, a conjuntura da perda do texto ocorrendo precisamente no ponto em que a natureza do *corpus* e sua autoria mudam, levou muitos a suspeitarem que a lacuna é uma característica deliberada do *corpus* (STOVER; KESTEMONT, 2016, p. 142).

Dessau, como referimos anteriormente, defendeu a tese de que um único autor compôs a *História Augusta*. Segundo ele, o enigma se encontra na ideia em se ter um único trabalho compreendendo um número de indivíduos, mas sem qualquer evidência textual de um editor que reunisse o material. Observamos essa irregularidade à medida em que o texto tem exemplos de intenções declaradas por um autor de escrever a *Vida* de um dos imperadores apenas para que o trabalho complete a obra que está sendo elaborada também por outros roteiristas – por exemplo, Espartiano declara que vai escrever a *Vida* de Verus, no entanto essa *Vida* é atribuída a Capitolinus (ROHRBACHER, 2016, p. 5). Portanto, se essas informações se confirmarem, então um editor provavelmente se envolveu no projeto para selecionar a *Vida* de um *Scriptor* em detrimento de outro.

³⁵ Quadrigae Tyrannorum, ou carruagem de usurpadores, de uma frase no final de Probo (24.8).

Logo, a presença de um editor da era pós-constantiniana, como originalmente postulada por Theodor Mommsen (1890), ainda tem o apoio notável e foi mais recentemente articulada por Daniël Den Hengst, autor de *Emperors and Historiography*, obra publicada em 2010. Em seu trabalho, sugere que o editor foi o autor da segunda metade da *História Augusta* e que, assim, ele teria trabalhado sob os pseudônimos de Pollio e Vopiscus. Além disso, Den Hengst ainda sustenta que o suposto editor teria sido o autor das vidas secundárias do primeiro bloco, bem como o responsável pelas inserções nas vidas primárias daquela série. Den Hengst considera a existência de vastas diferenças estilísticas entre as duas metades da *História Augusta* e que isso, obviamente, significa que elas não podem ter sido escritas pelo mesmo autor (DEN HENGST, 2010, p. 182). Esse ponto é bastante controverso entre os especialistas há algumas décadas (WHITE, 1967, p. 125).

Peter White, em seu artigo *The Authorship of the Historia Augusta*, publicado em 1967, confirma a tese de Dessau da unicidade da autoria da *História Augusta*. Segundo ele, é possível notar uma variação no tom da *História Augusta*, mas que isso se deve ao fato de que a relação entre o autor e as fontes por ele utilizadas seria mutável, ou seja, quando reproduz fontes latinas, mostra-se relativamente sóbrio e factual; quando improvisa seu próprio material, devido à escassez ou ausência de fontes, torna-se "irresponsável e bombástico"³⁶. Para White este seria, então, o fator determinante da variedade de estilos na *História Augusta* e não a existência de seis autores (WHITE, 1967, p. 125) (CORASSIN, 1984 p.161).

Igualmente para David Rohrbacher (2016, p. 5), toda essa questão se finda na autoria única. Segundo ele, as evidências estão na maneira semelhante em que os supostos autores abordam, mostram temas e descrevem seu trabalho, com foco particular em mulheres, vinho e disciplina militar. Para além disso, o pesquisador aponta que todos eles se referem à natureza sem precedentes de sua tarefa e à dificuldade que eles enfrentaram para realizá-la, bem como compartilham uma dependência sobre historiadores e biógrafos desconhecidos, como Aemilius Parthenianus e Junius Cordus. Ademais, usam uma linguagem semelhante para direcionar o leitor para estas ou para outras fontes, caso mais informações estes desejassem. Rohrbacher destaca que os supostos autores compartilham alguns erros, como fornecer o nome incorreto "Diadumenus" para Diadumenianus, o filho do imperador Macrino (ROHRBACHER, 2016, p. 5).

Assim como Tony Honoré apontou em sua obra *Scriptor Historiae Augustae* (1987), existem alguns sinais de humor que se espalham pela obra que poderiam ser evidências dessa

³⁶ Tradução nossa. Texto original: irresponsible and bombastic

autoria única. Por exemplo, *Spartianus* é severo, faz referência a *espartano*, e é o biógrafo dos imperadores hostis ao senado; *Capitolinus*, por sua vez, liga-se ao Capitólio e, por isso, ao senado. *Lampridius* é frívolo, para imperadores frívolos; *Vulcacius Gallicanus* faz alusão a Vulcácio Rufino, rebelde da Gália, e, desse modo, assume a autoria de *Vidas* rebeldes (HONORÉ, 1987, p. 170). Segundo Honoré, será obra de um oficial do escritório do prefeito da cidade de Roma (1987, p. 166).

Outro grande defensor da argumentação em torno de um autor único é Ian Marriott autor de *The authorship of the Historia Augusta* (1979). No citado trabalho, Marriott aplicou o uso de computadores³⁷ na análise estilística com o objetivo de verificar as diferenças e similaridades entre os seis supostos autores. Segundo as conclusões de Marriott, a *História Augusta* é homogênea e os seis autores não apresentam diferença significativa entre si, portanto considera que tal obra foi tarefa de um só idealizador (MARRIOTT, 1979, p. 65-77). Contudo, pesquisas mais recentes, como a dos pesquisadores Justin A. Stover e Mike Kestemont (2016), articulam que a citada análise foi marcada por estudos metodológicos falhos. Segundo eles, o uso do cumprimento da sentença como critério de autoria, que não é mais considerada uma característica estilística eficaz mesmo para textos modernos, definitivamente não deveria ser usado para textos antigos, onde a pontuação é devida ao editor moderno (STOVER; MIKE, 2016, p. 142).

Stover e Kestemont argumentam que o problema da autoria do *corpus* é muito complexo para ser reduzido à alternativa nua entre uma ou várias autorias. Os dois pesquisadores propõem uma nova forma de análise. Em seus experimentos Stover e Kestemont acreditam que a adequada abordagem de verificação de autoria não assume automaticamente que o autor real de um texto contestado, é incluído entre os autores candidatos para os quais se tem material de referência disponível em um experimento. Somente se um documento anônimo for próximo o suficiente da obra de um determinado autor, ele será atribuído a esse autor. Em todos os outros casos, o sistema de verificação se abstém de uma atribuição. Os resultados das análises nos permitem argumentar que, pelo menos, dois autores podem ser detectados no texto. Os quatro autores que escreveram antes da lacuna - Capitolino, Spartiano, Vulcacio e Lampridio - são indistinguíveis um do outro; da mesma forma, os dois autores posteriores - Pollio e Vopiscus - são apenas marginalmente distintos um do outro. Há, no entanto, uma diferença mensurável de estilo entre esses dois grupos de autores (STOVER; MIKE, 2016, p. 142).

³⁷ Essa foi uma aplicação seminal da estilometria forense, desenvolvida por Mosteller e Wallace.

Alan Cameron observou, em 2011, que qualquer tentativa de análise de autoria da *HA* deve levar em consideração a natureza do *corpus* conforme descoberto por historiadores e filólogos:

Dado o fato indiscutível de que as vidas anteriores são amplamente baseadas em Marius Maximus e / ou (se ele existiu) *Ignotus* de Syme , poucas páginas individuais de qualquer vida atribuída a Capitolinus, Lampridius ou Spartianus provavelmente contêm mais do que um punhado de frases que são inteiramente trabalho do autor (melhor compilador) (CAMERON, 2011, p. 744)

Assim, Cameron duvida que os métodos computacionais venham a revelar uma resposta definitiva à questão da autoria múltipla ou única: “Nessas circunstâncias, é improvável que os métodos computacionais venham a produzir resultados definitivos, e abordagens linguísticas mais tradicionais podem ser mais reveladoras” (CAMERON, 2011, p. 744).

Em nossa análise nos parece possível que a *História Augusta* seja obra de autor único, detectamos, semelhanças na forma como abordaram seus trabalhos, mostra temas e seguem um mesmo roteiro ao desenvolver as vidas. Contudo, também acreditamos ser possível a intervenção de um editor tardio. Assim, para nós a questão da autoria permanece incógnita,

1.6 VIDAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS

Uma característica particular da *História Augusta* é que ela pretende fornecer não apenas biografias de imperadores, as *vidas primárias*, mas também se encarrega das chamadas pelos historiadores modernos *vidas secundárias*. Nestas, podemos encontrar a trajetória dos designados herdeiros, co-regentes e usurpadores que reivindicaram sem sucesso, o poder (SYME, 1971, p. 54-57).

Assim, podemos apontar na classificação de *vidas primárias*, as biografias de: Adriano, Antonino Pio, Marcus, Verus, Cômodo, Pertinax, Didius Julianus, Severus, Caracalla. Estas, segundo Rohrbacher (2016 p. 8), são *Vidas* ricas em nomes e datas que podem ser mostradas como autênticas recorrendo a outras documentações textuais, ou que simplesmente satisfazem no quesito da plausibilidade, embora isso não signifique que nessas *Vidas* não exista material suspeito.

Entre as *vidas secundárias*, estão incluídas as de Aelius, Avidius Cassius, Pescennius Niger, Clodius Albinus, Geta, Macrinus e Diadumenianus. Todas elas oferecem poucas informações historicamente precisas, uma vez que em seu conteúdo é considerado confiável apenas o que é tirado da *vida primária* a que elas estão associadas. (ROHRBACHER, 2016, p. 8-9). O restante é classificado por Anthony Birley como falso, grosseiro ou comicamente

exagerado. Na obra *Lives of the Later Caesars*, Birley lembra que as *vidas secundárias* permitiram ao autor exercer a liberdade na invenção de eventos, lugares e pessoas, sem a necessidade de se conformar a fatos históricos autênticos (BIRLEY, 1988, p. 13-14)

Em 2006, por considerar primordial estabelecer quais fatos relatados na *História Augusta* seriam confiáveis, Anthony Birley, em sua obra *Reescrevendo a história dos séculos II e III na Roma Antiga: a História Augusta*, elabora uma tabela expondo em porcentagem qual seria a quantidade de detalhes históricos confiáveis – tabela que segue abaixo (BIRLEY, 2006, p. 23).

Vida	Tipo de Vida	Estimativa % contendo detalhes históricos confiáveis
Aelius	Secundário	25%
Avidius Cassius	Secundário	5%
Pescennius Niger	Secundário	29%
Clodius Albinus	Secundário	32%
Arranje um	Secundário	5%
Opellius Macrinus	Primário	33%
Diadumenianus	Secundário	5%
Elagabalus	Primário	24%
Alexander Severus	Primário	4%
Cláudio	Primário	10%
Aureliano	Primário	27%
Tácito	Primário	15%
Probus	Primário	17%
Quadrigae Tyrannorum	Secundário	0%
Carus	Primário	17%

Tabela 1: Tabela retirada do livro *Reescrevendo a história dos séculos II e III na Roma Antiga: a História Augusta* (2006), de Anthony Birley.

Como uma disciplina científica, a História produz conhecimento efetivo, mas esse conhecimento também tem limitações. Por isso é preciso pensar nas limitações e ter em mente que limites são inerentes a qualquer tentativa de entender e interpretar o mundo. Em nossa perspectiva, e na do historiador Norberto Luiz Guarinello (especialmente em sua tese de livre-docência em História Antiga, publicada em 2014), o objeto da História não poder ser pensado como uma coisa, no sentido de algo que possa ser definido com precisão dentro de claros limites espaciais, cronológicos e conceituais (GUARINELLO, 2014, p. 55).

Desse modo, os historiadores não narram ou reconstroem o passado, pela razão simples que o passado nos é inacessível, não existe mais, e não pode ser reavivado ou recuperado como

realmente foi. O único acesso que temos ao passado ocorre através das perguntas feitas no presente, que procuraremos responder por meio de objetos, textos ou recordações de indivíduos vivos ou que já morreram, mas que deixaram seus discursos. Assim, os historiadores, com seu olhar treinado, identificam os restos de um passado que já não existe, sobrevivências que podem ser tratadas como documentos. Nas palavras de Guarinello (2014, p. 55), as pistas do passado “são mais como escassos pontos de luz na escuridão”, que nos permitem falar sobre o passado sem jamais vê-lo.

Neste ponto, criticamos Anthony Birley pois, de acordo com nossas reflexões, não importa a quantidade ou qualidade das pistas deixadas; o passado, como realmente aconteceu, não é sintetizado por/ou nos documentos. Assim, todo seu conteúdo, coerente ou incoerente, deve ser exposto à reflexão do historiador, pois tem igual valor investigativo. Os historiadores selecionam os documentos e, baseando-se em teorias e ações específicas da sociedade que querem interpretar, relacionam os fatos desconexos que aparecem de vários modos, procurando identificar as relações de causa e efeito, como explica Guarinello (2014, p. 57):

Se para um historiador eventos políticos ou a atitude das elites forem fatores decisivos na História, selecionará informações dos documentos para extrair eventos e relacioná-los, explicando ou interpretando uma realidade passada de modo a que faça sentido. Se conferir, porém, prioridade à economia como a dimensão explicativa na estruturação das sociedades humanas, selecionará fatos econômicos e os colocará em uma certa ordem, seja privilegiando as relações de propriedade e produção, como para os marxistas, seja atribuindo mais importância às relações de troca, ao mercado, e assim por diante.

Desse modo, os vestígios do passado, são necessariamente descontínuos e desconexos, cabendo, assim, ao historiador relacionar os vestígios que foram produzidos em tempos e lugares diferentes, por agentes sociais diferentes, com propósitos diferentes, propondo coerência e continuidade. No entanto, não é nosso objetivo nos aprofundarmos nessa reflexão: queremos apenas refletir sobre como compreendemos uma documentação textual dentro de suas fronteiras internas. Posto isso, a partir daqui continuaremos apresentando as categorias em que as *Vidas* na *História Augusta* foram classificadas.

As *Vidas* de Heliogábalo e Alexandre Severo ganharam, segundo os pesquisadores, uma categoria própria. Elas ficam perto do meio da *História Augusta* e funcionam como um par antagônico: temos o vilão Heliogábalo que é balanceado pelo governante sábio e filósofo Alexandre Severo. E os contrastes não param por aí, a *Vida* de Heliogábalo contém, de acordo com Rohrbacher (2016 p. 20), algumas passagens autênticas, incluindo alguns lugares onde o

autor cita o grego Herodiano (178 – 252 d.C.) como uma de suas fontes, enquanto a *Vida* de Alexandre, segundo ele, não contém quase nada de factual.

Em relação às próximas biografias (os dois Maximini, os três Godos, Máximo e Balbino) podemos chamá-las de *vidas intermediárias*. Elas discutem várias *Vidas* dentro de um único livro, todas enfocam os eventos do ano 238 d.C. em diferentes perspectivas e misturam informações reais tiradas de Herodiano com supostas ficções.

As *vidas intermediárias* são seguidas pela lacuna entre 244 e 260, e alguns trechos sobreviventes dos dois Valerianos. Assim, o que temos a seguir são nove *Vidas* finais, as quatro *Vidas* atribuídas a Trebellio Polio e as cinco de Flávio Vospicio, que nos oferecem apenas um esboço mínimo de material factual preenchido com grandes quantidades de invenção a serem interpretadas.

Essas vidas finais, como as vidas intermediárias, incluem biografias de grupo. Dessa forma, os dois Valerianos são seguidos pelos dois Gallieni e a biografia final da coleção abarca Carus e seus dois filhos, Carinus e Numerian. Há, também, outro grupo que compreende retratos de usurpadores: as biografias de Firmus, Saturninus, Proculus e Bonosus, as quais são chamadas coletivamente de *Quadrigae Tyrannorum*, ou carruagem de usurpadores.

Logo após o extremo caso das biografias em os Trinta Tiranos (exposições sobre trinta e dois usurpadores), a *História Augusta* é finalizada com *Vidas* singulares, como as breves biografias de Claudiano e Tácito, e as nem tão reduzidas de Probos e Aureliano.

1.7 VALOR HISTÓRICO

Do século VI ao final do século XIX, após inúmeros debates, os historiadores reconheceram que a *História Augusta* era uma documentação textual complexa. Por isso, desde o século XX, os estudiosos modernos tendem a tratá-la com extrema cautela.

Ronald Syme argumentou que era um erro considerá-la um trabalho histórico e que nenhum propósito claro poderia ser determinado. Ele teorizou que a *História Augusta* é primariamente um produto literário, um exercício de sátira produzido por um “escolista desonesto”³⁸ atendendo, zombando ou parodiando, as tendências antiquárias da era teodosiana, nas quais Suetônio e Mario Máximo estavam inseridos e Amiano Marcelino estava produzindo uma história sóbria à maneira de Tácito (SYME, 1983, p. 12-13).

Segundo ele, à medida em que o trabalho prossegue, a inventividade do(s) autor(es) passa por um crescente grau de elaboração, uma vez que fontes históricas legítimas começam

³⁸ Tradução nossa. Original: dishonest escoliast

a se esgotar, acabando por compor largamente relatos ficcionais, como as biografias dos Trinta Tiranos, que o autor afirmou serem usurpadores do Imperador Gallieno. Além disso, após a biografia de Caracalla, as *vidas primárias* (dos próprios imperadores) começam a assumir as qualidades retóricas e fictícias anteriormente confinadas às *vidas secundárias* (SYME, 1983 p. 44, 211, 214).

Todavia, já discutimos como os autores antigos utilizaram da imaginação na escrita de suas biografias, assim a preocupação com o rigor na investigação e a fidelidade dos manuscritos perdia terreno, pois o objetivo de delinear um caráter típico do personagem ganhava espaço. Por isso, nos interessa *toda* a construção de um discurso, buscamos qualquer pista ou convenção que possa expressar alguma característica ou faceta do biografado. As *invenções* não anulam, em nenhuma medida, a investigação da existência de uma individualidade, de uma trajetória singular de vida e o objetivo do autor, que pode ser, por meio desses artifícios, finalmente exposto.

Dentre outros pontos, considerável significado representa, segundo Syme, a seção inicial da vida de Aureliano, na qual Flavius Vopiscus registra uma suposta conversa que ele teve com o *praefectus* da cidade de Roma durante o festival de *Hilaria*. Nesse diálogo, o prefeito pede a Flavius que ele escreva como designa e invente o que não sabe (SYME, 1968, p. 192).

Ao narrar as *vidas secundárias* e posteriores que, juntas, compõem quase metade da obra, Rohrbacher diz que o(s) autor(es) possuía(m) poucas documentações para usar – ou não fica claro se elas, de fato, existiram e o(s) autor(es) que escolheram não utilizá-las. Assim sendo, o(s) idealizador(es) da obra teria(m) criado determinados pontos ao invés de seguir. Na *Vida* de Alexandre Severo, por exemplo, Rohrbacher também atesta ter acontecido várias invenções na falta de fontes confiáveis para tais escritos. Do mesmo modo é o caso dos Trinta Tiranos e do *Quadrigae Tyrannorum*, onde ele(s) não apenas escreveu(eram) sobre figuras que não eram usurpadoras como se fossem, mas até inventou(aram) usurpadores que nunca existiram (ROHRBACHER, 2016, p. 16-21)

O(s) autor(es) da *História Augusta*, portanto, dedicou(aram) propositadamente quantidades consideráveis de seu trabalho às invenções. Dessa forma, inventar talvez seja a característica mais marcante da obra, afinal, todo esse material arquitetado na *História Augusta* pode ajudar a esclarecer as intenções e propósitos do(s) autor(es), o que oferece aos pesquisadores inúmeras questões a serem refletidas. Assim sendo, a História é viva e sempre está em construção.

Desse modo, não é sensato desvalorizar a *História Augusta*, pois além de ser a principal fonte latina sobre dois séculos da história romana (abrangendo meados do século II até o século III d.C.), ela também nos apresenta satisfatória quantidade de dados que são reais, por exemplo: os estudiosos haviam assumido que Veturius Macrinus, mencionado na *Vida* de Didius Julianus, era uma invenção do autor, como tantos outros nomes. No entanto, foi descoberta uma inscrição que confirmou sua existência e seu cargo de *praefectus praetorio* em 193 d.C., como nos apresenta Ronald Mellor, autor da obra *Os Historiadores Romanos*, publicada em 2002. Da mesma forma, as informações de que a Muralha de Adriano foi construída durante o governo de Adriano (*Vida* de Adriano, 11.2) e que a Muralha de Antonino foi construída durante o governo de Antonino Pio (*Vida* de Antonino Pio, 5.4.) não são atestados por nenhum outro escritor antigo existente além da *História Augusta*, cuja veracidade foi confirmada através de inscrições³⁹ (BIRLEY, 1998, p. 13).

1.8 PROPÓSITO DA HISTÓRIA AUGUSTA

As interpretações acerca da *História Augusta* também variam consideravelmente. Alguns argumentaram que o autor(es) tinha um propósito político ao elaborar sua obra. De acordo com Norman H. Baynes, autor da obra *The Historia Augusta: its date and purpose*, publicada em 1928, a *História Augusta* teria sido escrita durante o governo do imperador Juliano e supunha que o interesse do Imperador na elaboração da obra, era de modo geral, promover uma restauração do paganismo (BAYNES, 1928, p. 166 -171). Enquanto Henri Stern, autor de *Date et destinaire de l'Histoire Auguste*, lançada em 1953, sustentou que o(s) autor(es) favoreceu(ram) Constantius II (STERN, 1953)

Ronald Syme, elaborador de consideráveis obras acerca do tema, apelidou o(s) autor(res) de "gramático desonesto"⁴⁰ para enfatizar grande parte da inventividade presente na *História Augusta*. Para ele, apenas algumas das invenções do(s) autor(es) podem ser concebidas de uma maneira política ou teológica, a maioria não pode (SYME, 1983 p, 62, 128)

Tal como Syme, André Chastagnol, autor de *Histoire Auguste* (1994), reconhece a natureza lúdica de grande parte da ficção nas *Vidas* e conclui que o autor é um pagão que favorece o Senado e a aristocracia romana, desprezando as classes mais baixas e os estrangeiros.

Para François Paschoud, outro grande estudioso e autor de várias composições sobre a *História Augusta*, os últimos livros dessa obra são, de fato, um tipo de narrativa histórica

³⁹ Ver mapa na última página deste capítulo.

⁴⁰ Tradução nossa. Original: *Rogue grammaticus*.

alternativa, com eventos e personalidades dos recentes imperadores do século IV, entrelaçados no tecido de uma série de imperadores do século III. Segundo Paschoud, a representação do Imperador Probus é uma versão de Juliano, com Carus substituindo Valentiniano I e Carinus por Graciano (PASCHOUD, 2006, p. 78-367).

Para David Rohrbacher, a *História Augusta* não possui uma pauta política ou teológica. Ao contrário, o autor citado a considera o equivalente a um quebra-cabeça, ou seja, um jogo literário com o objetivo de entreter o leitor com suas numerosas alusões elaboradas e complicadas (ROHRBACHER, 2013, p. 148).

Carlos Augusto Ribeiro Machado, em sua dissertação de mestrado *Imperadores Imaginários: política e biografia na História Augusta*, defendida em 1998, nos mostra como na *História Augusta* pode ser identificada como um indício de relativa autonomia do Senado Romano. De acordo com ele, as biografias na *História Augusta* “mostram que o Senado romano, no final do IV século, era capaz não só de produzir, mas também de pôr em circulação imagens de si e do Imperador que lhes eram próprias” (MACHADO, 1998, p. 125).

Nós estamos de acordo com Machado; concordamos que a perspectiva da *História Augusta* é claramente senatorial, até porque grande parte dos textos do período é proveniente de uma elite bastante ativa nas decisões políticas e defensora de seus interesses (HISTÓRIA AUGUSTA, 2011, p. 13)⁴¹. Desse modo, nos propomos mostrar que o autor, ou autores da *História Augusta*, mais especificamente aquele que redigiu a *Vida* do Imperador Cômodo, procurou realizar uma crítica ao regime político vigente: o Dominato. Deste modo, trabalharemos essa questão no segundo capítulo desta obra.

⁴¹ A informação é fornecida pelos tradutores da *História Augusta Vol. I: Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cômodo* e se encontra na introdução da obra. Publicada por: Imprensa da Universidade de Coimbra em 2011.



Figura 2: Este mapa, do século XIII, escrito pelo monge beneditino Matthew Paris, representa as ilhas britânicas. Na região da Escócia, é possível observar a Muralha de Antonino e a Muralha de Adriano⁴². (comentadas anteriormente, que tiveram suas existências mencionadas na História Augusta)

Fonte: Wikimedia Commons

⁴² Informações retiradas do site da British Library. Disponível em: <http://www.bl.uk/onlinegallery/onlineex/unvbrit/m/001cotclad00006u00012v00.html>. Acesso em: 9 set. 2020.

CAPÍTULO II– O REGIME DE DOMINATO

2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Entendemos que a representação é a conexão entre a sociedade e o poder, assim, é por meio dela que as instituições governamentais evidenciam suas ações e traduzem a comunidade que governam. Trata-se da forma como o poder que governa uma sociedade é visto perante as outras governanças e perante a própria sociedade. Por conseguinte, a representação assume a tarefa de, junto ao ato de governar, assegurar a harmonia e a ordem na sociedade.

Assim, esse imaginário pode ser veiculado por meio de suportes de naturezas diversas, como textos, esculturas, moedas, estátuas, pinturas e produções arquitetônicas. Esses são itens cuja leitura crítica de seu conteúdo resulta em documentos históricos, uma vez que eles foram idealizados e produzidos sob condições específicas e, desse modo, podem ser considerados mecanismos criadores de pensamento (BURKE, 2001, p. 11).

No contexto do Império Romano, mais especificamente nos séculos III e IV d.C., percebemos que as formas como esses imperadores se expunham publicamente (através dos elementos citados acima, como textos, esculturas, entre outros) é importante. Pois, dessa forma, os imperadores detinham o controle, direto ou indireto, sobre a capacidade de acesso aos meios de informação, pelos quais as crenças e expectativa culturais eram compartilhadas. Em outras palavras, por meio da imagem dos imperadores, podemos compreender como o seu poder deveria ser percebido e entendido, bem como qual deveria ser a posição dos governados.

2.2 ATRIBULAÇÕES ENTRE O FINAL DO SÉCULO III d.C. E O INÍCIO DO SÉCULO IV d.C.

O último terço do século III d.C. e os primeiros anos do século IV d.C. ao que observamos, se manifesta como um período histórico riquíssimo e marcado por profundas transformações nos mais diversos setores; político, social, econômico e cultural que alteraram, de forma contundente, as estruturas até então existentes do mundo imperial romano que passou a se apresentar como renovado. Nesse momento, elementos que integravam uma tradição já reconhecida e consolidada, mesclava-se com aspectos inovadores e por esse motivo diversas renovações se apresentam. Imerso no arco cronológico da Antiguidade Tardia, o *Império Romano Tardio* passará por uma importante transformação política que denota a relevância e a

força dos poderes imperiais, junto ao Senado e o corpo bélico_ que ganhava cada vez mais espaço nas importantes questões políticas do mundo imperial romano.

Entre 235 e 284 d.C. o Império Romano, passava por uma situação que ficou erroneamente caracterizada apenas como o período da crise do século III d.C. Tradicionalmente, a historiografia sobre este curto e importante período da história romana, assinala um status de crise geral, caracterizado pela constante e rápida sucessão de Imperadores, por um estado de guerra quase ininterrupto (identificando os conflitos de caráter interno e externo), pela desvalorização da moeda de prata e pela relativa queda nos recursos imperiais (CAMERON, 2001, p.18). Alaric Watson (1999, p. 2) relata que essas características motivaram uma visão simplista e pejorativa pela historiografia, o que acabou por favorecer interpretações que examinavam este período como uma época de crise generalizada e declínio. Assim, as estruturas tradicionais necessitavam ser renovadas, sendo o poderio militar a alternativa mais viável encontrada pelos soberanos para garantir a continuidade do Império.

Neste sentido, a ideia convencional de uma universal crise do século III tem sido questionada. Para Christophe Badel e Agnès Bérenger (1998, p. 9), não é possível falar sobre uma crise comum a todo território romano. De acordo com seus estudos de epigrafia e comparação de documentos das distintas regiões do Império, o que houve, de fato, foi a instabilidade política de algumas regiões do Império Romano no século III d.C. As inscrições epigráficas provam que o sistema político do Principado permaneceu estável até pelo menos o ano de 260 d.C., e que as organizações das cidades não passaram por modificações fundamentais. Assim, a documentação epigráfica e a numismática auxiliam na percepção de que os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais não afetaram todo o Império ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. Para Badel e Bérenger as dimensões catastróficas propagadas pela tradição historiográfica, tem origem nos escritos senatoriais do IV século, que eram resultado da indisposição dos senadores com a figura do imperador-soldado (1998, p. 9).

John Drinkwater (2008, p. 58-61) comenta que no intervalo cronológico de 235-284 d.C., o Império Romano sofreu com distúrbios de natureza militar, fiscal e política, mas que uma análise geral mostra que estes elementos não podem ser associados à totalidade do território ou período. Como exemplo, aborda a questão militar, que teve seu ponto crítico a partir da combinação da pressão nas fronteiras que ocorria em duas frentes: do lado ocidental, havia germânicos; do oriental, havia os persas. Para ele, a contínua guerra nas fronteiras, não aconteceu antes de 240 d.C., com a emergência dos Godos como grande ameaça (DRINKWATER, 2008, p. 60).

Ressaltamos que alguns pontos observados pela historiografia tradicional do século III, não devem ser levados como absolutos, como exemplo, o colapso do Império Romano.- Pelo contrário, este é um período no qual o mundo romano se adaptou, se transformou, e lançou base para a estruturação de uma nova identidade imperial, e de um novo sistema político que duraria ainda mais dois séculos no ocidente, e que só se reformaria no século VIII d.C., no oriente (WATSON, 1999, p. 2). Entendemos que as complexas transformações sociais e políticas do período, bem como, o aumento das pressões externas em algumas localidades e o seu efeito desestabilizador sobre o sistema político não produziram, mas aceleraram, desenvolvimentos graduais e transformações estruturais.

Contudo, ao mesmo tempo, é vital não minimizarmos as questões das defesas militares. Nos locais onde não havia barreiras naturais para impedir o acesso dos invasores, a defesa era realizada por meio de fortificações e das legiões. Desse modo, o papel decisivo de resguardar as fronteiras do Império aumentou a importância do exército, que crescia e favorecia a ascensão dos imperadores-soldados, generais que ascendiam ao poder pela força de suas legiões. Por isso, esse período ficou conhecido também como Anarquia militar, pois os governos eram momentâneos, os imperadores por muitas vezes acabavam assassinados por inimigos ou pela própria tropa e assim, dificilmente indicavam um sucessor (WILLIAMS, 1985, p. 11-12). Desse modo gostaríamos de ressaltar que mesmo nos momentos de maior dificuldade neste período, entre os anos de 235 e 284 d.C., o Imperador embora sua autoridade tenha sido reduzida naquele momento, nunca deixou de existir, assim como o Senado, que já sem o poder de outrora, manteve-se ativo.

Uma fase transitória para uma nova forma de organização do poder que introduziu um novo elemento nas estruturas do governo imperial: o poderio militar. Contudo, a mesma força militar que poderia assegurar a ascensão ao poder não poderia garantir sua manutenção, pois, da mesma forma que os soldados nomeavam os Imperadores, à revelia do Senado, eles também tinham o poder de depor os mesmos, e as seguidas aclamações, em algumas ocasiões, poderiam ocorrer concomitante a outras aclamações em regiões distintas do Império, por outras legiões. Assim, os governantes precisavam formar ao seu redor um grupo social de apoio e, para isso, se valiam de diversos artifícios (ALFÖDY, 1989, p. 181), como falaremos adiante.

Portanto, no século III d.C., ficou mais evidente o processo de vulnerabilidade referente à manutenção da sucessão imperial e, conseqüentemente, à sustentação do próprio Império. Essas condições geraram questões que atingiram algumas regiões do Império Romano, não só na economia, como também na política e na sociedade. Desse modo, o esforço para reorganizar

o *Orbis Romani*, iniciado pelo imperador Galiano (260-268)⁴³, desenvolvido por Aureliano (270-275)⁴⁴ e Probo (276 – 282)⁴⁵ e estabelecido sob os governos de Diocleciano (284-305)⁴⁶ e Constantino (306-337)⁴⁷, conduziu à centralização das atividades político-administrativas em torno do *domus* imperial e deu origem a um período de reformas (BROWN, 1972, p. 35-49).

De acordo com A.H.M Jones e Ramsay MacMullen, esse espaço de tempo de aproximadamente cinquenta anos, separou dois momentos muito bem documentados e conhecidos: de um lado o governo dos Severos (193-235 d.C.), e de outro, a época de Diocleciano e Constantino (284-337 d.C.) (JONES, 1964, p. 23) (MACMULLEN, 1991, p. 111). Segundo Averil Cameron (2001, p. 16-18), o século III d.C. assinala uma linha divisória entre dois sistemas em contraposição: o Principado, como também é conhecido, no qual o Imperador era considerado o *Princeps*⁴⁸, o primeiro cidadão, e o *Dominato*⁴⁹, no qual o Imperador era convertido em *Dominus*. Em latim, *dominus* significa senhor ou mestre, sendo aquele que detém uma soberania autônoma e o domínio sobre a terra ou a propriedade. O *dominus* é, pois, um título pleno como forma de governar (MANN, 2018)⁵⁰. Assim, sob o *Dominato*, configurou-se uma nova realidade política, econômica e social, decorrente de uma adaptação da estrutura imperial clássica frente à necessidade de contornar os conflitos do Império, como a expansão territorial e organização política em torno disso.

Em meio a intrigas e assassinios, Diocleciano ascendeu ao poder no ano de 284 d.C. e seu governo marcou o início do *Dominato*. As estruturas de poder, então, foram reformuladas em busca da restauração dos mecanismos que, até então, haviam garantido a ampla anexação e

43 Coimperador com Valeriano de 253 a 260 e Imperador de 260 a agosto de 268.

44 Imperador Romano de setembro de 270 a outubro de 275.

45 Imperador Romano de 276 a 282.

46 Imperador Romano de 20 de novembro de 284 a 1 de maio de 305.

47 Imperador Romano de 25 de julho de 306 a 29 de outubro de 312 (aclamado como Augusto no Ocidente, oficialmente nomeado César por Galério com Severo como Augusto, por acordo com Maximiano, recusou a realeza a César em 309).

29 de outubro de 312 — 19 de setembro de 324 (Augusto do Ocidente em disputa, principal Augusto no Império).

19 de setembro de 324 — 22 de maio de 337 (imperador do império unificado) (ROSSEAR, 2012, p. 512).

⁴⁸ De acordo com The Pocket Oxford Latin Dictionary, *Princeps* significa “chefe; general; motor primário”.i. Ainda de acordo com este dicionário, no contexto do Senado [senatus], é o “senador cujo nome ficava primeiro lugar na lista dos censores”² (MORWOOD, 2001, p. 108). Além dessa definição, encontramos no Glossary of Ancient and Modern Terms, glossário que se encontra no livro The Edinburgh Companion to Ancient Greece and Rome, *princeps* também é o “título para o imperador romano, conotando que ele era o primeiro entre iguais” (HARRISON, 2006, p. 541). 1) Tradução nossa. Texto original: chief; general; prime mover. 2) Tradução nossa. Texto original: senator whose name stood first on the censors’ list. 3) Tradução nossa. Texto original: title for the Roman emperor, connoting that he was first among equals.

⁴⁹ Forma de governo que começou a partir de Diocleciano onde o imperador é o *dominus*, em contraposição ao *princeps* (HARRISON, 2006, p. 534). Discutiremos melhor neste capítulo.

⁵⁰ Informação retirada do livro *Australian Law Dictionary*, editado por Trisha Mann, que se encontra no site Oxford Reference. Disponível em: <https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780190304737.001.0001/acref-9780190304737-e-1256?rskey=84xqKo&result=1>. Acesso em: 13 set. 2020.

integração das distintas e distantes regiões do Império. Essas novas estruturas de poder têm características cada vez mais marcantes em relação à concentração de poder na figura do Imperador, característica legitimadora do *Dominato* (BRAVO, 1997, p 190).

As novas medidas do Imperador Diocleciano, um oficial de carreira que ascendeu ao trono por meio do exército (WILLIAMS, 1985, p. 11-12), eram uma resposta a um período em que as fragilidades em algumas regiões do Império Romano se tornavam cada vez mais evidentes. No século III, a manutenção e o controle de um vasto território, conquistado durante a expansão, custava caro, visto que essa expansão aumentou os custos da complexa sustentação político-administrativa do Império. A partir disso, Diocleciano promoveu muitas reformas econômicas, administrativas e no exército. Num primeiro momento entre 286 e 293 d.C., a resposta pareceu ser um poder bipartido, experiência já testada ao longo do século III d.C., no qual os dois imperadores, escolhidos por sua capacidade militar e pela força de suas legiões, defenderiam o mundo romano das ameaças contra a sua integridade territorial. (HEKSTER, 2006, p. 109-110).

Nesse sentido, em sua obra *The Later Roman Empire*, Averil Cameron (1993) afirma que o processo que levou a formação da Tetrarquia foi lento e complexo. O Imperador Diocleciano, buscou alternativas para tentar solucionar dois fatores principais: (1) o problema da sucessão imperial, muito recorrente no Império; e (2) a garantia da estabilidade política (CAMERON, 1993, p. 52).

Sua primeira medida foi de indicar Maximiano (286-305 d.C.) como seu coimperador, em 286. Maximiano, que tinha grande habilidade militar, teve êxito em conter uma revolta na Gália. Em vista disso, pouco tempo depois, foi convidado pelo Imperador Diocleciano para auxiliá-lo no comando do Império, ficando a seu cargo a parte Ocidental⁵¹. Maximiano foi, então, nomeado César (BARNES, 1981, p. 6-7). A partir daí, embora Diocleciano continuasse a ser o Imperador Augusto, representando a unidade do mundo romano, o Império passou a ter dois dirigentes, cada qual com exército, administração e capital próprios.

Diocleciano adotou o nome de *Iovius*, passando a ser chamado de Diocleciano Júpiter. Maximiano, por sua vez, adotou o nome de *Herculius*, passando a ser chamado de Maximiano Hércules. Neste ponto, faz-se notar a presença do sagrado, uma vez que ambos adotaram nomes de divindades, reclamando para seu governo uma origem divina (BADEL; BÉRENGER, 1998, p. 55). A associação das virtudes imperiais a qualidades sobrenaturais auxiliaria na

⁵¹ A divisão feita pela Tetrarquia em um Imperador e um César no Ocidente e outro Imperador e outro César no Oriente, é uma divisão política. O Império Romano só é dividido em Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente após o governo de Teodósio I.

consolidação da imagem do Imperador como estando acima dos demais homens, estabelecendo-o como o limite entre o humano e o divino, o que se tornava um fator a mais na construção política (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 109-110).

Observamos que, naquele momento, não aconteceu propriamente uma divisão de poder, pois, na realidade, Diocleciano estava em posição superior à de Maximiano. Podemos perceber isso ao considerar que Júpiter é a divindade que representa o chefe do panteão, que coordena e administra os assuntos celestes e as relações entre os seres divinos. Associação de Diocleciano a Júpiter é, pois, eficiente ao reforçar a posição deste soberano no topo da hierarquia tetrárquica (que comentaremos melhor posteriormente) e como o ordenador do Império. Já Hércules, considerado, inicialmente, um semideus, posto que é filho de um humano com uma divindade (DIGESER, 2000, p. 30), é reconhecido como um braço executor de trabalho, aquele que alcança êxitos nas tarefas que lhe são atribuídas, por maior que seja seu grau de dificuldade. Esta característica explica sua associação com Maximiano, pois demonstra e justifica a necessidade de vincular ao poder importantes nomes que auxiliem na resolução dos conflitos fronteiriços e das disputas internas pelo poder.

A bipartição do poder corrobora a ideia de que a transformação política do governo de Diocleciano era uma resposta às intensas guerras civis que o precederam, uma clara tentativa de conter as constantes ações usurpatórias que se espalhavam pelo mundo romano. Já no plano da reformulação ideológica do poder sob os parâmetros do *Dominato*, a associação do detentor do poder imperial com o sagrado permitiu aos autores da época estabelecer um paralelo entre os imperadores e os deuses (FRIGHETTO, 2012, p. 94). Desse modo, ao cessar intensas guerras civis, Diocleciano foi equiparado com Júpiter, que restaurou a ordem dos deuses ao lutar contra os Titãs, e, ao auxiliar Diocleciano nessa tarefa, Maximiano foi equiparado com Hércules, que auxiliou Júpiter na luta contra os titãs (SAMARANCH, 1969, p. 1139).

No entanto, mesmo com o Império dividido politicamente em duas partes – Ocidente e Oriente –, as rebeliões e migrações continuaram a ocorrer e, na tentativa de fechar o cerco contra alguns povos invasores, em 293 d.C., Diocleciano formulou uma subdivisão. A proposta era reorganizar a administração a partir de uma *tetrarquia*. Nessa forma de organização, o Império Romano passaria a ter dois Augustos em cada uma de suas duas partes. Então, tanto Diocleciano quanto Maximiano, na qualidade de Augusto, teriam um César cada um; este César atuaria como coimperador hierarquicamente abaixo do seu respectivo Augusto. Ao adotar esse modelo de governo, esperava-se tornar simplificado o controle do vasto território do Império,

fazendo com que a presença do imperador chegasse com mais facilidade a todas as terras e mantendo, assim, seu território e sua unidade (MATTINGLY, 1939, p. 297).

Desse modo, Diocleciano, na condição de Augusto do Oriente, nomeou Galério, um rude, mas hábil soldado, como seu César (293-305 d.C.) e Maximiano, na condição Augusto do Ocidente, nomeou Constâncio Cloro (293-305 d.C.), um nobre dardanianiano de alta reputação e méritos. Diocleciano, que mantinha a supremacia, instalou-se em Nicomédia, no Oriente, e Maximiano, em Milão. Para vincular ambos os Césares a si mesmo e a Maximiano, Diocleciano ordenou a eles que se separassem de suas esposas e se casassem com as princesas imperiais. Constâncio se separou de Helena, mãe de Constantino, e desposou Teodora, filha de Maximiano, ao passo que Galério se separou de sua primeira esposa e se casou com Valéria, a filha de Diocleciano. Esse arranjo de casamentos estabeleceu a famosa Tetrarquia de Diocleciano (MATTINGLY, 1939, p. 297) (BADEL; BÉRENGER, 1998, p. 55-56).

A partir de então, o Império passou a ter o sistema de quatro governantes, dois Augustos e dois Césares. Em função desse sistema de governo, o Império foi dividido em quatro territórios com independência administrativa, política, militar e legislativa entre seus membros. Por essa razão, os quatro tetrarcas não governavam em Roma, mas em outras cidades, mais próximas das fronteiras, destinadas a servir de quartel-general para a defesa do Império contra rivais vizinhos. Diocleciano controlava as províncias orientais e o Egito, Galério administrava as províncias balcânicas, Maximiano governava a Península Itálica e a África Proconsular e Constâncio Cloro recebeu a Britânia, a Gália e a Hispânia (cf. Figura 3).



Figura 3: Império Romano à época de Diocleciano.
Fonte: HISTÓRIA das Civilizações, I., 1975, p. 254

A aliança e a organização tetrárquica contavam com uma inovação no âmbito da política sucessória. Com ela, estabeleceu-se a ascensão dos Césares aos encargos de Augustos em duas ocasiões: morte ou abdicação. Portanto, os Césares passaram a ser substitutos naturais dos Augustos e estes, ao ascender ao cargo máximo, escolhiam novos Césares (SILVA; MENDES, 2006, p. 200). Dessa forma, Diocleciano se resguardava das tentativas de usurpação e da instabilidade dos momentos de transição de um governante ao outro, uma vez que seu principal objetivo era manter a unidade política do Império e restaurar a autoridade imperial já tão debilitada pelas sucessivas usurpações oriundas do século III.

Observamos, pois, que os Césares estão ligados aos Augustos por serem seus herdeiros e, também, por matrimônio entre familiares. Por meio dessa adoção, os Césares ficavam obrigados à prática de certas virtudes, como a *fides* (HORNBLLOWER; SPAWFORTH; EIDINOW, 2012), cujo significado remetia ao sentimento e à prática da fidelidade ao pai, ao imperador e ao governo. Já Maximiano e Diocleciano estão ligados entre si pela fictícia ascendência, respectivamente, de Hércules e Júpiter. A filiação divina, ao lado de uma série de símbolos que a reforça, afirma a legitimidade dos dois imperadores (BADEL; BÉRENGER, 1998, p. 55-56).

Consequentemente, o ideário do período da Tetrarquia encorajou uma uniformidade na imagética imperial, com Augustos e Césares retratados igualmente, com o mesmo tipo de perfil, cabelos e barbas, frequentemente com vestes militares e com mantos e armaduras. A afirmação do poder imperial repousava cada vez mais nos atributos sagrados de poder. Os pronunciamentos eram condizentes com o sistema de representações imperiais e com a forma como os imperadores queriam se apresentar e desejavam ser vistos. Assim, a disseminação da representação de um sistema político era feita, sobretudo, por meio das imagens, como os monumentos, as estátuas e as moedas (ELSNER, 1998, p. 11-14).

Embora apenas um grupo restrito de pessoas vivessem ou passassem nas cidades onde se encontravam tais monumentos, as estátuas representavam a onipresença e a divindade dos imperadores, uma forma de tradução pública do regime imperial. Portanto, a arte e a arquitetura se encontravam a serviço do poder político, refletindo a sociedade em suas transformações e complexidades (HUSKINSON, 2005, p. 3-6)

Podemos perceber os pontos citados na estatuária *Pórfiro dos Tetrarcas*⁵², que se encontra, atualmente, embutida na aresta sudeste da Catedral de São Marcos, em Veneza, para

⁵² Descrição: Tetrarcas em vestes militares, com mantos, espada e coroa. Período: 293-303 d.C.

Material: pórfiro.

Altura: 2,20 m.

Proveniência: Constantinopla, trasladado para

Veneza, Catedral da São Marcos (1204) (ELSNER, 1998, p. 62).

onde foi levada, no século XIII, da cidade de Constantinopla. Observamos, na reprodução da estatuária (Figura 2), os tetrarcas entalhados em pórfiro, uma pedra extremamente rara e dura, cujas grandes jazidas se encontravam na região de Tebaida, de cor púrpura, a cor imperial por excelência. Notamos que os tetrarcas foram representados de forma quase indistinta: são do mesmo tamanho, apresentam o mesmo tipo de coroa, usam vestimentas militares e espadas semelhantes, exceto no detalhe da barba, que foi utilizada na distinção dos Augustos. A barba marca a senioridade e a hierarquia, em oposição à face juvenil, marca dos Césares. O abraço dos Augustos em seus respectivos Césares denota a adoção e a entrada deles nas famílias. A altura das estátuas e as expressões faciais idênticas indicam, por sua vez, a concórdia e a igualdade existente entre os membros da Tetrarquia (ELSNER, 1998, p. 61).

Assim como as documentações textuais e iconográficas, a numismática pode nos ajudar a estabelecer as características dos discursos de poder difundidos na época da Tetrarquia. Nessa moeda de 294-295 d.C. (Figura 3), à direita, podemos observar os quatro tetrarcas representados na mesma altura e com corpos similares, oferecendo um sacrifício sobre um trípole perante um portão de campo militar fechado com quatro torres.



Figura 4: Pórfiro dos Tetrarcas.
Fonte: Wikimedia Commons.



Figura 5: Diocleciano e os tetrarcas ⁵³
Fonte: wildwinds.com -RIC VI Antioquia 31.

Quando em 305 d.C., terminou o mandato de vinte anos estabelecido no início da tetrarquia, Diocleciano renúncia seguido a contragosto por Maximiano. Na segunda tetrarquia, Constâncio Cloro e Galério passaram a ser Augustos e Valério Severo e Maximino Daia foram, respectivamente, nomeados Césares, ambos do círculo de Galério. Esses quatro formaram a segunda tetrarquia. No entanto, essa nova formação desmascarou a fragilidade do sistema sucessório e não obteve o mesmo sucesso que a primeira. A divergência surge com a nomeação

⁵³ Datação: 294-295 d.C.

Descrição: anverso: Diocleciano barbado, laureado, reverso tetrarcas oferecendo um sacrifício sobre um trípode perante um portão de campo militar fechado com quatro torres

Legenda: anverso: DIOCLETIANVS AVG, reverso: PROVIDENTIA AVGG

Desenvolvimento da legenda: anverso Diocletianus Aug(ustus), reverso: Providentia Aug(ustorum)

Tradução da legenda: anverso: Diocleciano Augusto, reverso: Providência dos Augustos

Proveniência: Antioquia

Referência: Disponível em: http://wildwinds.com/coins/ric/diocletian/_Antiochia_31.jpg Acessado em 23/05/2020

dos novos Césares e, desse modo, retornam as disputas pelo trono (COOLEY, 2012, p 488-509).

Quando Constâncio Cloro morreu, em 306 d.C., as legiões aclamaram seu filho Constantino, e não Valério Severo, como Augusto, resgatando, portanto, a influência do poderio militar como um eficaz instrumento de ascensão ao poder. Porém, a aclamação de Constantino como Augusto pelo corpo bélico daria abertura ao reaparecimento das disputas e usurpações em torno do poder imperial, como foi o caso de Maxêncio, filho de Maximiano, que reclamou seus direitos baseados no princípio da hereditariedade e foi nomeado Augusto. Contudo, Galério elevou Valério Severo a Augusto e compensou Constantino com o posto de César. Após a morte de Valério Severo, Constantino não o sucedeu. No conselho de *Carnutum*, Diocleciano decidiu, em 308 d.C., que Licínio seria o novo Augusto do Ocidente (COOLEY, 2012, p 488- 509).

Com a morte de Galério, em 311, quatro imperadores disputaram o poder: Constantino, Maximino Daia, Maxêncio e Licínio. A guerra entre eles se torna inevitável. Licínio e Maximino Daia se enfrentavam no Oriente, enquanto Constantino e Maxêncio, no Ocidente. Em um primeiro momento, Licínio e Maximino Daia fizeram um acordo e, em 313 d.C., Licínio casou-se com a meia-irmã de Constantino, Flávia Júlia Constantina, com quem teve um filho, Licínio II. Por razões políticas, Licínio se voltou contra Maximino Daia, derrotando-o no mesmo ano e o condenando à morte. Pouco antes da virada do ano 316 para 317, Licínio nomeou brevemente um de seus oficiais, Valério Valente, como Augusto, totalizando, assim, na parte Oriental do Império, dois Augustos (Licínio e Valério Valente), mesmo Valério Valente ainda sendo politicamente inferior a Licínio. Logo depois, Licínio manda executar Valério Valente e, desse modo, o Oriente voltou a ter um único Imperador (MAIER, 1973, p. 27-30).

No Ocidente, em 312 d.C., Constantino venceu Maxêncio na batalha da ponte Mílvia. Desse modo, na qualidade de vencedores, uma nova aliança é estabelecida entre Constantino e Licínio. Após anos de conflitos, em 317 d.C., Constantino e Licínio se constituíram, respectivamente, soberanos do Ocidente e do Oriente. Durante esse período, ambos nomearam como novos Césares membros de suas famílias, segundo as suas conveniências e independentemente da idade. Constantino proclamou seus filhos Crispo e Constantino II como seus Césares e, do mesmo modo, Licínio escolheu seu filho Licínio II como César. Em julho de 324 d.C., Martiniano foi nomeado como Augusto no Oeste por Licínio, que seguiria como Augusto no Leste. Contudo, Martiniano não chegou a assumir. Em setembro de 324 d.C., as

disputas entre Constantino e Licínio levaram à execução de Licínio e Licínio II. Constantino, então, se tornou o único imperador e seus filhos, Constantino II, Constâncio II, Constante e Crispo, coimperadores. Crispo, posteriormente, foi assassinado, a mando de seu pai, Constantino (MAIER, 1973, p. 27-30).

Depois da morte de Constantino, em 337 d.C., teve início um período de lutas internas pelo poder. Numa tentativa de manter uma sucessão dinástica ordenada, livre da disputa entre os diversos ramos da família, os numerosos meios-irmãos e sobrinhos de Constantino foram assassinados. Assim, o Império ficou dividido entre os três filhos de Constantino e Fausta: Constantino II (317-340 d.C.), Constante (320-350 d.C.) e Constâncio II (317-361 d.C.). Com a morte dos seus irmãos, Constâncio II reunifica o Império Romano, sendo responsável pelo governo mais longo, após Constantino, no século IV d.C. (SILVA; MENDES, 2006, p. 197).

Para fins didáticos, organizamos um quadro, que se encontra na página a seguir, para que o leitor possa visualizar o processo que relatamos.

Império Romano	
Díarcado (286-293)	
César Maximiano (286-293)	Augusto Diocleciano (285-305)
<u>Império Romano Ocidental</u>	<u>Império Romano Oriental</u>
Tetrarquia (293-305)	
Augusto Maximiano (293-305)	Augusto Diocleciano (285-305)
César Constâncio Cloro (293-305)	César Galério (293-305)
Tetrarquia (305-306)	
Augusto Constâncio Cloro (305-306)	Augusto Galério (305-311)
César Valério Severo (305-306)	César Maximino Daia (305-308)
Tetrarquia (306-307)	
Augusto Valério Severo (306-307)	Augusto Galério (305-311)
Augusto/César Constantino I (306-324) (aclamado como Augusto no Ocidente pelo exército, oficialmente nomeado César por Galério) Augusto Maxêncio (306 – 312)	César Maximino Daia (305-308)
Tetrarquia (308-311)	
Augusto Licínio (308-311)	Augusto Galério (305-311)
Augusto/César Constantino I (306-324) Augusto Maxêncio (306 – 312)	Augusto Maximino Daia (311-313)
Tetrarquia (311-316)	
Augusto Constantino I (307-324)	Augusto Maximino Daia (311-313)
Augusto Maxêncio (310-312)	Augusto Licínio (311-324)
Tetrarquia (316-316)	
Augusto Constantino I (307-324)	Augusto Licínio (311-324)
	Augusto Valério Valente (316-316)
Tetrarquia (317-324)	
Augusto Constantino I (307-324)	Augusto Licínio (311-324)
César Crispo (317-324)	César Licínio II (317-324)
César Constantino II (317-324)	
Augusto Martiniano (324-324) (nomeado por Licínio)	

Tabela 2: Tetrarquia Romana – séculos III e IV d.C.

Fonte: Elaboração própria a partir de Cooley (2012, p. 488-509).

Os problemas administrativos e a questão sucessória levaram Constâncio II a nomear seu primo, Constâncio Galo (351 – 354 d.C.), como César. Contudo, as intrigas palacianas e a instabilidade de Galo o levaram a ser executado sob a acusação de traição. Em 355 d.C., o irmão de Galo, Juliano, foi nomeado César da parte ocidental do Império e se casou com a irmã do imperador, Helena. Por volta de 360 d.C., Constâncio ordenou que Juliano transferisse suas tropas da Gália, sob seu comando, para o exército do Leste. Tanto Juliano quanto seus soldados não gostaram da atitude de Constâncio, o que provocou uma insurreição, que fez com que as tropas da Gália proclamassem Juliano Augusto e novo Imperador, sem que houvesse, no entanto, uma luta propriamente dita entre Constâncio e Juliano. Constâncio II morreu de peste bubônica, muito comum na época, quando se deslocava para a Gália. Assim as legiões de Constâncio reconheceram Juliano como único imperador (CARVALHO, 2010, p. 16). Destaca-se o papel legitimador que a força bélica possuía em relação ao Imperador.

Diante do exposto, podemos perceber que, após Diocleciano, a Tetrarquia não obteve êxito. Ainda que os governantes dividissem o poder e este estivesse presente em quatro pontos estratégicos do território – numa tentativa de melhor controlar as fronteiras e as influências políticas –, esse fato provocou a perda da superioridade centralizadora de Roma. Como vimos, razão disso foi o complexo regime formado, que necessitava de funcionários específicos para cada função e para executar diferentes tarefas, o que sem dúvida, também aumentou significativamente o número de trabalhadores envolvidos nos quatro setores: a administração central, a corte, a administração provincial e o exército. Esses elementos, por sua vez, custavam bastante caro para o Império, gerando um aumento expressivo na arrecadação de impostos, o que igualmente provocou contrariedades que prejudicaram a continuidade da Tetrarquia (SILVA, 2000, p. 67-74). Durante todo o seu governo, Constantino I se dedicou a dar prosseguimento nas reformas do Império. Por essa razão, modificou a composição do Senado, cujo conselho era composto por 600 membros, aumentando-o para 2.000 magistrados. Outra inovação foi a reforma da prefeitura do pretório: os comandantes da guarda imperial se converteram em altos funcionários provinciais, dotados de amplos poderes civis, responsáveis por manter a ordem pública e as finanças (BASTIEN, 1969, p. 104).

A administração provincial foi organizada tomando como referência as unidades administrativas do Império: prefeituras do pretório, dioceses e províncias. Essas unidades eram dirigidas, respectivamente, pelos prefeitos do pretório, os vicários das dioceses e os governadores de províncias. Estes dois últimos estavam submetidos à autoridade do primeiro, mas cabia aos três a captação de recursos para a manutenção do exército, da corte imperial e do

próprio aparelho burocrático. Com o objetivo de garantir a execução dessas tarefas, foi criada uma grande estrutura, composta por um corpo de funcionários rigorosamente hierarquizado, com uma forte distinção de direitos e deveres (SILVA; MENDES, 2006, p. 205). Ao Imperador, cabia coordenar e controlar o sistema com uma rígida fiscalização (SILVA, 2003, p. 67-74).

Dessa forma, assistimos consolidar-se, no século IV d.C., o regime inaugurado por Diocleciano, o *Dominato*, que era caracterizado por um governo centralizador. No topo desse governo, encontrava-se a figura do imperador, visto como um ser divino, intitulado *Dominus*⁵⁴ e quase *diuus*⁵⁵, colocando-se numa posição mais forte em comparação às demais instituições e aos grupos sociais que o amparavam (FRIGHETTO, 2006, p. 226). Desta forma, vemos que sua sacralização se tornou a garantia de unidade do Império, de modo que qualquer ameaça a essa personagem era como um ataque ao Poder Imperial.

Interessante destacar que, no Império Romano, as representações de poder eram executadas de múltiplas formas e em todos os espaços. O poder político dos Imperadores Romanos se fazia exercer em todos os sentidos, mantendo a sua *auctoritas*⁵⁶ em todos os limites geográficos de Roma. Assim, a administração, o exército, o direito e a cultura formavam uma base sobre a qual descansava o organismo do Império e este só teria consciência de sua unidade política por meio do poder central, que se encontrava na figura do Imperador.

De acordo com Kelly (1998, p. 200), nesse contexto de reformas, havia variados documentos que cumpriam funções burocráticas, como manter a administração central informada sobre o território e influenciar o curso dos acontecimentos. Havia, também, documentos que colocavam em circulação dados sobre as ações dos funcionários do governo, os objetivos, intenções, críticas e aflições das elites do Império. Esses registros funcionavam como uma ponte entre os governantes e os governados.

As várias produções escritas no Império Romano eram usadas pelos governantes para consolidar as bases do *Dominato* e se legitimar como único imperador. Margarida Maria de Carvalho (2010, p. 23) destaca em seu livro *Paidéia e Retórica no Século IV d.C.: A Construção da Imagem do Imperador Juliano Segundo Gregório Nazianzeno*, que independentemente do tipo de discurso e da época de sua elaboração, eles podem mascarar interesses políticos e culturais. Constatamos, portanto, que nossa documentação textual, a *História Augusta*, foi um desses instrumentos de construção ideológica e propaganda política. Pressupõe-se que esse

⁵⁴ Com exceção do Imperador Juliano (361-363 d.C.), que rechaçou o título de *Dominus*.

⁵⁵ Palavra latina que significa “deus” (MORWOOD [Ed.], 2001, p. 46). Tradução nossa. Original: god.

⁵⁶ Palavra latina que significa “autoridade, poder” (MORWOOD [Ed.], 2001, p. 15). Tradução nossa. Original: authority, power.

documento não esteja desvinculado da vida social e política no Império Romano e que seria utilizado muitas vezes com o objetivo de criticar a nova forma de poder político, o *Dominato*, derivado da nova realidade histórica que se desenvolvia na época.

2.3 O *DOMINATO* EM QUESTÃO

Os estudiosos do Império Romano afirmam que foi durante o período que se inicia com o governo do Imperador Diocleciano, em 284 d.C., que o *Dominato*, como forma de governar, entra em jogo e se estende até 476 d.C. Trata-se de um conjunto não escrito de diretrizes e princípios utilizados pelo imperador como forma de governo. Entre os aspectos conjunturais da estrutura de poder que vigorava no século IV d.C., observa-se a existência de todo um repertório religioso que sustenta a ordem política, configurando um sistema ideológico cujo pilar é a crença de que o soberano governa tanto por meio de auspícios celestes como, além disso, é a autêntica réplica terrestre da divindade (SILVA, 2003, p. 33).

De acordo com Hannestad (1988, p. 308) na Antiguidade Tardia, as cerimônias deixaram de representar apenas uma visita do imperador para se tornar a epifania de um ser sagrado, ratificando a divindade imperial e sua onipresença. Destaca-se a importância da construção de uma imagem sobre o imperador, que passou a ficar mais reservado, menos acessível e se adornar com símbolos de poder. A autoridade soberana dos imperadores era demonstrada por suas túnicas, que eram enfeitadas com pedras preciosas, pela tiara imperial, assim como pela elaborada cerimônia exigida a qualquer pessoa que deles se aproximavam. No *Dominato*, os governantes eram vistos como sendo mais do que seres mortais: eles eram uma entidade, fato ilustrado pelas honras que eles recebiam – homenagens essas que, no passado, tinham sido reservadas apenas para os deuses (MENDES, 1996, p. 263).

Essa postura implicou na implementação de um ritual que sacralizava a imagem do imperador, ao mesmo tempo em que o diferenciava dos demais habitantes do Império. Nos relatos de Aurélio Victor, podemos constatar sua indignação com a cerimônia de aclamação *adoratio porpurae*, estabelecida pelo Imperador Diocleciano. Nessa cerimônia, as pessoas eram obrigadas a se ajoelhar diante do Imperador e beijar seu manto (ALENCAR, 2007, p. 19). A paramentação de Diocleciano, que usava manto de cor púrpura e um diadema de pérolas, também não passou despercebida e foi alvo de desaprovação por parte de Aurélio Victor: “Diocleciano, em sua despótica arrogância, tinha ouro em sua vestimenta de seda e pedras preciosas nos sapatos” (DE CAES., XXXIV, 2-3 apud ALENCAR, 2007, p. 19).

Uma situação semelhante foi narrada por Amiano Marcelino, que demonstra grande preocupação, pois, para ele, as formas do cerimonial, que rodeavam os imperadores, os separavam de seus governados. De acordo com ele, no ano de 357 d.C., aconteceu o *adventus*⁵⁷ de Constâncio em Roma. O *adventus* consistia na festividade de recepção do imperador, assim a cidade era preparada com antecedência e não faltavam aclamações em forma de cantos e danças. O cortejo imperial seguia um padrão: o imperador surgia em seu carro – protegido por cortinas e cercado por um corpo militar –, os cidadãos mais notáveis os seguiam, depois os representantes dos *collegia*, os sacerdotes e, por último, os súditos comuns (SILVA, 2003, p. 138). A atribuição do termo *adventus* para as raras aparições públicas do imperador acontecia como uma automática comparação ao sobrenatural. Desse modo, a entrada solene do imperador na cidade assumia forma compatível à súbita aparição de um deus. Em sua descrição, Amiano Marcelino narra que Constâncio se aproxima da cidade em uma carruagem dourada e, enquanto era aclamado pela multidão nas ruas, permanecia imóvel como uma estátua, entre o brilho de pedras preciosas, sendo escoltado pelos *dracones*, cujas reluzentes armaduras os tornavam parecidos com estátuas de bronze (RES GESTAE, 16.10, 7-11).

Diferentemente dos tempos do imperador Augusto e do culto imperial – em que o rito não era direcionado à pessoa do imperador em si, mas à sua essência divina e somente após a sua morte –, os Augustos poderiam receber tais honras enquanto eles ainda estavam vivos. Afastando-se do modelo de *Princeps* e se aproximando mais do protótipo do monarca helenístico, os relatos dos ritos acentuavam a associação entre o governante e a sua condição sacra, em que o soberano incorporava e aceitava reverências divinas (FRIGHETTO, 2006, p. 164).

Burke (1994, p. 53 e p. 77) também evidência que os rituais eram portadores de mensagens políticas e reforça que tanto essa prática quanto a arte e a arquitetura podem ser vistas como instrumentos de autoafirmação, ou seja, podem ser considerados parte da política militar e da diplomacia. Naquele momento, a representação do poder, repleta de valor simbólico, estabelecia uma relação entre as ações do governante e os interesses dos governados. A forma como os imperadores eram vistos dizia respeito como seu poder deveria ser concebido e, portanto, como se estabeleciam as relações de poder vigentes no Império. Assim, a linguagem dos símbolos eram uma forma de domínio, fundada no poder pessoal do imperador e

⁵⁷ Palavra latina que significa “chegada, abordagem, ataque” (MORWOOD [Ed.], 2001, p. 5). Tradução nossa. Original: arrival, approach, attack.

considerada como mecanismo criador de pensamento, sustentação, manutenção e ajustamento do Império Romano Tardio.

Desse modo, diversos aspectos faziam parte desse sistema de representações simbólicas, tais como as produções intelectuais, produções artísticas, homenagens, cerimônias, procissões, festivais, punições públicas, uso de títulos honoríficos, funerais, inaugurações de construções públicas, bem como o comportamento e o vestuário do Imperador, que passou a ostentar coroas e mantos das elites. Esses eram, pois, aspectos da vida cotidiana que possuíam significados e finalidades elaborados para impactar as práticas sociais (FRANCHI, 2013, p. 135).

MacCormack (2012, p. 241) defende que a mensagem da arte imperial romana era concisa e compacta, os papéis desempenhados pelas moedas e pelos discursos, pelos cânones da cultura literária, se cruzavam a fim de exprimir, por meio de rituais, símbolos e, sobretudo, textos e artefatos, que eram facilmente assimilados. Edifícios dedicados às representações imperiais eram erguidos no centro da vida religiosa e política de cada cidade. Além disso, as elites buscaram reproduzir homenagens ao imperador em camafeus, carimbos, sarcófagos particulares, como forma de afirmar a sua adesão ao novo governo. Dependendo do empenho, da importância e da ambição, alguns membros das elites podiam erigir templos próprios de exaltação ao imperador ao lado de algum templo oficial da cidade e assim, por meio desses empreendimentos, as elites municipais poderiam informar ao imperador de seu apoio e, assim, aproveitar a chance de pedir favorecimentos particulares. Assim sendo as representações disseminavam afirmações discursivas do grupo que estava no poder, que visavam seduzir e persuadir os subordinados a concluir que aquele governante era adequado e que suas ações eram sensatas.

Além disso, os imperadores detinham um controle significativo, direto e indireto, sobre a capacidade de acesso aos meios de informações. Esse controle agia como um importante instrumento para a manutenção do Império (MENDES; SILVA, 2004, p. 243). Logo, essas formas de comunicação pública atuavam como propaganda⁵⁸ do governante, identificadas como um conjunto de símbolos das mais diversas naturezas: escritos, orais, visuais, musicais, etc. Esses artigos compunham a imagem imperial, correspondendo às especificidades do contexto e mudando de acordo com o tempo e o significado simbólico (GONÇALVES, 2001, p. 56).

É importante ressaltar que havia uma padronização desses elementos que atuavam como uma propaganda e que estes passavam por avaliação prévia. As informações eram organizadas,

58 No Dicionário de Política, organizado por Norberto Bobbio (1988, p. 1018), o verbete *propaganda* é registrado com a conotação de um esforço sistemático e consciente destinado a influenciar opiniões e ações de um certo público.

selecionadas e divulgadas. Os retratos, os símbolos e as alegorias deveriam ser representações claras e compreensíveis, para que, assim, pudessem ser recebidas pelos vários grupos sociais que integravam a sociedade imperial. De acordo com Janet Huskinson (2005, p. 20-25) a arte política era um indicativo da situação social e política do Império, e não somente o Senado, mas todos os cidadãos podiam identificar suas mensagens.

Segundo John Wilkers (2008, p. 241), no século III d.C., algumas das principais regiões do Império quase nunca haviam visto o Imperador durante seu período de governo, embora Wilkers relate a existência de uma rede de estradas imperiais consideráveis. A questão que nos importa acentuar é que, mesmo que a figura do imperador fosse remota e distante para a maioria dos habitantes do Império, sua autoridade política e suas regras se estenderiam por todo o território do Império através das representações estabelecendo, assim, uma rede de integração entre o poder imperial e as províncias.

A necessidade de se fazer presente era, portanto, constante para a manutenção do poder do Imperador e, do mesmo modo, o estímulo de distintas formas de representá-lo era incessante. Por meio das imagens elaboradas, o entendimento idealizado era de que o imperador e sua família eram onipresentes. Em um primeiro momento, as representações circulavam só em Roma, mas, com o tempo, as províncias passaram a adotá-las (MILES, 2005, p. 37-44) Dessa forma mesmo que a maioria das pessoas nunca tivesse a oportunidade de estar na presença do Imperador ou ao menos vê-lo, a iconografia imperial e os símbolos do governante permeavam seu dia a dia. Essa iconografia fazia com que o retrato do Imperador fosse reconhecido, expressando e reforçando a ideologia imperial de uma forma particular (REVELL, 2009, p. 82).

Esse cenário, como podemos ver facilitava o intento de que a estrutura do relacionamento entre o Império e a sociedade romana servisse também como um modo de sacralizar o poder do Imperador, vista então como natural e incontestável, tais características da política do *Dominato*. Buscando mostrar uma forma de representação do relacionamento entre o Imperador Diocleciano e o divino como a afirmação do poder imperial, apresentamos uma moeda que data de 287 d.C. Nela, Diocleciano aparece em pé, à esquerda, recebendo a *Victoria* de Júpiter, que está em pé, à direita, segurando um cetro longo.



Figura 6: Moeda do Império Romano, Império de Diocleciano⁵⁹
Fonte: WildWinds

A vitória é uma virtude que está intimamente relacionada às conquistas militares (MANDERS, 2012, p. 78). De acordo com Erika Manders (2012, p. 78) a expansão e a manutenção do poder romano foi acompanhada por uma ampliação da devoção à *Victoria*, deusa que personificava a vitória. Para a autora, a vitória era vista como um presente divino do poder supracosmético, que poderia agraciar um homem específico. Assim, a ênfase na vitória do imperador legitimava seu poder e mostrava para os demais habitantes do Império que ele merecia essa posição. A personificação da *Victoria* simboliza que é com sua ajuda que o Imperador ganha as campanhas militares e, ao mesmo tempo, que é por meio das campanhas exitosas do governante que a própria *Victoria* se manifesta (FISHWICK, 1990, p. 470). Como podemos observar, no contexto particular da formação e consolidação da Tetrarquia, a exaltação das vitórias dos soberanos frente aos inimigos externo e interno é um elemento comum nos discursos oficiais.

⁵⁹ Datação: 287 d.C.

Descrição: Verso: Diocleciano barbado, radiado, colgado, em vestes militares. Averso: Diocleciano aparece em pé à esquerda recebendo a *Victoria* de Júpiter, que está em pé à direita, nu, exceto pela capa ao redor dos ombros. Ambas as figuras carregam cetros.

Legenda: À direita: IMP C C VAL DIOCLETIANVS PF AVG, à esquerda: IOVI CONSERVATORI AVG

Desenvolvimento da legenda da moeda: Verso: Imp(erator) C(aesar) C(aius) Val(erius) Diocletianus P(ius)

F(elix) Aug(ustus). Averso: Iov(i) Conservatori Aug(ustorum)

Tradução da Legenda: Verso: Imperador César Caio Diocleciano Pio Felix Augusto. Averso: a Júpiter o conservador dos Augustos

Medida: 22 mm.

Proveniência: Antioquia

Referência: Disponível em: http://www.wildwinds.com/coins/ric/diocletian/Depeyrot_4.txt. Acesso em: 14 set. 2020.

Dessa forma, podemos entender que a concentração de poder nas mãos do soberano estava ancorada na natureza do cerimonial do exercício do poder político, sendo que todas as ações do governante se constituíam em uma grande prática performática, levando-nos a compreender que o reconhecimento desse poder estaria fundamentado por sua *auctoritas*. Relacionada à posição social e ao prestígio, a *auctoritas* pode ser entendida como uma legitimação socialmente reconhecida, ou seja, quem (ou a instituição que) a possuía tinha a capacidade moral de emitir uma opinião qualificada. Maria Helena da Rocha Pereira (2002, p. 352) destaca que “[...] *auctoritas* era um conceito basicamente romano, pois não tinha equivalente exato em grego”.

Como já comentado anteriormente, Peter Burke (1994, p. 20 -21) expõe que a arte, a arquitetura e até os rituais eram instrumentos de autoafirmação, funcionando como continuações das decisões diplomáticas e militares. De acordo com o autor, esses símbolos nos oferecem evidências de práticas sociais. Assim, nesse seguimento, podemos observar sua importância junto às propagandas imperiais, afinal, os imperadores utilizavam de suas imagens para controlar e ilustrar suas ações. Desse modo, as imagens e as manifestações artísticas públicas são testemunhas de etapas concebidas, idealizadas, inventadas e produzidas, nas quais é possível ler as estruturas de pensamento e representações de uma determinada época.

A manipulação da imagem do imperador e de diversos outros símbolos a ele associados se configurou como um elemento imprescindível que, segundo Rostovtzeff (1962), demonstrava a sua posição absoluta frente ao restante da população, a qual deveria demonstrar respeito e subserviência ao Imperador (ROSTOVITZEFF, 1962, p. 453). Entre os louros e glórias proclamadas pelo imperador, observamos a busca incessante de um governo e um governante em consolidar a unidade e sua aceitação como legítimos representantes do Império Romano, saturado pelas constantes guerras civis e pelos conflitos externos, principalmente no que concerne à integração entre os territórios anexados e a manutenção das fronteiras.

Portanto, a estética foi, como podemos ver, posta a serviço da política. As mensagens que as representações exprimiam, podiam, ao mesmo tempo, glorificar o imperador e servir de coerção de todos aqueles que integravam, direta ou indiretamente, o Império na época. O Imperador não apenas representava o governo como também encarnava um deus, que deveria ser venerado pela população. A maneira pela qual os imperadores exprimiam o seu poder era composta, então, pelo poder imperial – concebido pela magnitude do cargo que ocupava – e, agora, no *Dominato*, pela condição sacra. Esse regime de ostentação constante da representação positivada do imperador foi empregado para governar em formato de *Dominato* – utilizado não

só por Diocleciano, como também por outros imperadores, que o sucederam. Essa forma de administração foi inspirada nos modelos orientais e, a partir disso, os imperadores passavam a ser vistos de outra forma por seus súditos.

2.3.1 O PODER IMPERIAL NO SÉCULO IV D.C. E SUAS PRERROGATIVAS

Segundo os historiadores Marina Silvestrini (1993, p. 155-191) e Valerio Marotta (1993, p. 551-612) o Poder Imperial pode ser definido como o poder que o imperador dispunha. Dessa forma, sempre que os imperadores eram aclamados ou derrubados, o Poder Imperial oscilava e era colocado em questão. No entanto, é interessante destacar que, no século IV d.C., o funcionamento do governo foi um fenômeno multifacetado, do qual participaram agentes da burocracia (o Senado) e o do exército.

Assim sendo, na época, a política teria sido um espaço de interação de forças. O governo, no século IV d.C., conheceu desenvolvimentos complexos, produtos de seu próprio funcionamento, que não se resumiam ao imperador, mas envolviam outras instituições e grupos com poderes de fazer pressão na política imperial, como o exército e a burocracia, de forma geral: “não parece que seja possível falar na existência de um ‘monopólio da força’ para este período, a não ser de uma forma bastante matizada” (MACHADO, 1998, p. 14).

Na passagem do século III para o IV d.C., a burocratização teve grande importância na evolução do governo imperial romano. Os governos de Diocleciano e Constantino foram especialmente relevantes nesse processo, no qual se observou uma crescente especialização do funcionalismo, na tentativa de melhorar a capacidade de informação e controle do governo. Assim, é necessário reconhecer a existência de elementos autônomos, capazes de intervir na condução da política (CHASTAGNOL, 1994, p. 193-222).

Contudo, ao mesmo tempo que facilitava o controle e a centralização da tomada de decisões, esse processo de burocratização tinha uma outra face: ele permitia o desenvolvimento, no interior do governo, de um grupo com uma real capacidade de influenciar a vida política: os funcionários. Esses burocratas eram capazes de afetar todo o funcionamento do governo, impondo um ritmo próprio à tomada de decisões (KELLY, 1994, p. 175). Assim, podemos observar que o Senado ainda era um elemento dotado de poder e de interesses próprios.

Juntamente, o exército apresentava questões, claramente políticas, ao funcionamento do Império. Se, por um lado, o exército era um elemento do governo, não é correto enxergar nele somente um instrumento estatal. Desde o início do Principado, o corpo bélico, havia sido um

elemento importante na conquista e na manutenção do Poder Imperial. De acordo com Martin Goodman (1997, p. 83), o exército, possuía uma grande capacidade de intervenção nas questões do governo, de forma que, por meio de suas prerrogativas, foi capaz de expor desafios para a continuidade e a unidade do governo imperial romano. Conforme os estudos de Michel Christol (1982, p. 160) revelam, desde o *Edito de Galieno*⁶⁰, ficou consagrada a participação ativa dos militares de baixa condição social, mas com prestígio em suas funções, no centro das decisões políticas, ocupando postos que os tornaram protagonistas, e não coadjuvantes, do governo.

Um ponto que consideramos importante é a questão da sucessão imperial. Nesse momento, essa questão não estava somente dentro dos parâmetros dinásticos imperiais (ou seja, indicações feitas por laços familiares ou adoções), mas também podia caber ao corpo bélico, como foram os casos de Joviano (363-364 d.C.) e Valentiniano I (364-375 d.C.). Ficava, assim, sob jurisdição do poder militar a defesa das fronteiras (tarefa fundamental do exército), e agora, a possibilidade de intervenção na sucessão imperial, estabelecendo, assim, precedentes para que o exército pudesse interferir na administração de todo o Império. Dessa forma, por meio dessas atribuições, havia a possibilidade de legitimar o poder adquirido dos novos imperadores pelas legiões (GONÇALVES, 2011, p. 99).

Podemos observar esses elementos nas palavras do escritor Eutrópio, que fez relatos sobre o início do *Dominato*. Na passagem a seguir, Eutrópio narra a aclamação de Maximino (235-238 d.C.), sendo que este último estava procurando o apoio das tropas para ascender ao poder. O trecho abaixo, extraído da obra de Eutrópio; *Breviário da História Romana*, é um exemplo apropriado da dinâmica do período:

Depois deste, Maximino, por primeiro dentre a classe militar, subiu ao Império, pela vontade dos soldados só, sem que interferisse nenhuma autoridade do Senado, nem que elle fosse Senador. Este, feita felizmente a guerra contra os Germanos, como tivesse sido proclamado Imperador pelos soldados, abandonando-o (depois) seus soldados, foi morto por Pupieno, em Aquileia, com (seu) filho ainda creança, com o qual governára um triennio e poucos dias⁶¹ (BREVIARIUM, IX, 1-2).

Ademais, segundo Géza Alföldy (1989, p. 181), da mesma forma que os soldados nomeavam os imperadores à revelia do Senado, eles também tinham o poder de depor os mesmos. Em que pese a avaliação pelo autor húngaro, tal historiador pertence a uma geração

⁶⁰ Editio que teria sido promulgado durante o governo de Galieno, entre 253 a 268 d.C. (ANTIQUEIRA, 2011, p. 122).

⁶¹ Tradução do latim para o português feita por Manoel Vaz Lobo, em 1930.

que considerava o Senado do século IV d.C. como uma figura apagada no cenário político. Por ora, preferimos comentar que poderia ocorrer algum trato entre o exército e o Senado para a aprovação de um imperador. Nesse sentido, as seguidas aclamações dos imperadores, em algumas ocasiões, poderiam ocorrer concomitante a outras aclamações em regiões distintas do Império, por outras legiões, fazendo com que mais de um Imperador fosse legitimado pelo corpo bélico ao mesmo tempo. A indicação do sucessor do Imperador por meio da designação do melhor homem, o mais virtuoso e apto a governar, simbolizava para eles que, mesmo existindo a figura de um soberano, o controle político poderia estar sob os domínios do Senado. Entretanto, no século IV d.C., em alguns momentos, observamos que os militares haviam se tornado um elemento bastante importante e determinante. O estabelecimento da sucessão pela aclamação militar faria, cada vez mais, com que o poder adquirisse uma característica de hereditariedade, já que os vínculos pessoais estabelecidos entre os legionários e seus generais permitiam que a confiança no pai fosse transposta ao filho ou a parente próximo por ele escolhido. Dessa forma, essa capacidade de interferência dos militares, somada àquela de que o imperador já dispunha, afetava o Senado, a ponto de que membros da cúria competiam por nomeações para cargos na administração imperial. (DRINKWATER, 2005, p. 59).

Assim, Aurélio Victor (320 – 390 d.C.), alto funcionário imperial em Roma, que havia ascendido em sua carreira por meio dos estudos (FALQUE, 2008, p. 164), demonstra em seus escritos *Liber de Cæsaribus* (361 d.C.) uma posição crítica à ascensão por meio da aclamação militar. Em sua obra, Victor dispõe sobre a legitimidade da tomada do poder pelos generais aclamados, ressaltando, por exemplo, a forma indiscriminada com que eram eleitos, para justificar a falta de aptidão dos mesmos para governar, sobretudo, em função dos vícios e da falta de educação.

Onde tudo está confuso nada segue o seu curso natural, todos consideram que é lícito, como no caos, se apoderar de cargos alheios que não são capazes de desempenhar e escandalosamente o conhecimento das boas artes foi abominavelmente corrompido. [...]. [O Senado] entregou o governo inclusive aos mais vis, por nascimento ou educação. Como Gaius Julius Maximino, presidente de Trebélia, foi o primeiro entre os soldados que, apesar de ser praticamente analfabeto, tomou o poder com o apoio das legiões. No entanto, os senadores também aprovaram isto, uma vez que consideraram um perigo que homens desarmados se opusessem a um armado; seu filho, que tinha o mesmo nome de seu pai, Caio Júlio Maximino, foi nomeado César (DE CAES., XXIV, 9-11; XXV, 1-2).

Observamos que somente dois Imperadores saem diretamente do exército no século IV d.C.: Joviano (363 - 364 d.C.) e Valentiniano I (364 – 375 d.C.). Os demais eleitos pelo exército foram considerados usurpadores e não chegaram ao poder. Contudo, posição social ocupada

por esse autor explicita a crítica enfática que faz em relação ao aumento da força política das legiões. Por sua vez, os comandos militares, que outrora estavam reservados aos senadores, agora haviam sido transferidos para outro círculo de pessoas, os cavaleiros (ALFÖDY, 1989, p. 179). Podemos perceber, portanto, a existência de elementos autônomos, o Senado e o Exército, que eram capazes de, em conjunto, intervir na condução da política, ou seja, no campo político, no qual o exército e a burocracia faziam parte do governo e, conseqüentemente, do Poder Imperial.

Todavia, faz-se necessário advertir que o Poder Imperial e outras instâncias, como o Senado e o Exército, não são a mesma coisa. Porém, o Poder Imperial dirige o governo, apresentando um ponto de destaque, a saber, a importância e o lugar do imperador e de sua personalidade. Nessas perspectivas apresentadas, podemos dizer que os elementos entre governo e Poder Imperial estão ligados de forma indissociável.

De acordo com Carlos Machado (2000, p. 20), o Poder Imperial ocupava uma posição proeminente no campo político, sendo determinante para a sua estruturação. Assim, o detentor do título de imperador possuía acesso privilegiado a recursos diversos que, no entanto, poderia acontecer de nem sempre se estender a outros agentes, como burocratas e militares. O Poder Imperial era o elemento capaz de realizar as diversas manifestações de seu governo que, no caso do século IV d.C., nos permite entender o governo como um “conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade”⁶²:

Essa capacidade ímpar de intervir na realidade, em todos os seus aspectos, é que colocava o Poder Imperial em posição tão favorável no campo político e que lhe dava condições de agir e influenciar as posições e atitudes das demais "forças" no interior desse campo. Com relação ao período que o precedeu, o século IV foi marcado, assim, por uma imensa mudança no caráter do Poder Imperial (MACHADO, 2000, p. 96).

Juntamente com esse aspecto privilegiado do imperador, se desenvolve a ideia que o associou aos deuses e deu novo sentido aos rituais, às insígnias e aos símbolos. Por essa razão, o modo como o Poder Imperial era visto por seus contemporâneos e os símbolos que o representavam não só cumpriam este papel de representação, como também de legitimação dos seus atos políticos. Nesse contexto, o campo político em questão, por sua vez, passa por um

⁶² O verbete “Governo”, LEVI, Luci, Dicionário de Política. Brasília, 1992. p. 1992

rearranjo, que é fundamental para que possamos entender o funcionamento e a posição do Senado Romano.

2.3.2 A COMBINAÇÃO DO PODER IMPERIAL COM O SENADO DO SÉCULO IV D.C.

O período entre o final do século III e o século VI d.C. é um arco cronológico bastante útil para pensar uma história que apresenta características de continuidade e transformações profundas, como a do Senado Romano. Na mentalidade coletiva e individual, a vida pública sofreu um processo complexo e não linear em que o antigo e o novo passaram por mudanças e adaptações (GUARINELLO, 2003, p. 14) (FRIGHETTO, 2012, p. 93). Naquele contexto, o papel de governo da ordem senatorial representou um aspecto importante, sobre o qual a historiografia continua discutir. Neste ponto, nos propomos a refletir sobre as características do Senado no século IV d.C. como instituição, e sobre as características do acordo senatorial e suas várias conotações de natureza política, social e econômica.

Por quase três séculos, o Senado funcionou de acordo com uma tradição política praticamente uniforme. No período republicano, era prática tradicional que o Senado representasse o papel de regulamentador da política. Assim sendo, mesmo com a inauguração de um governo Imperial e com a ampliação das funções e poderes do Imperador, para a aristocracia senatorial, a indicação do sucessor do Imperador através da designação do melhor homem, o mais virtuoso e apto a governar simbolizava que mesmo existindo a figura de um governante superior, a administração política poderia estar sob seus domínios. Contudo, a questão da sucessão já no IV século, tenderia cada vez mais para que o poder adquirisse uma característica de hereditariedade (ANDERSON, 2007, p. 65).

Entretanto, se os Imperadores poderiam não ser diretamente indicados pelo Senado, não deixavam de ser legitimados por essa ordem no século IV d.C. (DRINKWATER, 2005, p. 59). Dessa forma, o imperador aclamado pelas legiões procurava após sua ascensão ao poder o reconhecimento dos senadores, assim era fundamental aos imperadores conquistar a aprovação desta instituição, e, em contrapartida, o imperador escolhido pelo Senado buscava conseguir o apoio das legiões que lhe serviam.

Mesmo com a diminuição de seu prestígio, os membros do Senado Romano continuavam, no século IV d.C., poderosos. Segundo Peter Heather, (2008, p. 184) como um corpo, o Senado tinha pouco poder político real, e que sua verdadeira importância residia nos homens de quem era composta. Muitos pertenciam ao estrato mais rico de proprietários de terras

de todo o Império, e essa riqueza trouxe poder, influência e ambição em seu respaldo. Assim sendo, o afastamento do Imperador de Roma, devido às sucessivas campanhas militares das quais participava, permitia que esta instituição mantivesse um grau de independência em alguns pontos.

O Senado produzido pela reorganização política e institucional de Diocleciano e Constantino passou a ser um organismo transformado. As reformas dioclecianas, foram continuadas por Constantino, assim, a inovação institucional mais notável do século IV foi a criação do Senado de Constantinopla. Formado a partir do Imperador Constantino, o novo Senado era parte integrante da nova capital que ele fundou para comemorar sua grande vitória sobre Licínio. Contudo, os membros do Senado de Constantinopla possuíam um status inferior aos seus pares do Senado de Roma, pois a administração foi confiada, em grande parte, a homens que eram antes distantes da elite senatorial. Com esse desenvolvimento, foi criada uma distinção cada vez mais acentuada entre os senadores que eram membros ativos do Senado de Roma, prerrogativa de algumas famílias de tradição antiga, e os senadores vindos quase exclusivamente da ordem equestre e das elites municipais, pois estes últimos agiam com base em outros interesses e não necessariamente aderiam as políticas do Senado como instituição. Desse modo, a assimilação dos recém-chegados à ordem senatorial foi o elemento que estabeleceu a identidade e o funcionamento da assembleia e da ordem que nela se reconheceu (LEPELLEY, 1986, p. 243-244).

Assim, no período assinalado, sucedeu-se o fortalecimento de um pequeno grupo de senadores que operou na cidade de Roma e que desenvolveu, dentro de algumas décadas, um senso muito forte de pertença e uma forte identidade, com o entendimento de pertencer a uma elite exclusiva em comparação a qualquer outro grupo social e governamental. Situação que, após algumas décadas, em 372 d.C., foi especificada pelo imperador Valentiniano I, que dividiu a ordem senatorial em três grupos, após mudanças no *cursus honorum* a partir do século III d.C.; *ilustres, spectabiles e clarissimi*. A questão regional também estabeleceu diferenciações entre os grupos, uma vez que, os senadores do Ocidente e do Oriente eram bastante distintos. A ordem senatorial do Ocidente estava sediada em Roma, era composta por famílias tradicionais possuidoras de prestígio e de muitas terras que se identificavam como os guardiões das mais antigas tradições de Roma. No Oriente, faziam parte do Senado de Constantinopla os *parvenus* em geral oriundos os setores urbanos. Dessa maneira, a composição senatorial e a região refletiam nos interesses, que eram divergentes. (CHASTAGNOL, 1970, p. 313 -314).

Essa ordem senatorial renovada é descrita na seguinte passagem da obra *Panegírico a Constantino*, redigida pelo personagem gaulês Nazário:

Roma sentiu, por fim, que era a cabeça de todas as regiões e a rainha do mundo, quando vinculou à sua Cúria os cidadãos mais nobres de todas as províncias, para que o Senado destacasse seu prestígio não somente no nome, mas também de fato, já que reunia em seu seio a elite do mundo inteiro [...] (PANEGÍRICO A CONSTANTINO, 35. 2).

As transformações no Senado foram decorrentes da nova concepção de Poder Imperial instaurada no final do século III e início do século IV d.C. Portanto, uma vez que Constantino se tornou responsável pela cooptação de novos membros do Senado, ele tornou também o campo político do século IV d.C. ainda mais complexo. Ao expandir a ordem senatorial, o papel dos senadores se tornou muito diferente daquele do Principado Romano, pois se criou uma espécie de elite da elite, com um *status* singular, e defensora de sua representatividade e existência. Longe de ser estático ou monopolizado, o Senado, pelo que podemos ver, era, na verdade, um campo altamente competitivo que, se por um lado sofria uma grande influência do imperador, por outro, os senadores tinham acesso a importantes postos de comando, tanto na burocracia quanto nos governos das províncias (LEMOS, 2009, p. 56).

De acordo com Machado o fato de ter continuado existindo um Senado em Roma – bem como o fato de ter sido criado um similar em Constantinopla – é um caso para refletirmos como, em diversas ocasiões, o Senado Romano atuou de forma importante (MACHADO, 1998, p. 23). Prova disso é que, no final do século IV d.C., os senadores estiveram envolvidos nas tentativas de usurpação de Máximo e de Eugênio e chegaram, inclusive, a reconhecê-los como imperadores (MATTHEWS, 1990 p. 223; p. 240). Apesar dessas tentativas terem sido frustradas, elas mostram que o Senado não deixava de se pronunciar e, até mesmo, de se expor politicamente. Mesmo evitando entrar em conflito com os imperadores, a instituição podia, também, marcar o seu espaço, criticando ou reclamando de decisões imperiais. Assim o Senado Romano poderia ser um órgão de pressão formidável.

Ponto que, para Machado (2000), seria um indício de que o Senado se sentia capaz e autorizado para agir independentemente, já que, em alguns momentos, essa instituição se envolveu em questões que de forma alguma estavam vinculadas às suas atribuições locais, mas envolvia-se em questões que diziam respeito a todo Império. (MACHADO, 2000, p. 99). Um exemplo aparece nos relatos de Amiano Marcelino, quando este cita a aclamação de Juliano⁶³ (361-363 d.C.) como Augusto por suas tropas. De acordo com Amiano, enquanto viajava

⁶³ César: de 355 a 360 d.C. Augusto: de 360 a 361 d.C. Augusto só: de 361 a 363 d.C.

para enfrentar Constâncio II, Juliano escreveu para o Senado, justificando suas ações e injuriando o então imperador. Essa medida, no entanto, não foi somente criticada, como rechaçada, e ele teve que reconhecer sua ingratidão e retomar o seu posto (RES GESTAE, XXI, 10, 7).

É interessante observar que, no episódio em questão, Juliano, estava buscando apoio do Senado, pois, mesmo essa instituição estando cada vez mais desvinculada do governo, ainda possuía influência sobre o Poder Imperial. Assim, o Senado Romano continuava exercendo seu prestígio em relação ao povo e continuava a ser um órgão importante do governo, o que demonstrava sua representatividade e o diferenciava das demais cúrias, com suas atribuições que se restringiu a ações locais (JACQUES, 1986, p. 108-109).

Importante ressaltar que, no século IV d.C., o Senado ainda promovia a *apoteose* e a *damnatio memoriae* dos imperadores, práticas conhecidas no mundo helenístico que foram introduzidas em Roma após a morte de Júlio César, em 44 a.C. Essas práticas consistiam em, após a morte do soberano, o Senado se reunir e deliberar se o imperador tinha sido um bom ou um mau governante. Se o imperador tivesse sido um bom governante, aconteceria a *apoteose*, então, ele se tornaria um deus e merecia um culto público. Se, por outro lado, tivesse sido um péssimo governante, sofreria a *damnatio memoriae*. Seria, então, oficialmente condenado e teria seu nome apagado das inscrições assim como seus retratos destruídos (GONÇALVES, 2006, p. 01-15).

Desse modo, observamos que os senadores se valiam de certos mecanismos para manifestar críticas ou apoio ao governo dos imperadores. Exemplo disso são os escritos de Aurélio Victor, membro do Senado (FALQUE, 2008, p. 164). Na seguinte passagem, observamos mais um momento em que Aurélio Victor faz críticas ao comportamento de Diocleciano, por sua tendência à autoadoração divina, que era entendida pelos senadores como prática de incultos e não civilizados:

[Aurélio Victor] referia-se ao Imperador Diocleciano como um homem de origem humilde que se deixara levar “por um espírito cheio de orgulho”, incomum ao verdadeiro cidadão, a tal ponto que, segundo o historiador pagão, “foi o primeiro de todos depois de Calígula e Domiciano que permitiu ser chamado ‘senhor’ publicamente, ser adorado e ser invocado como um deus (DE CAES. XXXIX, 1-5).

Assim, os relatos discursivos são bastante relevantes, pois criam, reinventam, propagam e fundamentam ideias por meio de um enfoque escolhido mediante as percepções do escritor. Portanto, em suas descrições, o autor resgatava seus vínculos sociais como fonte legitimadora

de seu olhar político e social, que, em Roma, era representada pelo *Mos Maiorum* (GRIMAL, 1993, p. 54). Dessa forma, o *Mos Maiorum* pode ser entendido como um conjunto de qualificações morais caracterizado pela busca de um equilíbrio, sendo que sua prática conduziria à excelência ou à perfeição. Sob esse aspecto, a exaltação das virtudes no mundo romano estaria relacionada à prática política (STADLER, 2008, p. 72-73).

Rodríguez Gervás (1991, p. 77) acentua que o *Mos Maiorum* estaria vinculado com a deificação de ideias abstratas de influência grega, ou seja, relacionava-se a um conteúdo moral-filosófico. Em geral, a definição de virtude estava vinculada a qualidades positivas em conformidade com algo que seria “correto e desejável” (GERVÁS, 1991, p. 77). De acordo com suas palavras,

As virtudes tinham a função de elaborar, formalizar e intensificar a imagem imperial com o objetivo básico de criar uma estrutura política unitária. Deste modo, elas participam tanto do aspecto religioso, estabelecendo um culto próprio, como do estritamente político e laico (GERVÁS, 1991, p. 77).

Tal perspectiva ideológica pode ser rastreada na análise de outras documentações históricas, tal como Tácito, Suetônio, Amiano Marcelino, Aurélio Victor e nossa própria documentação textual, a *História Augusta*, na qual podemos encontrar indicações dos valores tradicionais romanos que permeavam a sociedade. Desse modo, ao escreverem suas biografias, os autores direcionavam seus escritos para um tratamento ilustre ou lançavam uma *damnatio memoriae* sobre imperadores que, em suas atitudes, não corresponderam aos anseios da ordem senatorial.

Podemos examinar esse processo de renovação da ordem senatorial, que ocorreu desde Diocleciano até o governo de Constantino, e pode ser observado nos discursos feitos por Amiano Marcelino e Aurélio Victor. Para ambos, era claro que as atitudes dos imperadores de sua contemporaneidade destituíam o Senado de seus poderes frente à existência da figura do imperador, que havia transformado o caráter institucional do ofício imperial desde o Principado (RES GESTAE, XV.1.3 e XXIX. 5.46) (DE CAES. V e VIII).

Amiano Marcelino, ao refletir a cena do *adventus* de Constâncio em Roma, relata que os Imperadores viviam sob um sistema de governo autocrático à moda oriental. Para ele, o imperador era colocado mais próximo do deus do que dos homens e, por isso, estava distante de seus súditos e tinha se afastado dos princípios da *civilitas*, as relações sociais e políticas mantidas pelos melhores imperadores anteriores (RES GESTAE, XVI.10.07-11).

De acordo com Aurélio Victor, o Senado era impotente para recuperar a sua antiga posição dos tempos de República Romana, afinal, nesse momento os imperadores eram escolhidos dentro do exército e os senadores não tinham oportunidade de influenciar na sua seleção, pois “consideravam perigoso para homens desarmados resistir a homens apoiados por um exército” (DE CAES. XXV). Se, por um lado, em seus escritos ele exalta o Senado de sua contemporaneidade por conta de suas tradições, cultura, esplendor e como guardiões do *Mos Maiorum*, por outro os critica por terem abdicado de seu direito de escolha dos imperadores e demonstra o pensamento exclusivista da ordem senatorial na Antiguidade Tardia. Contudo, é difícil afirmarmos se o Senado teve ou não influência na escolha de algum Imperador do período.

Pelas vantagens do ócio e simultaneamente pelo medo por suas riquezas, o prazer e a abundância foram considerados mais importantes do que era eterno [senado], abriam caminho para os soldados e virtualmente para os bárbaros terem o poder absoluto sobre eles e seus descendentes (DE CAES., XXVII).

Assumindo a mesma indignação de Aurélio Victor, Amiano Marcelino descreve o comportamento público e privado dos senadores e afirma que possuíam pelo menos uma casa em Roma, onde viviam em extremo luxo e prazer, rodeados por cantores, dançarinos e músicos (RES GESTAE, XIV.6.18). Segundo Marcelino, “era preciso uma viagem para visitar suas terras, onde os senadores eram escoltados por uma coluna de trabalhadores similar às marchas de Alexandre e César” (RES GESTAE, XXVIII.4.18).

O Senado era, portanto, composto por indivíduos que faziam parte de uma sociedade e, para além disso, eram parte de uma instituição, com normas de funcionamento, privilégios, atribuições e composição bem definidos. Contudo, eles agiam em um mundo mudado, com uma cultura política, uma lógica, valores e tradições fundadas nas referências do passado e que tinha como um elemento estrutural de seu funcionamento as suas relações com o Poder Imperial.

A partir dessa constatação, analisamos, brevemente, a maneira como a imagem do imperador é construída com o *Dominato* e no que consiste o Poder Imperial do século IV d.C. Procuramos, também, entender o desenvolvimento e o papel do Senado no campo político tardo-antigo. Refletimos, portanto, como, lentamente, vai-se instalando nas vastas regiões imperiais um respeito ao imperador como governante supremo. Por esse motivo, podemos considerar que os esforços das dinastias da Antiguidade Tardia para regularizar a transmissão de poder serão uma herança que os reis medievais vão aproveitar muito bem para legitimar e consolidar seus reinos.

3 CÔMODO, O IMPERADOR GLADIADOR

3.1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Quando lemos a biografia do imperador Cômodo, na *História Augusta*, podemos nos sentir bastante impactados. Apresentada de forma gradual, a imagem do tirano cruel e misantropo pode levar a um estado de aversão e terror. O imperador começa a crescer e o leitor tem, na sua frente, uma personagem quase surreal, pois, diante de tantas loucuras, sexualidade desenfreada e monstruosidades, cristaliza-se apenas a incredulidade.

Dessa forma, em função da incredulidade, a *Vida* de Cômodo nos remete a uma sensação de familiaridade com as *Vidas* de Calígula e Nero, de Suetônio. O método biográfico de Suetônio e seu estereótipo de caracterização de mau governante são continuamente repetidos pelo autor da *História Augusta*, aproximando Cômodo de Calígula e Nero (BRANDÃO, 2008, p. 115-137). Compreendemos que os motivos para isso vão além dos aspectos estruturais, uma vez que essas comparações denunciam uma ideologia subjacente, a saber, as conjunturas senatoriais.

Construídas como um forte ataque a moral tradicional vigente à época desses escritos, as biografias com a trajetória desses maus imperadores marcam muito mais que apenas uma progressão de vícios e comportamentos horrendos, elas exprimem também os reflexos da mentalidade senatorial. Se Calígula e Nero afrontaram o Senado e foram alvos do seu ódio, também a figura de Cômodo esteve sujeita a um objetivo senatorial de destruição. Assim, percebe-se um reaproveitamento dos motivos já utilizados por Suetônio. Tal qual Nero e Calígula, segundo o autor de sua biografia, Cômodo mostra *petulantia*, *libido*, *luxuria*, *avaritia*, *crudelitas*, vistos como *naturae uitiae* (BRANDLEY, 1991, p. 165-170).

Assim, toda a caracterização elaborada pelo autor da *Vida* de Cômodo, na qual nos centraremos neste estudo, vão além das representações e referências explícitas a Calígula e a Nero. Essas referências tinham por objetivo causar uma assimilação na mente do leitor e criar um retrato sombrio de um imperador (Cômodo) que não se encaixava nas expectativas senatoriais. Com efeito, logo no início do texto, o autor atribui a Cômodo uma data de nascimento que, pelo que se sabe, seria a mesma do malvisto Imperador Calígula (*Vida* de Cômodo 10, 2), coincidência que, de modo algum, era digna de menosprezo para um romano, que dava bastante importância a esse tipo de acaso pressago (CASTRO, 2017, p. 1).

Dessa forma, pretendemos mostrar indícios de que a *Vida* de Cômodo oferece um novo rosto a ser utilizado para apontar falhas e contrariedades no governo vigente. Acreditamos, pois, que sua biografia foi elaborada com o intuito de fazer uma crítica ao regime de *Dominato*. A base interpretativa será a *História Augusta*, contudo, para nos ajudar nas contraposições, outros escritos elaborados por Dião Cássio⁶⁴ e Herodiano⁶⁵ também serão utilizados.

3.2 JUVENTUDE E ASCENSÃO AO PODER (161-180 d.C.)

De acordo com a *História Augusta*, Cômodo nasceu em 31 de agosto de 161 d.C, em Lanúvio, cidade próxima a Roma, onde se diz que o seu avô paterno também nasceu. Ele era filho do imperador reinante, Marco Aurélio, e da prima Faustina, a Jovem, a filha mais nova do Imperador Antonino Pio, que tinha morrido poucos meses antes. Cômodo tinha um irmão gêmeo mais velho, Tito Aurélio Fulvo Antonino, que morreu aos quatro anos de idade, em 165 d.C. (*Vida* de Cômodo, 1, 1-2) (VAGI, 1999, p. 96-192).

Consideramos importante exemplificar as informações apresentadas utilizando um *sestertius* cunhado em 161 d.C., pois elas são provenientes de nossa documentação textual, a *História Augusta*, e, como já demonstramos no primeiro capítulo, alguns autores são radicais ao dizer que quase nada do conteúdo das biografias pode ser atestado (BIRLEY, 1988, p. 14). Segundo David Rohrbacher (2016, p. 20), as biografias são, “folhetos de invenção nos quais ocasionais pepitas de fato estão embutidas”.

Na imagem⁶⁶ 1, vê-se que uma moeda foi feita para celebrar o nascimento dos filhos de Faustina e Marco Aurélio. No anverso, vemos uma imagem de Faustina, a jovem, e, no reverso, seus filhos gêmeos, Cômodo e Antonino, sentados em um trono.

64 Dião Cássio (155-235 d.C.), autor da obra Ῥωμαϊκὴ Ἱστορία, *Historia Romana*.

65 Herodiano (170-240 d.C.), autor da obra *História do Império Romano após Marco Aurélio*, escrita entre 238 e 250 (SILVA, 2018, p. 198).

66 Datação: 161 d.C. Descrição: anverso com perfil de Faustina e reverso com duas crianças sentadas em um trono. Legenda: *Saecvli Felicit*. Tradução da legenda: Felicidade da idade.



Figura 7: Faustina_ a jovem e seus filhos gêmeos.

Fonte: Faustina Junior (Augusta, 147-175), Sesterius, Roma, 161-4. In.:

<https://www.coinarchives.com/a/lotviewer.php?LotID=1694859&AucID=3796&Lot=1341&Val=f07182847728a949c54db1605e55ddef>

Acesso em: 30/09/2020.

Segundo o autor da *Vida* de Cômodo, quando estava grávida, a mulher de Marco Aurélio, Faustina, sonhou que dava à luz a duas serpentes, uma delas mais feroz (*Vida* de Cômodo, 1, 3). De acordo a obra *A Vida dos Doze Césares*, de Caio Suetônio Tranquilo (69 até 122 d.C.) composta no início do II d.C., a menção desse sonho poderia fazer referência ao vaticínio de Tibério, que, ao considerar o *ferum ingenium* de Calígula, classificava-o como uma cobra para o povo romano (*Vida* de Calígula, 11). Contudo, a serpente também pode ser entendida como profecia oriental de poder, corria uma lenda de que Nero tinha sido protegido por uma serpente que aterrorizava os assassinos enviados por Messalina (*Vida* de Nero 6.4) Outra história de Suetônio dizia que Augusto tinha sido concebido por intermédio de uma serpente quando sua mãe, Ácia, se encontrava no templo de Apolo (*Vida* de Augusto 94.4)

De acordo com a *História Augusta*, Cômodo foi um imperador nascido na púrpura, ou seja, filho de um imperador no poder e, assim, tornou-se seu herdeiro natural. No ano 166 d.C., de acordo com o relato do autor da *Vida* de Marco Aurélio na *História Augusta* (12.7), Lúcio Vero regressou vitorioso da guerra na Síria e pede que Marco Aurélio celebre com ele o triunfo e o título dado a ambos de Pai da Pátria. Na ocasião Lúcio Vero, solicitou que os filhos de Marco recebessem o título de César, por isso, Cômodo ainda menino, foi chamado de César, juntamente com seu irmão mais novo, Ânio Vero e suas irmãs. Nas palavras de Júlio Capitolino, autor fictício ou não da biografia de Marco Aurélio na *História Augusta* (12.7- 8);

E, quando o irmão regressou vitorioso da Síria, foi decretado para ambos o título de Pai da Pátria, uma vez que Marco, na ausência de Vero, se tinha comportado com grande moderação em relação a todos os senadores e a todos os homens. Além disso, a coroa cívica foi oferecida aos dois; e Lúcio pediu que Marco celebrasse o triunfo juntamente com ele. Lúcio pediu ainda que os filhos de Marco fossem intitulados Césares

Na altura que Cômodo completa quatorze anos, sua mãe, Faustina, faleceu e, quatro anos depois, seu irmão, Ânio Vero, morreu, aos 6 anos de idade. Dessa forma, Cômodo se tornou o único filho homem e herdeiro direto de Marco Aurélio (BIRLEY, 1999, p. 92). Sua educação teria sido responsabilidade do pai, Marco Aurélio, que “tentou dar instrução a Cômodo, quer com os seus ensinamentos, quer com os de grandes e excelentes varões. Teve como mestres, em literatura grega, Onesícrates; em latim, Antístio Capela e, em retórica, Ateio Santo.” (*Vida de Cômodo*, 1.1-6). Contudo, de acordo com a *História Augusta*, Cômodo menosprezava a educação das disciplinas consideradas nobres, ensinamentos que não soube aproveitar pois “desde a primeira infância se mostrava vil, vergonhoso, cruel, lascivo, [corrompido] até a boca e pervertido.” (*Vida de Cômodo*, 1.7), neste trecho podemos identificar a construção de uma personalidade preocupante que irá se acentuar ao longo da obra.

No entanto, Cômodo tinha bastante talento para as artes. De acordo com os escritos da *História Augusta*, ele “era artista naquelas técnicas que não convinham à posição de um imperador, ao ponto de saber modelar cálices, dançar, cantar, assobiar e de exhibir na perfeição a arte do bufão e do gladiador” (*Vida de Cômodo*, 1.8). Saliente-se que, para Amiano Marcelino, em sua obra *Res Gestae*⁶⁷ a música, a dança e as artes circenses eram as artes que menos condiziam com um imperador (XIV, 6, 1; 6, 25-26).

Para que o leitor possa conhecer os traços do imperador Cômodo, incluímos um busto que o retrata ainda jovem, na figura 2.

67 Por volta de 392 d.C. (GONÇALVES, 2008, p. 98).



Figura 8: Busto de Cômodo

Fonte: Busto do Imperador Romano Cômodo. Museu Germânico, Colônia, Alemanha. Foto de Cascoly, 15 de setembro de 2016.

Em 172 d.C., foi agraciado com o título militar de Germânico, pelo qual se presume que Cômodo esteve presente na vitória de seu pai sobre os Marcomanni⁶⁸ e pelo qual se pode sugerir que teve uma participação ativa nas Guerras Marcomaníacas (*Vida de Marco Aurélio*, 14, 1; 21, 10). Dois anos depois, em 175 d.C., Cômodo foi chamado à fronteira e Marco Aurélio lhe entregou a *toga virilis*⁶⁹, ainda que estivesse em idade de usar a *toga praetexta* (*Vida de Marco Aurélio*, 22, 12). Logo depois, Cômodo ingressou no Colégio dos Sacerdotes, o que consideramos como um ponto de partida para uma carreira na vida pública. De acordo com o autor da *Vida de Cômodo*, o episódio foi marcado por um mau presságio, pois teria ocorrido no

68 Tribo germânica que, no século II, se confederou com outras tribos, como os Vândalos e os Sármatas, contra o Império Romano. Marco Aurélio teria combatido os Marcomanos durante três anos, em Carnuto e na Panónia (*HISTÓRIA AUGUSTA*, 2011, p. 176). A informação se encontra na roda pé da página.

69 Ao atingirem a idade adulta, os jovens passavam a vestir a *toga virilis*. Antes desse momento, eles usavam a *toga praetexta*, de cor púrpura, reservada às crianças, aos magistrados e aos sacerdotes (*HISTÓRIA AUGUSTA*, 2011, p. 196). A informação se encontra na roda pé da página.

“dia em que Rômulo desapareceu da terra e em que Cássio se revoltou contra Marco⁷⁰” (*Vida de Cômodo*, 2, 2).

Com efeito, em 176 d.C., Cômodo distribuiu um *congiário*⁷¹ para povo e foi reconhecido pelos soldados. Feito isso, acompanhou seu pai em uma longa viagem às províncias orientais e, então, voltaram a Roma. Em seguida, Marco Aurélio consegue a dispensa da lei relativa à idade prescrita e, em 177 d.C., e Cômodo é feito cônsul (*Vida de Marco Aurélio*, 22, 12), participando, assim, das decisões do governo. No mesmo ano, “no quinto dia antes das calendas de dezembro, no consulado de Polião e Apro, [Cômodo] foi aclamado imperador juntamente com o pai e celebrou com ele o triunfo” (*Vida de Cômodo*, 2, 4). Segundo a própria *História Augusta*, em um primeiro momento, o Senado também decretou honras a Cômodo, situação que iria mudar, pois logo tal ordem e o futuro imperador foram os protagonistas de diversos embates.

É interessante notar que Marco Aurélio tenha distinguido o seu filho com honras desde muito cedo, sendo possível dizer que quisesse que Cômodo seguisse o seu modelo. Salientamos que os Antoninos ficaram conhecidos por basearem a sucessão no sistema adotivo, que permitia, teoricamente, a escolha do melhor. Contudo Cômodo era filho biológico de Marco Aurélio e, portanto, não alguém adotado dentro das esferas de parentesco, sob a ótica de o mais apto para governar como imperador. Desse modo, Marco Aurélio foi o primeiro imperador desde Vespasiano a ter como sucessor um filho biológico. Até então, desde Augusto (27-14 d.C.), somente Tito (79-81 d.C.) havia herdado o cargo de seu pai, mas Tito já possuía experiência na política do Senado e na administração do Império, ao contrário de Cômodo, que assumiu o cargo com dezessete anos. Assim sendo, tradicionalmente, cada um dos predecessores adotou seu sucessor, como ocorreu com o próprio Marco Aurélio. Contudo, ele parece ter sido firme em sua intenção de que Cômodo deveria ser seu herdeiro.

Em meados de 177, Marco Aurélio concedeu a Cômodo o título de Augusto, dando a seu filho o mesmo status que tinha e, assim, compartilhando formalmente o poder, o que pode ser visto na existência de moedas do período de Marco Aurélio apontando honras dedicadas ao futuro herdeiro (HEKSTER, 2002, p. 16-22).

70 Em abril de 175 d.C., Avidio Cássio, governador da Síria, declarou-se imperador, após rumores de que Marco Aurélio havia morrido. Tendo sido aceito como imperador pela Síria, Judéia e Egito, Cássio continuou sua rebelião, mesmo depois de se tornar óbvio que Marco Aurélio ainda estava vivo. Durante os preparativos para a campanha contra Cássio, Cômodo assumiu sua *toga virilis* na frente do Danúbio, em 7 de julho de 175 d.C., entrando formalmente na idade adulta. Cássio, entretanto, foi morto por um de seus centuriões, antes mesmo que a campanha contra ele pudesse começar (*Vida de Marco Aurélio*, 25, 1) (POTTER, 2009, p. 139; BIRLEY, 2001, p. 186).

71 Designação geral para o donativo dos imperadores ao povo, celebrado em cunhagens de moedas (HISTÓRIA AUGUSTA, 2011, p. 196) A informação se encontra no rodapé da página.

Para fins didáticos, adicionamos a imagem⁷² de uma moeda que data 178 d.C. No anverso, podemos ver Cômodo como co-Augusto, laureado, drapeado e com busto com couraça. No reverso, vê-se Castor em pé, à esquerda, segurando o cavalo pelo freio e com uma lança na mão esquerda.



Figura 9: Cômodo como co-Augusto sob Marco Aurélio. Fonte: Commodus Aureus, RIC 648, Cohen 760, BMC 774 In.: <https://www.wildwinds.com/coins/sear5/s5611.t.html> Acesso em: 30/09/2020.

Segundo Adams (2013, p. 59), o governo de Marco de Aurélio (161-180 d.C.) foi fortemente idealizado pelos autores antigos. Considerado um modelo de bom imperador, ele é apresentado como um *Optimus Princeps*, imperador- filósofo e o último imperador virtuoso, cujo comportamento serviu de modelo e de critério de comparação para os governantes posteriores. Este último foi um quesito que, certamente, teve um forte impacto sobre a forma como, posteriormente, nos textos de cunho senatorial, o Principado de Cômodo foi representado.

Em várias passagens, Herodiano⁷³ enfatiza a imitação que alguns governantes diziam fazer da figura idealizada de Marco. Em seus escritos, localizamos algumas dessas

⁷² Datação: 178 d.C. Descrição: anverso: Cômodo, co-Augusto, laureado, drapeado e com busto com couraça, reverso: Castor em pé à esquerda segurando o cavalo pelo freio e com uma lança na mão esquerda. Legenda: anverso: L AVREL COMM DV S AVG; reverso: TR P III IMP II COS PP. Tradução da legenda: anverso: Lucius Avrelius Cômodo Augustus; reverso Tribunicia Potestate III Imperator II Consul II Pater Patriae.

⁷³ O trabalho de Herodiano se estende dos últimos atos do imperador Marco Aurélio, antes de sua morte, em 180 d.C., até a ascensão de Gordiano III, em 238 d.C. O autor era, portanto, muito criança quando os fatos que ele narra no primeiro capítulo ocorreram, já que aceitamos 180 d.C. como a data provável de seu nascimento. Cômodo, cujo governo também é relatado no primeiro capítulo, só governou até 192 d.C., o que nos leva a supor que os princípios que fundamentam a construção da obra em questão e relata fatos importantes para a compreensão do

representações “Dava prazer aos mais velhos recordar o Império de Marco, cuja imitação [Pertinax] procurava” (*História*, II, 4, 2); “[Severo] tudo faria para imitar o Império de Marco” (*História*, II, 14, 3); “Desde o governo de Marco nenhum imperador tinha observado a clemência” (*História*, VI, 1, 7).

Para Herodiano, a origem dos problemas que ele identifica no Império, no III século d.C., quando produz sua obra, se inicia após a morte de Marco e com o governo de Cômodo. Por isso, como contraponto ao bom imperador, Herodiano constrói o perfil de Cômodo, cujos vícios ressaltados permitem chamá-lo de tirano (*História*, I,1,6).

Podemos observar tal questão no discurso proferido por Sétímio Severo aos soldados, incitando-os a combater as tropas de Pescênio Nigro. Neste trecho, encontra-se a melhor demonstração de que, para Herodiano, após o governo de Marco Aurélio, o Império Romano havia mergulhado num período absolutamente conturbado:

Este Império foi governado com dignidade até a época de Marco, e era admirado com respeito. Quando caiu nas mãos de Cômodo começaram os erros, imputáveis à sua juventude, mas em todo o caso foram ocultados pela sua nobre origem e pela memória de seu pai. Seus erros inspiravam mais compaixão do que ódio, pois eram atribuídos não a si, mas aos seus adutores e conselheiros e cúmplices de suas infâmias (*História*, II, 10, 3).

Gostaríamos de destacar que, apesar da boa reputação de Marco Aurélio, aconteceram algumas instabilidades em seu Principado, que, por sua vez, vieram a afetar o governo de Cômodo. Um exemplo seria o caso da longa guerra contra os Marcomanos na região da Panônia, que teria drenado muito o poder econômico do Império (HEKSTER, 2002, p. 34-35). Além disso, em 175, Avídio Cássio, então governador da Síria, declarou-se imperador, após rumores da morte de Marco Aurélio. Contudo, a revolta se resolveu quando Cássio acabou sendo morto (*Vida de Marco Aurélio* 25, 1). Portanto, nem mesmo um *Princeps* tão bem-sucedido como Marco Aurélio, esteve livre de enfrentar instabilidades.

É interessante notar que, mesmo passando por alguns distúrbios, a reputação de Marco Aurélio era bastante positiva (HEKSTER, 2012, p. 22). Em parte, essa imagem é herdeira da leitura acrítica do historiador Edward Gibbon (1989, p. 87) da documentação textual *História Augusta* e de Dião Cássio, que, ao terminar sua narrativa sobre o governo de Marco Aurélio, faz o seguinte comentário; “pois a nossa história desce agora do reino de ouro para o reino de ferro e barro” (*História Romana*, LXXII, 36, 4). As boas relações que Marco Aurélio manteve

que viria a ser exposto a seguir, utilizando-se para tanto de testemunhos secundários (GONÇALVES, 2012, p. 112-113).

com o Senado lhe garantiram boa reputação histórico-biográfica, o que não têm continuação no sucessor Cômodo que é, na opinião do Senado, pior do que Nero ou Domiciano (*Vida de Cômodo* 19, 2). Dessa maneira, Gibbon percebe o período dos Antoninos, até o governo de Cômodo, como “o período da história do mundo durante o qual a condição da raça humana foi mais ditosa e mais próspera”. Em contrapartida, com Cômodo, passando pelos Severos, inicia-se o “declínio e queda” do Império (GIBBON, 1989, p. 102-103).

No nosso entender, a visão de Gibbon (1989), entretanto, está totalmente influenciada pelos valores de liberdade, pautados nas concepções iluministas de sua contemporaneidade. Conforme anseios do período, sua obra responde à ideia do que é liberdade e, para ele, o Império Romano, em sua época de ouro, é um momento a ser recuperado e que possui um auge (Antoninos) e o início de uma decadência (Severos). Uma denominação que não concordamos por generalizadora, pois mesmo os Antoninos passaram por momentos de instabilidade, haja vista a Peste Antonina, que ocorreu entre 165 d.C. e 180 d.C. Trata-se de uma pandemia antiga trazida ao Império Romano por tropas que retornavam de campanhas no Oriente Próximo. Lúcio Vero, coimperador de Marco Aurélio, teria morrido em consequência da praga em 169 d.C. tornando assim, o nome da família dos Antoninos associado a pandemia (BRUUN, 2007, p. 201 -218).

Já no governo de Marco Aurélio, ainda que esse período tenha sido considerado de forma tão positiva em parte da historiografia e nos textos senatoriais, o historiador Roger Rémondon (1967, p. 26-42) viu sérios problemas político-administrativos, com as invasões germânicas e as inúmeras despesas militares. No entanto, em linhas gerais, Marco Aurélio possuía os modos de conduta e práticas de acordo com o *topos* literário senatorial do bom Imperador. Portanto, na visão de Syme (1998), um dos fatores que determinaram o sucesso de Marco Aurélio em sustentar a ordem imperial foi a boa relação com os grupos das elites, especialmente com o Senado. Marco teria conseguido assegurar o exercício do poder do imperador em harmonia com as atribuições dos senadores do século II d.C., sendo cada grupo ciente de seus deveres.

Em 180 d.C., com a morte de Marco Aurélio assumiu seu único filho homem e herdeiro direto, Cômodo Antonino. Durante seu Principado, muitas das políticas empreendidas pelos Antoninos foram mantidas, ainda que com algumas rupturas, sendo, talvez, o aspecto mais agravante as tensões entre o *Princeps* e a ordem senatorial, conforme veremos adiante.

3.3 CÔMODO SEGUNDO AUTORES ANTIGOS

De acordo com Fergus Millar (1964, p. 6), a predominância de aristocratas na escrita da história em Roma se deu à noção de que a história deveria ser escrita por homens proeminentes. De acordo com essa forma de escrever a história, o autor deveria trabalhar na interpretação da ação política em benefício dos líderes do presente e do futuro. Assim, “a história não deveria apenas registrar os fatos, mas também deixar claro os propósitos e as razões das ações dos homens” (MILLAR, 1964, p. 6).

Desse modo, ao observar os autores antigos, como Dião Cássio, Herodiano e a nossa documentação textual, a *História Augusta*, podemos perceber que, uma vez que os principais escritores da época pertenciam ao Senado, na maior parte do tempo, a relação de Cômodo com essa ordem, foi bastante turbulenta, resultando em perseguições, conspirações e assassinatos.

Dião Cássio nasceu em Niceia, na província romana da Bitínia, por volta de 164 e 165 d.C. Ele foi um escritor e senador romano, filho do também senador Cássio Aproniano, membro da importante *gens* Cassia. É o autor de *História Romana*, que, provavelmente, foi escrita entre 222 d.C., ano da morte do imperador Heliogábalo, e 230 d.C., data do falecimento do autor. Essa obra é uma compilação de oitenta livros, escrita em grego, que conta a história de Roma desde a fundação da cidade até meados do governo de Severo Alexandre (222-235 d.C.), quando o escritor se retirou da política para descansar em sua terra natal.

Em sua narrativa, Dião Cássio reage, portanto, fortemente a circunstâncias que afetaram o poder e a dignidade senatorial. Por ser contemporâneo de Cômodo e por ter passado grande parte de seu tempo em Roma, é provável que Dião Cássio tenha presenciado os acontecimentos do governo desse imperador. Assim, no livro LXXII de sua *História Romana*, Dião descreve a vida e o governo de Cômodo, com muitos elementos, mas, frisamos, a partir de sua visão particular, construída por meio do contexto político, social, cultural e, sobretudo por meio da posição que ocupava no senado.

Nas palavras de Adams (2013, p. 22), a obra de Dião influenciou a tradição historiográfica sobre Cômodo posterior ao autor romano. Seus escritos acabaram servindo como fonte para outros autores, como o autor desconhecido da *História Augusta* e para Herodiano, em *História do Império Romano*. Hekster (2002, p. 8) afirma, contudo, que não é possível saber o quanto Dião acabou influenciando Herodiano, pois é possível que outras fontes também possam ter sido usadas por ele, além de *História Romana*.

Herodiano escreveu a obra *História do Império Romano* entre os anos 180 e 238 d.C., sendo a mesma organizada em oito livros, cobrindo desde a morte de Marco Aurélio até o começo de Gordiano III (238-244). No livro I, ele aborda a vida e o governo de Cômodo Antonino. Provavelmente, a escrita da obra ocorreu entre a ascensão de Gordiano II e a morte de Herodiano, que teria acontecido entre 238 e 250 (SILVA, 2018, p. 198).

Apesar de não sabermos ao certo as origens sociais de Herodiano, há um consenso historiográfico de que sua obra tem valores senatoriais. Para Hekster (2002, p. 5), o fato de Herodiano não pertencer à ordem senatorial faz com que seu relato seja menos negativo em relação a certos imperadores com tradições de *pessimus princeps* do que, por exemplo, a visão apresentada por Dião Cássio, o que consideramos ser bastante pertinente para nossa análise dos discursos tendenciosos sobre o imperador Cômodo.

Mesmo concordando com a visão de tendência senatorial de Herodiano, Silva (2018) defende que Herodiano pertenceu à ordem equestre, pois, em um trecho de sua obra, o historiador romano afirma: “Eu escrevi uma história sobre os feitos posteriores à morte de Marco Aurélio que vi e escutei durante toda minha vida. E, em alguns deles, participei diretamente nos meus postos de serviço imperial e público” (*História do Império Romano*, 1.2.5). Dessa forma, a partir da citação, acreditamos que Herodiano ocupou cargos públicos no Império, mas cargos de menor importância que aqueles ocupados por Dião Cássio.

Para Herodiano (*História do Império Romano*, 2.3.10), o bom imperador era aquele que governava em conjunto com seus pares, isto é, os grupos das elites, enquanto o mau imperador governava como um autocrata. Assim, as representações de Cômodo por Herodiano, que logo cai na tirania, são focadas pela comparação com Marco Aurélio, o *Princeps* ideal. Outro fator que determina a visão de Herodiano sobre Cômodo é a questão da ascensão de jovens *Princesps* ao poder. De acordo com Hekster (2002, p. 6), muito dos relatos de Herodiano durante o período de 180-192 d.C. é influenciado por sua concepção de que o imperador era muito jovem ao ascender o trono e, portanto, foi facilmente corrompido por seus favoritos. Contudo, notamos que somente em seus relatos é possível encontrar elogios ao Imperador Cômodo.

Herodiano inicia sua narrativa retratando a aparência física de Cômodo. De acordo com ele, Cômodo se apresentava como um imperador no primor da sua juventude, de aparência muito atraente, devido ao seu corpo bem proporcionado e à sua face especialmente bela. Possuía um olhar penetrante, iluminado como fogo. O seu cabelo era naturalmente loiro e encaracolado, parecendo que se lhe polvilhava pó de ouro enquanto ele andava sob Sol. Cômodo considerava

que a luz que brilhava por cima de si era como um sinal de divindade (*História do Império Romano*, I, 7,5).

Uma descrição bem diferente daquela imagem viciosa fornecida pelo autor da biografia de Cômodo na *História Augusta*, que procurou depreciar sua aparência em vista da construção do seu caráter: “Era deveras bem proporcionado de corpo; tinha um rosto apalermado, como costumam ter os bêbedos; um discurso confuso; um cabelo sempre tingido e a cintilar com a poalha de ouro. Queimava o cabelo e a barba por medo do barbeiro” (*Vida de Cômodo*, 17, 3).

Para que o leitor possa compreender os relatos de Herodiano acerca da beleza do imperador Cômodo, adicionamos esta imagem de seu busto⁷⁴, feito em mármore e datado por volta de 180 à 185 d.C.

Interessante ressaltar que as representações estilistas romanas possuíam uma relação com as características morais. Assim, as descrições físicas de um personagem davam suporte para que o autor classificasse seu o caráter e suas as decisões como más ou virtuosas. Podemos perceber tais aspectos da obra de Tácito, *Histórias* (109 -110 d.C.). William Dominik (2007, p. 328) complementa em suas escritas históricas Tácito frequentemente estruturou suas narrativas em torno da boa e má moral política. Portanto, tal constatação nos permite perceber que autores como Tácito, Herodiano e o autor da *Vida de Cômodo*, em sua narrativa, promoviam ligações entre beleza e feiura e as qualidades da personalidade dos imperadores.

74 Detalhes do busto; Título: Busto do Imperador Commodus. Fabricante desconhecido, provavelmente um romano. Lugar em que foi criado: Roma, Itália. Datação: 180-185. Material: Mármore. Dimensões: 69,9 × 61 × 22,8 cm. Peso: 92,9874 kg. Disponível em: <https://www.getty.edu/art/collection/objects/1234/unknown-maker-roman-bust-of-emperor-commodus-roman-ad-180-185>. Acesso em: 15 de set. 2020.



Figura 10: Imperador Cômodo adulto.

Fonte: Getty Center. Disponível em: <https://bit.ly/36aTFeM>. Acesso em 26 set. 2020.

Desse modo, quando Herodiano evita a especulação sobre o carácter de Cômodo, preferindo retratar a sua aparência física, percebemos que esse autor possuía uma certa estima pelo imperador malvisto, talvez em decorrência de sua origem equestre. De acordo com Herodiano, é esse imperador Antonino que, apesar de tudo, traz a paz ao Império, após quase vinte anos de guerra contínua, promovendo generosidade, benevolência e felizes dias futuros por meio do brilho da sua juventude e beleza física (*História do Império Romano*, I, 7, 8).

3.4 CÔMODO GOVERNA SOZINHO (180-192 d.C.)

A *História Augusta* é bastante agressiva quando trata do governo e da pessoa do imperador Cômodo. Em suas páginas, podemos encontrar um contramodelo de imperador. Segundo os relatos do autor da *Vida* de Cômodo, na *História Augusta*, o futuro imperador mostrou o primeiro indício de sua crueldade quando completava doze anos:

Quando “tomou banho em água por acaso mais fria, mandou lançar na fôrnalha o escravo encarregado do banho; pelo que o preceptor, a quem tal tinha sido ordenado, queimou na fôrnalha uma pele de carneiro, para ele fazer fé na realidade do castigo a partir do pivete do vapor (*Vida* de Cômodo, 1, 9).

Ainda de acordo com a documentação textual, o mau comportamento do imperador não mudou durante seu crescimento, de forma que, ao longo de sua trajetória, seu carácter é retratado de forma cada vez mais arrogante e cruel:

Não era capaz de suportar os mais honrados, escolhidos como protectores da sua vida, mas mantinha os piores, e quando lhe eram retirados, sentia tanto a sua falta, que até ficava doente. Depois de estes lhe serem restituídos devido à brandura do pai, ele transformou as divisões do palácio em permanentes tabernas e espeluncas e não mais preservou nem a decência nem as despesas. 8. Jogava aos dados em casa. Reuniu umas fulaninhas de rara beleza, como se fossem prostitutas escravas, para simular um bordel e ultrajar a castidade. Imitou também vendedores ambulantes (*Vida* de Cômodo, 2, 6-9).

Sendo assim, nos parece inusitado que Marco Aurélio, virtuoso como era, não tenha enxergado o carácter do próprio filho, o futuro imperador. Esse questionamento nos faz refletir sobre qual seria a razão de todo esse exagero com o qual o autor da *Vida* de Cômodo escreve sua história. O seguinte trecho nos oferece alguns indícios:

Dispensou os serviçais mais velhos de seu pai, **mandou embora os amigos dele já anciãos**. Ao filho de Sálvio Juliano⁷⁵, **que tinha sido comandante militar**, assediou-o em vão para comportamentos depravados e, a partir daí, passou a estender-lhe armadilhas. Afastou os mais íntegros, quer através da afronta quer da **concessão de cargos completamente desonrosos**. Não só ficava a beber até a alvorada e desbaratava os recursos do Império Romano, como ainda cirandava à noite por tabernas e bordéis. Enviou para governar as províncias homens que eram ou seus cúmplices de crime ou recomendados por criminosos. **Tornou-se objecto de tal ódio por parte do senado**, que ele próprio se encarniçava cruelmente para a destruição de **tão grande ordem** e,

⁷⁵ Cônsul em 175 e comandante na zona do Reno (HISTÓRIA AUGUSTA, p. 198) A informação se encontra no rodapé da página.

sentindo-se desprezado, tornava-se cruel (*Vida de Cômodo*, 3, 1-9, estaques nossos).

Logo no início da passagem, já podemos observar que, tão logo tomou o poder, Cômodo procurou remontar o corpo de funcionários de modo que legitimasse sua posição, portanto, iniciou algumas mudanças; dispensou os anciões, amigos de Marco Aurélio, diminuiu o poder de alguns, com mudanças de cargo, e não escolheu, dentre aqueles que eram esperados pelo Senado, para governar as províncias, causando, assim, o ódio dos senadores. Desse modo, como afirma Veyne (2008, p. 13), “se o príncipe se coloca acima da autoridade muda do Senado, a nobreza não mais tem o comando tácito da situação, e tudo pode lhe acontecer. Assim, deflagrava-se o conflito”. Não concordamos que o Senado tenha sido uma organização muda, com Veyne descreve. Conforme demonstramos do capítulo II, essa organização, por diversas vezes, defendeu suas próprias ambições. Acreditamos que a própria *História Augusta* seja produto da manifestação de senadores insatisfeitos com o regime de *Dominato* vigente no IV século, que se aproveitam da biografia de Cômodo na história para tecer suas críticas ao governo.

Preocupado em manter suas prerrogativas e seus interesses, percebemos que o Senado do IV século se autorrepresenta na *História Augusta*, demonstrando todo seu desprezo ao que Cômodo teria representado e comunicando como o Senado à época se empenhou em promover o seu fim. Como mostra a passagem:

O modo de vida de Cômodo compeliu Quadrato⁷⁶ e Lucila⁷⁷ a concertarem planos para o matarem, sem deixarem de contar com a aprovação do prefeito do pretório⁷⁸ Tarruténio Paterno. A tarefa de levar a cabo a morte foi atribuída a Cláudio Pompeiano⁷⁹, familiar dele. Este entrou para junto de Cómodo de gládio em punho, uma vez que teve oportunidade de passar à acção, mas precipitando-se com estas palavras — “o senado envia-te este punhal” —, revelou estupidamente a conjura e não cumpriu a tarefa em que muitos estavam implicados juntamente com ele. Em consequência, foram executados, antes de mais, Pompeiano e Quadrato; de seguida, Norbana e Norbano, bem com Parálio. Quanto à mãe deste último e a Lucila, foram exiladas. (*Vida de Cômodo*, 4. 1-4).

76 Possível sobrinho-neto de Marco Aurélio (HISTÓRIA AUGUSTA, 2011, p. 199) A informação se encontra no roda pé da página.

77 Refere-se à irmã mais velha de Cômodo, esposa de Lúcio Vero e, depois da morte deste, de Cláudio Pompeiano (HISTÓRIA AUGUSTA, 2011, p. 199) A informação se encontra no roda pé da página.

78 Magistratura criada por Augusto, em II a.C. Normalmente, havia dois e, até ao tempo dos Antoninos, eram da classe equestre (HISTÓRIA AUGUSTA, 2011, p. 199) A informação se encontra no roda pé da página.

79 Trata-se de um filho que o marido de Lucila teve em um primeiro casamento (HISTÓRIA AUGUSTA, 2011, p. 199) A informação se encontra no roda pé da página.

Entretanto, Herodiano relata os acontecimentos dessa conjura de forma diferente. Cômodo permitiu, primeiramente, que a sua irmã mantivesse as honras imperiais como Augusta, continuando a ocupar o lugar imperial nos teatros e que o fogo sagrado fosse carregado antes dela. Contudo, quando Cômodo se casou com Crispina, o costume mandava que o lugar principal nos teatros fosse entregue à imperatriz efetivamente em vigor. Assim, Lucila, tomada pela inveja e encontrando dificuldade em tolerar esse tipo de situação, sentiu que nenhuma honra era prestada a sua realeza, sentindo-se por isso, insultada. Ela teria feito essa queixa ao seu marido, Pompeiano. No entanto, este era devoto de Cômodo, e não deu ouvidos, por isso não lhe contou nada sobre os seus planos de tomar o controle do Império. Lucila testou, então, os sentimentos de um jovem vigoroso e nobre, nomeadamente Quadrado, que, segundo os rumores, era seu amante. Argumentando determinadamente em torno do fato da sua imperial precedência, conseguiu persuadir o jovem rapaz a pôr em prática a conspiração, que acabou por provocar a sua destruição e a de todo o Senado (*História do Império Romano*, I, 8,5).

Assim, Lucila é caracterizada como uma pessoa soberba e ardilosa, malvista tal qual o irmão Cômodo. Possivelmente, seu marido Pompeiano não era de seu agrado e talvez esse tenha sido o motivo pelo qual tentou persuadi-lo a fazer o ataque contra Cômodo. No entanto, segundo Dião Cássio, que descreve esses acontecimentos de outra maneira, é Pompeiano o executor da conspiração, acabando não só por causar sua destruição, mas também de Lucila, que, posteriormente, foi executada, pois a fonte da conspiração foi detectada.

Podemos observar como o autor da biografia de Cômodo deixa explícito ao leitor que, uma vez que o imperador foi considerado inadequado para o cargo, a própria instituição, e não uns poucos, como o texto mostra, tramou o atentado a vida de Cômodo. O fato de o agente enviado para executar o plano usar um punhal nos faz lembrar do assassinato de Júlio César (100-44 a.C.). De acordo com Plutarco (46-120 d.C.), em sua obra *Vidas Paralelas*, Júlio César foi um patrício, líder militar e político romano cujo crescente acúmulo de poder, em detrimento da aristocracia, irritou muitos senadores conservadores. Esse grupo de senadores começou então a conspirar contra César e planejar seu assassinato, afirmando que ele havia se tornado um tirano. Assim, em 44 a.C., durante uma sessão do Senado, César foi apunhalado diversas vezes por diferentes senadores (*César*, LX, 1). Portanto, traçando um paralelo entre o assassinato de Júlio César e o ataque ao imperador Cômodo, observamos que as conspirações por parte do Senado não eram novidade e já tinham sido usadas para resolver descontentamentos.

Assim, em seus escritos, a *História Augusta* apresenta um discurso de como teria sido não só o governo, mas a vida do imperador Cômodo, de acordo com a ótica do ressentido Senado do IV século com a situação política vigente, a suposta tirania de Cômodo lembraria as atitudes do *Dominus*, ou seja, o retratado do Domimato, na concepção desse autor ou autores da *História Augusta*. Nesse sentido, percebemos que a elaboração da representação do imperador, bem como o caráter de suas práticas, é estabelecida nas produções intelectuais, sob a associação com determinadas qualificações positivas ou não, que comporiam o conjunto das virtudes ou vícios. Nesses termos, a justificativa dessas atribuições se pautaria nas intensões do autor do IV século e, assim, toda a trajetória de Cômodo há a formulação de arquétipos do mau governante, não só na *História Augusta*, mas também em outros autores, que irão elaborar os seus discursos reforçando tais ideias.

Em seus escritos, Amiano Marcelino (325/330-395 d.C.) – possivelmente membro de uma elite municipal do século IV d.C., no Império Romano – pondera que a pessoa escolhida para ser imperador deveria apresentar as virtudes necessárias a um bom governante e, de forma alguma, características ligadas à crueldade e à tirania. Esperava-se que o administrador do Império tivesse autocontrole e um comportamento moderado, capaz de atingir virtudes como temperança, humanidade, equidade, generosidade e clemência (RES GESTAE, XXV, 4,1).

Disso decorre a formulação de um padrão com o qual os mais diversos gêneros literários, ao longo de toda a era imperial, viriam trabalhar. O modelo de bom governante e sua antítese serão usados pelos autores que, a partir dos diferentes objetivos, lugares sociais e épocas das quais participavam e nas quais elaboraram os seus discursos, perfaziam ambos exemplos de governantes. O governante ideal agiria de forma simples, como um cidadão, e, assim, se submeteria às leis e aos mais virtuosos, por isso mesmo, Amiano Marcelino admirava muito o imperador Juliano, que possuía essas concepções de governo. Se os autores ou o autor da *História Augusta* não eram cristãos ou não era cristão, faz sentido a biografia de Cômodo ser utilizada como crítica a algum imperador cristão do período. Os imperadores cristãos poderiam ser vistos como os representantes de Deus na Terra e assim, na teoria, se situavam acima das leis. O imperador considerado cidadão exibiria cuidado perante o seu próprio corpo, mostrando-se comedido à mesa e evitando entregar-se às paixões. Além disso, zelaria pela harmonia entre seus governados, demonstrando interesse nos assuntos relacionados à administração das províncias e atuando de forma equilibrada em relação à cobrança de tributos, sendo assim, um benfeitor. Em suma, ele deveria prover as condições necessárias para que os habitantes do Império vivessem em paz e segurança (STEVENSON, 1992, p. 424; p. 433).

Por outro lado, o arquétipo do mau governante se refere a um soberano frívolo, alheio às demandas de seus concidadãos. O mau governante demonstraria ignorância diante dos negócios públicos, de forma que se tornaria um instrumento passivo nas mãos daqueles que o rodeavam. O mau soberano não conheceria limites e exibiria tolerância em relação à corrupção de seus funcionários. Propenso aos prazeres da gula e das bebidas, ele se revelaria incapaz de dominar seus instintos mais primários. Daí que seria um governante cruel, que recorreria à força para manter sua supremacia, evidenciando, de maneira crua, a natureza autocrática de seu poder. Por isso, seria moralmente corrompido e, não raro, acabaria perdendo a vida de forma violenta, talvez pela ação daqueles que o rodeavam (STEVENSON, 1992, p. 424; p. 433).

Por todo o texto da *Vida de Cômodo*, nota-se o amplo emprego dos mais diversos vícios pelo escritor para caracterizar o imperador, a quem procurava depreciar, criando assim um contramodelo historiográfico. A biografia de Cômodo na *História Augusta* passa por uma extensa enumeração de extravagâncias, devaneios, discursos vulgares no Senado, loucuras sexuais no Palácio do Palatino ou saídas noturnas a bordeis e tabernas, que, juntas, formariam um todo ideológico cuja função seria justificar a realidade sociopolítica do momento.

A primeira tentativa de assassinato de Cômodo é tida como mote para a chacina de toda a sua família e para perseguição de figuras eminentes do panorama político imperial Romano. É por essa altura que Cômodo acusa a sua mulher, Crispina, de adultério, divorciando-se, para poder se casar com a sua concubina preferida, Márcia, como mostra o seguinte trecho:

Assim, à custa deste acordo, ele, no meio de trezentas concubinas, que reuniu de entre matronas e prostitutas, eleitas pela beleza, e outros trezentos jovens favoritos, que seleccionara da plebe ou da nobreza, à força ou mediante pagamento, segundo o critério da beleza, passava a vida no Palácio num delírio de banquetes e banhos. Entretanto, em traje de sacrificador, imolava vítimas. Lutava na arena com espadas de madeira, e de quando em vez com espadas afiadas entre camareiros gladiadores. Nessa altura, Perene atribuíra-se todo o poder. Executou os que quis, espoliou a muitos, violou todas as leis, arrebanhou todos os proveitos para o seu bolso. O próprio Cómodo mandou matar a irmã, depois de a ter exilado para Cápreas. Além de violar as outras irmãs, segundo se diz, e de ter contacto carnal com a sobrinha do pai, até pôs a uma das concubinas o nome da mãe. Quanto à esposa, depois de a apanhar em adultério, repudiou-a; depois de a repudiar, exilou-a e depois mandou-a matar. Mandava violar as próprias concubinas diante dos seus olhos. E não se livrava da má fama de ser subjugado por rapazes, contaminadas que tinha todas as partes do corpo, incluindo a boca, pelo contacto com um e outro sexo (*Vida de Cômodo*, 5, 4-11).

De acordo com Rebecca Langlands (2006, p. 05), a questão do sexo nos estudos sobre a Antiguidade Romana é bastante relevante, se justificando pelo fato de este ser um quesito

fundamental para compreender “as estruturas de poder, *status*, políticas, religião, retórica e outros aspectos”. Assim, o sexo não pode ser pensado única e exclusivamente na dimensão da relação sexual propriamente dita. Questões como penetrador e penetrado, atividade e passividade, dominador e dominado, carregam consigo um potencial simbólico de poder que é baseado na própria hierarquia social das sociedades antigas (SILVA, 2016, p. 78). Segundo Craig Williams (1999, p. 30-31), os referenciais de virilidade entre os romanos não diziam respeito ao envolvimento de um homem com outro homem, mas sim com o respeito ou com o descumprimento daquilo que ele denominou como *protocolos sexuais de masculinidade*. Um imperador deveria ser o penetrador, mas, em hipótese alguma, ser penetrado durante o ato sexual. Do ponto de vista da hierarquia social, há indivíduos cujo *status* apresentaria maior compatibilidade com a receptividade e consequente satisfação sexual do homem dominador: as mulheres, os escravos, os libertos, os prostitutos de ambos os sexos e os estrangeiros. Assim, podemos observar uma crítica feita ao imperador Cômodo pelo autor de sua biografia na *História Augusta*, que o acusa de se deixar submeter, ato que um imperador jamais poderia permitir.

Contudo existem outros elementos para serem explorados no trecho citado. Segundo a *História Augusta*, o acordo mencionado logo no início da passagem ocorreu depois do primeiro atendado contra a vida de Cômodo:

A partir daqui, Cômodo não voltaria a aparecer em público sem mais nem menos, e não tolerava que nada lhe fosse reportado, a não ser que Perene o tivesse previamente tratado. Mas Perene, que conhecia bem Cômodo, encontrou a forma de ele próprio se tornar poderoso: tratou de persuadir Cômodo a dedicar o seu tempo aos prazeres, enquanto Perene se encarregava das tarefas, situação que Cômodo acolheu de bom grado (*Vida de Cômodo*, 5, 1-3).

Assim sendo, Perene parece ser o verdadeiro responsável pelo infortúnio de Cômodo ter se rendido aos prazeres da vida, enquanto ele mesmo se ocupava das tarefas imperiais. Segundo o texto, o imperador passava a vida em deboche, violava mulheres e passava os dias com as suas concubinas. Ele não se importava de partilhar competências com Perene, que, por isso, conseguiu enriquecer imensamente. Perene também foi alvo do ódio do Senado, pois, querendo mostrar todo o seu poder, teve a penosa ideia de, durante a guerra na Bretanha, confiar o comando das tropas aos oficiais equestres e de dispensar os generais provenientes da ordem senatorial. Por essa razão, Perene foi declarado inimigo público e, posteriormente, morto (*Vida de Cômodo*, 6, 2).

Dessa forma, segundo Aloys Winterling (2012, p. 4-24) no IV século, a comunicação entre imperador e aristocracia ocorria de forma paradoxal e ambígua. Para ser considerado um bom imperador, aos olhos do Senado, o *Princeps* deveria se comportar como mais um senador, ao passo que aceitava poderes e honras extraordinárias oferecidas pelo Senado. Contudo, sob o *Dominato*, os senadores também estavam em uma posição ambígua, pois davam o caráter legal a quem titulava o poder, mas sem poder escolher esse titular, normalmente indicado pelo exército, pelo antecessor do cargo ou por intrigas da corte.

Desse modo, de acordo com o discurso senatorial, a pretensão era que não houvesse poder imperial superior e que magistrados e Senado mantivessem sua importância de forma equilibrada, tal qual anteriormente. De acordo com as palavras de Winterling (2012, p. 11-12):

Num nível latente, comunicava-se implicitamente que existia um imperador e que todos se guiavam por sua vontade. Pode-se dizer que essa foi uma característica particular do primeiro imperador, Augusto, ao ter exercido e incentivado com perfeição este método de comunicação, em grande parte tornando supérfluos o mando e a obediência em suas relações com os senadores: externamente, ele se comportava como um senador comum – vivia de forma moderada em termos materiais, honrava o Senado e os senadores –, mas, ao mesmo tempo, perseguiu sistematicamente a extensão de sua posição de poder político-militar e econômico. Por outro lado, o Senado e os magistrados aparentemente agiam como se não houvesse imperador, mas, ao mesmo tempo, todos faziam o que estava de acordo com a vontade imperial (WINTERLING, 2012, p. 11-12).

Para a ordem senatorial, o bom príncipe era, portanto, aquele que, ao solicitar a opinião dos senadores, praticava uma política senatorial. Assim, os senadores recebiam do príncipe os altos cargos administrativos e, em troca, o deixavam governar. Assim sendo, tanto Trajano, um *optimus princeps*, quanto Domiciano, um *pessimus princeps*, recebiam a mesma consideração do Senado, apenas trabalhavam de forma diferente e, por isso, a importância desta alta assembleia não mudava dependendo do imperador. O ponto é como os senadores se sentiam diante dos diferentes governos. Para eles, um bom imperador governava com seus pares e o mau imperador era um tirano (VEYNE, 2008, p. 12-13).

3.5 CÔMODO, O GLADIADOR

A forma como os romanos concebiam a sociedade em que viviam abarcava a disciplina militar. Assim, toda manifestação de violência não justificável, que exprimisse tensão social ou que colocasse em risco a harmonia social, chamaria a atenção das camadas superiores romanas,

uma vez que poderiam causar a dissolução das estruturas sociais e provocar uma inversão dos valores morais (MÉNARD, 2004, p. 9).

Dessa forma, havia espaços em que a violência se encontrava institucionalizada, como ilustrado pelas execuções públicas, os jogos de gladiadores ou mesmo os sacrifícios de animais durante as festividades religiosas (MÉNARD, 2004, p. 11). Nesses termos, os romanos apreciavam espetáculos que envolviam violência. Contudo, do imperador ocupante do mais alto cargo de prestígio, era esperado uma conduta equilibrada, o que, em partes, correspondia a não ceder aos vícios.

De acordo com *Breviário* de Flávio Eutrópio, que condensa a história de Roma entre a realeza e o Império até 364 d.C., enquanto instituição guardiã dos bons costumes, o *mos maiorum*, a casa senatorial, associava todos os comportamentos negativos aos militares e aos estrangeiros que desconheciam os costumes ancestrais. Assim, no século IV d.C., dentre os militares e as práticas ligadas a eles, a sedição e a sublevação são representadas como possíveis causadoras de revoltas e, por isso, distante das virtudes (IX, 10).

Assim, a atuação de Cômodo no Coliseu, como gladiador, foi muito criticada. De acordo com a *História Augusta*, esse foi mais um dos aspectos de extravagância por parte do *Princeps* que “realizou muitos jogos de circo, mais por apetite que por fervor religioso, e para enriquecer os chefes das equipes” (*Vida de Cômodo*, 16, 9). A respeito de Cômodo, fala-se que:

combateu trezentas e sessenta e cinco vezes no principado do pai, juntou tantas palmas da vitória em jogos de gladiadores, ao vencer ou matar reciários, que perfez umas mil. Matou também com as suas próprias mãos diversos animais selvagens, tal como matou muitos milhares de elefantes. E realizava estas proezas na presença do povo romano. Era robusto para estes feitos; para outras coisas era inapto e débil. Tinha tanto vigor a matar animais selvagens que trespassou um elefante com um pique, atravessou o corno de uma gazela com um bastão, e arrumou de um só golpe muitos milhares de feras descomunais (*Vida de Cômodo*, 12, 10-12; 13, 1-3).

Herodiano (*História do Império Romano*, 1.12.1) comenta que as notícias de suas apresentações despertaram muita curiosidade, pois pessoas de toda a Península Itálica e das províncias adjacentes vinham assistir ao imperador nos espetáculos. Além de lutar como gladiador, Cômodo também, a distância, abatia feras exóticas com armas. Para não colocar sua vida em risco, foi construído um terraço circulando a arena para que se pudesse atirar dardos e flechas de uma distância segura. Dessa forma, Herodiano observa que Cômodo fazia “uma demonstração de habilidade, ao invés de coragem” (*História do Império Romano*, 1.15.2). É interessante notar que, apesar de Herodiano considerar a conduta de Cômodo indigna para um

imperador, ele admite que isso o fez ganhar a admiração da plebe (*História do Império Romano*, 1.15.7).

Dião Cássio (*História Romana*, 73.18.4) também registra em detalhes estas apresentações: “organizou ele próprio [Cômodo] os espetáculos e obrigou a aprovação de ritmos verbalizados de apoio” (DIÃO CÁSSIO, *História Romana* LXXIII, 17, 4; 19, 2). Segundo Dião Cássio, além de estar ali presente, somente ele, na sua opinião, seria capaz de escrever um relato digno, mesmo que os fatos escritos prejudiquem a dignidade de seu relato. Assim, o senador romano (*História Romana*, 73.18.1–19-1) descreve os acontecimentos da seguinte forma:

No primeiro dia, ele matou cem ursos sozinho, atirando neles da grade da balaustrada; pois todo o anfiteatro havia sido dividido por meio de duas paredes transversais cruzadas que sustentavam a galeria que percorria todo o seu comprimento, com o objetivo de que os animais, divididos em quatro rebanhos, pudessem ser mais facilmente atingidos a curta distância a qualquer momento. No meio da luta, ele se cansou e, tirando de uma mulher um pouco de vinho doce gelado em um copo em forma de taco, bebeu em um só gole. Com isso, tanto o povo como nós, senadores, imediatamente gritamos as palavras tão familiares nos momentos de bebedeira: "Longa vida ao Imperador!". [...]. Nos outros dias, ele desceu à arena de seu lugar acima para matar todos os animais domésticos que se aproximavam dele e alguns também que foram levados ou trazidos à sua frente em redes. Ele também matou um tigre, um hipopótamo e um elefante.

Herodiano (*História do Império Romano*, 1.17.4; 17.5) também faz um relato semelhante dessas apresentações, mas sem a riqueza de detalhes de Dião Cássio:

Leões, leopardos e outros animais do tipo mais nobre ele matou do alto, correndo pelo terraço. E em nenhuma ocasião alguém viu um segundo dardo usado, nem qualquer ferida, exceto a morte. Pois no momento em que o animal avançava, recebia o golpe na testa ou no coração, sem precisar de outro golpe, nem o dardo perfurar qualquer outra parte do corpo: o animal era ferido e morto da mesma maneira. Animais foram coletados para ele de todo o mundo. Então vimos animais que havíamos maravilhado anteriormente em pinturas.

De acordo com a *História Augusta*, Cômodo quis demonstrar simbolicamente que havia vencido a morte: “ao contrário do que era costume, mandou os espectadores virem ao espetáculo, não de toga, mas de pênula⁸⁰, como era hábito nos funerais, enquanto ele próprio presidia em trajes de luto” (*Vida de Cômodo*, 16, 6).

⁸⁰ Uma capa com capuz usada por homens e mulheres em viagens, como proteção (*Vida de Adriano* 3.5.). De acordo com Dião Cássio (72.21.3), durante o Império, era usada também na cidade. A ordem de Cômodo para usarem a pênula é explicitada porque esta peça de vestuário não era usada no anfiteatro, senão quando o imperador morria.

Independentemente de Cômodo ter ou não realizado todos os feitos descritos em detalhes pela documentação antiga, fica evidente o espanto desses autores ao ver o filho do renomado Marco Aurélio se portando dessa forma diante da população romana. Não é à toa que Dião Cássio, por ser senador de moral conservadora, demonstre maior espanto com essa situação do que Herodiano, que teria vindo da ordem dos equestres, como mencionado anteriormente.

De acordo com o autor da *Vida de Marco Aurélio* (19, 1-7), na *História Augusta*, circulavam rumores de que Cômodo, filho e sucessor de Marco Aurélio, era filho de uma mãe adúltera. Os boatos diziam que, certo dia, Faustina, filha de Antonino Pio, ao ver os gladiadores passarem por ela, teria se enamorado de um deles, e, ao padecer de uma prolongada doença, confessou ao marido essa paixão.

Há também outra versão em que a imperatriz acabou contando a sua paixão após ter sido pressionada pelo marido, pois este descobriu o que havia acontecido ao consultar os Caldeus⁸¹, tendo como fim encontrar a cura para a doença da sua esposa amada. Por isso, Marco Aurélio foi aconselhado a matar o tal gladiador, que nada tinha feito, a não ser ter desfilado em frente da imperatriz, para que Faustina se banhasse no seu sangue e, desse modo, se deitasse com o marido. Quando isso foi feito, dissolveu-se, aquela paixão, o problema surge, contudo, meses depois, quando Faustina deu à luz o sucessor de Marco Aurélio, Cômodo. Dessa forma, Cômodo seria fruto de uma paixão desonrosa, nascido de um gladiador, e não de um *Princeps*. Contudo as fofocas não param por aí, de acordo com a vida de Marco Aurélio; “Muitos dizem, porém, que Cômodo nasceu realmente de adultério, porque é comumente sabido que, em Caieta⁸², Faustina escolhera para seus amantes quer marinheiros, quer gladiadores”. Estas questões são propostas pelo autor da biografia de Marco Aurélio, pois de acordo com ele, um príncipe tão venerável, jamais teria um filho tão desonrado e infame. Essa suposta origem social desvalorizada justificara as variadas excentricidades e a paixão exacerbada.

Para Herodiano (*História do Império Romano*, 1.15.8) o imperador estaria se ridicularizando ao se portar como um gladiador, além de ressaltar que os combates eram manipulados para que Cômodo tivesse uma vitória fácil:

Em seus combates de gladiador, ele derrotou seus oponentes com facilidade, e ele não fez mais do que feri-los, já que todos se submeteram a ele, mas

⁸¹ De origem semita, os Caldeus surgem na literatura greco-latina como um povo associado a práticas mágicas e divinatórias (HISTÓRIA AUGUSTA, 2011, p. 137) A informação foi retirada do roda pé.

⁸² Uma lendária cidade do Lácio fundada por Eneias em honra da sua ama Caieta (HISTÓRIA AUGUSTA, 2011, p. 137) A informação foi retirada do roda pé.

apenas porque sabiam que ele era o imperador, não porque ele era realmente um gladiador. Por fim, ficou tão demente que não estava disposto a viver no palácio imperial, mas desejou mudar de residência para o quartel de gladiadores

Para Dião Cássio (*História Romana*, 73.21.1), as atitudes do imperador eram tão ridículas, que ele se tornou alvo de deboche por parte dos próprios senadores, de forma que eles continham o riso na sua presença:

Tendo matado um avestruz e cortado sua cabeça, ele chegou até onde estávamos sentados [os senadores], segurando a cabeça na mão esquerda e na mão direita erguendo no alto sua espada ensanguentada; e, embora ele não falasse uma palavra, ele abanou a cabeça com um sorriso, indicando que nos trataria da mesma maneira. E muitos teriam de fato perecido pela espada no local, por rir dele, pois foi o riso, e não o medo, que nos abateu.

De acordo com Renata Senna Garraffoni (2020), os jogos foram muito populares no passado, ora tidos como exemplos dos conhecimentos romanos, já que, para que pudessem existir os jogos, os romanos desenvolveram uma arquitetura própria, resultando nas arenas, ora tidos como exemplo da violência de Roma. No entanto, um evento que atraía gladiadores, políticos que financiaram os espetáculos, torcedores que frequentavam as arenas e pessoas das mais distintas camadas da sociedade romana, em diferentes períodos, carrega muitos significados (GARRAFFONI, 2020, p. 218).

Ainda segundo Garraffoni (2020), quando ocorriam lutas no período imperial, espetáculos de vários dias movimentavam o comércio local e muitas pessoas, algumas vindas das cidades vizinhas, tinham até lugares reservados. Compareciam aos jogos os membros das camadas aristocráticas, que doavam recursos para sua execução, os homens que cuidavam das vestes e armamentos, os que contratavam os grupos de gladiadores, os que preparavam sua alimentação, os *collegia* – associações que, entre outras coisas, poderiam ajudar a dar um enterro digno aos gladiadores que, eventualmente, morriam em combate, as amantes, entre tantos outros possíveis envolvidos (GARRAFFONI, 2020, p. 221).

Segundo Paul Veyne (1976), espetáculos podem ser entendidos como trunfo político das elites, contudo, ele argumenta que os jogos não despolitizariam o povo, uma vez que se configurariam em um espaço de confronto com o imperador, uma vez que a *plebs* não era alheia à vida política. Portanto, a elite proporcionava jogos para o povo romano, visando à possibilidade de manifestação política, tanto dos governados quanto dos governantes, embora a última palavra sempre fosse do imperador ou dos membros da elite local.

Em sua análise, Garraffoni (2020, p. 225) destaca que os jogos de gladiadores envolviam combate corpo a corpo que poderia ou não resultar em morte. Assim, afirma procurar compreender os gladiadores no contexto romano e em suas concepções de sociedade, moralidade e morte, em vez de simplesmente, tachá-los de violentos. Para isso, ela utiliza o estudo da epigrafia, especificamente, as inscrições de parede de Pompeia e as lápides funerárias dos gladiadores, onde é possível, segundo Garraffoni, perceber que os *grafitos* de Pompeia apresentam gladiadores e público bem mais próximos do que a historiografia até então compreendia, com uma perspectiva que não exprimia a diversidade e a complexidade das arenas, tampouco dos protagonistas ou das pessoas que por ali passavam.

Essas fontes demonstram como a fascinação pela atuação dos gladiadores acabou os tornando estigmatizados pela historiografia não apenas pela violência e pela degradação, mas também pela licenciosidade, virilidade, fama, postura corporal bem definida, treinamento físico, sedução que despertavam, desejo, paixão e prazer (BARTON, 1996, pp. 89-96). Contudo, Garraffoni (2020, p. 225-229) sublinha que os gladiadores eram indivíduos que lutavam nas arenas e, ao mesmo tempo, eram amantes, pais e amigos, pessoas que compartilharam desejos e intimidades, não apenas engrenagens de um sistema político de dominação, como foram por muitas vezes retratados. Nessas paredes, podem ser encontradas manifestações populares, as preferências e entusiasmo com os vencedores.

Assim, entendemos que, para Cômodo, lutar como um gladiador parece ter assumido um papel importante na sua política imperial, uma vez que agradava o povo romano. Vemos que, possivelmente, em busca de compensar a falta de apoio senatorial, o imperador procurou suporte com a aclamação da plebe romana por meio dos jogos. Por isso, ao se apresentar como gladiador diante de toda a população, o imperador Cômodo buscava medir sua popularidade, assim como ouvir demandas da população, distribuir presentes e intimidar senadores. Portanto, Cômodo teria governado buscando o apoio do povo em detrimento do apoio do Senado.

A interpretação moderna do pintor Blashfield do imperador gladiador está de acordo com a *História Augusta*. Nessa cena, Cômodo, embora não completamente nu, usa uma pele de leão nas costas, o que faz menção a sua conexão com Hércules. Ele segura uma pequena estátua de ouro de *Victoria*, a deusa romana da vitória, em sua mão direita e uma folha de palmeira na esquerda. Os vencedores costumavam receber uma folha de palmeira como troféu antes de sair da *Porta Triumphalis*, a grande arcada à esquerda da cena.

Para que o leitor consiga observar melhor como o imperador está caracterizado, adicionamos um recorte da mesma tela.

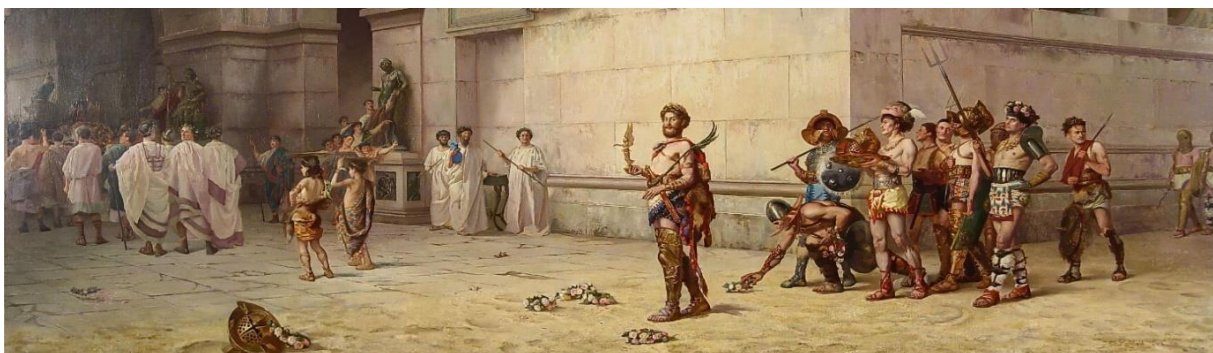


Figura 11: O imperador Commodus saindo da arena na cabeça dos gladiadores. Óleo sobre tela, 48,5 x 91 polegadas. Coleção Sloane. Fonte: Hermitage Museum and Gardens. Disponível em: <https://bit.ly/3cGdj3v>. Acesso em: 29 set. 2020.



Figura 12: Pormenor da representação de Cômodo. Fonte: Hermitage Museum and Gardens. Disponível em: <https://bit.ly/3cGdj3v>. Acesso em 29 set. 2020.



Figura 13: Pormenor da representação de Cômodo. Fonte: Hermitage Museum and Gardens. Disponível em: <https://bit.ly/3cGdj3v>. Acesso em 29 set. 2020.

Essa pintura representa o trabalho de Blashfield da década de 1870, com uma cena da vida do imperador Cômodo. Não sabemos qual foi a motivação do artista, mas, quando escolheu Cômodo para retratar, estava fazendo exatamente o contrário do que o autor da *História Augusta* desejava ao declarar que intencionava que fosse “apagada a memória do gladiador parricida” (*Vida de Cômodo*, 19, 1). Assim, em nossa análise, o artista escolhe retratar o mal- falado Cômodo, diferentemente do que vimos nos documentos de Dião Cássio, Herodiano e, mesmo, na *História Augusta*. Podemos observar que, aparentemente, os senadores mostraram um descaso com o imperador e seguem andando, enquanto Cômodo aparece seguro de si, triunfante e glorioso, recebendo rosas do povo e sendo seguido por outros gladiadores.

Ligada sua associação com a gladiatura, estava a figura de Hércules. De acordo com a *História Augusta*, Cômodo “foi ainda chamado Hércules Romano, por ter matado animais selvagens no anfiteatro de Lanúvio” (*Vida de Cômodo*, 8, 5). Provavelmente, os detalhes expostos na *História Augusta* como um *Princeps* violento e que enfrentava feras era crítica a algum imperador do Dominato, já que partimos do princípio que a biografia de Cômodo, escrita na segunda metade do século IV d.C., servia para atingir imperadores que compunham o Dominato. Na interpretação de Hekster (2002, p. 134-146), Hércules é uma divindade que representa a conquista da imortalidade por meio de grandes feitos. Dessa forma, associando-se ao deus, Cômodo buscava recriar seus feitos, matando animais considerados exóticos na arena. Assim, da mesma forma que Hércules trouxe ordem e prosperidade ao derrotar monstros, também o imperador deveria proteger seus súditos do caos. Por isso, ter Hércules como uma figura de legitimação fazia todo sentido para o *Princeps*, pois, para ele, essa seria mais um elemento na composição de alegorias sobre o seu direito de governar e a capacidade de fazer o Império prosperar. Certamente, isso levou a um forte antagonismo de certos grupos sociais, pois se ver como deus durante a vida, de acordo com Aloys Winterling (2012, p. 20), é um elemento atribuído a um *pessimus princeps*, segundo as tradições literárias senatoriais.

A *História Augusta*, narra que tal como Calígula, Cômodo exigiu ser visto como um ser de outra natureza, como divino, superior a todas as virtudes. Ele queria, pois, ser encarado como a metáfora viva de Hércules: “consentiu que lhe fossem erigidas estátuas em traje de Hércules e foram-lhe imoladas vítimas como a um deus” (*Vida de Cômodo*, 9, 2). Dessa forma, no seu Principado, o imperador teria utilizado o sentimento popular, pois era o imperador em pessoa mostrando suas qualidades ao povo romano. Ao se apresentar como gladiador, Cômodo mostrou porque ele, e somente ele, deveria liderar o povo romano. Na arena, o imperador

demonstrava sua *virtus*, sua habilidade militar e sua posição na ordem do mundo. No entanto, essas demonstrações se davam numa linguagem aceita pelo povo e, ao que parece, não pelos senadores, como Dião Cássio, Herodiano e o autor da biografia de Cômodo na *História Augusta*. Nesse sentido, Hekster (2002, p. 154) ressalta que Cômodo buscou expandir sua *autoritas*, buscando “governar por aclamação geral ao invés de convencer instituições tradicionais como o Senado, para a legitimação do seu reino”.

Entretanto, para Adams (2013, p. 228-231), é possível questionar se Cômodo realmente se via como um semideus. O autor argumenta que era comum que os imperadores tivessem uma divindade de maior preferência e, assim, a aproximação com Hércules evidenciava a devoção de Cômodo com a divindade que ele tinha como sua protetora, e não uma tentativa de ser visto como um deus. Além disso, Hércules não era promovido como a exclusão de outros deuses e deusas. Desse modo, a caracterização negativa e exagerada de Cômodo teria sido fruto da visão dos escritores antigos, pois a questão de sentir-se um deus corroborava com a criação de um personagem de extremos, servindo para manchar a reputação do *Princeps*, que, aos olhos do Senado, estaria negligenciando seu papel como imperador. Seria, então, outra crítica ao Dominato, porque o imperador, nesse regime, político era visto como o representante do deus na Terra.

Ainda sobre esses atos de extravagância no uso da figura de Hércules, os autores antigos nos dão relatos sobre a forma como o Cômodo escolheu se portar perante a sociedade romana. Herodiano faz o seguinte relato:

Primeiro ele descartou o nome de sua família e ordenou para que não fosse chamado de Cômodo, filho de Marco, mas de Hércules, filho de Zeus. Abandonando o modo imperial e romano de se vestir, passou a usar a pele de leão e carregava a clava de Hércules. Ele usava túnicas roxa enfeitadas com ouro, fazendo de si mesmo objeto de ridicularização por combinar peças da fragilidade das mulheres com o poder de um super-homem. Assim ele aparecia em público. Ele adotou novos nomes aos meses do ano, abolindo os antigos, assim nomeando os meses a partir de sua lista de nomes e títulos que em sua maioria se referiam a Hércules como o mais másculo de todos os homens. Ele erigiu estátuas dele mesmo pela cidade, mas ao oposto da casa do senado ele preparou uma estátua especial representando o imperador como um arqueiro preparado para atirar, pois desejava que até suas estátuas inspirassem medo (*História do Império Romano*, 1.14.8-9).

Hércules também era uma divindade muito popular, especialmente entre o exército, com atributos facilmente reconhecidos, como a clava e a capa de leão (OLIVEIRA, 2014, p. 59). Para que o leitor possa visualizar a descrição que Herodiano faz de Cômodo adicionamos aqui um busto do imperador Cômodo, talhado por volta de 180- 193 d.C.



Figura 14: Cômodo como Hércules.

Fonte: Museu Capitolini. Disponível em: <https://bit.ly/3n0uFNp>. Acesso em 29 set. 2020.

No busto, Cômodo é retratado sob o disfarce de Hércules, a quem os atributos fazem referência: a pele de leão sobre a cabeça, a clava na mão direita e as maçãs de Hespérides em sua mão esquerda, como um lembrete dos feitos do herói grego. O busto, incrivelmente bem preservado, é colocado sobre uma composição alegórica complexa, duas amazonas ajoelhadas, mas infelizmente apenas uma está bem preservada. Ambas cercam um globo decorado com os signos do zodíaco e erguem uma cornucópia, que está entrelaçada com uma pelta, escudo característico das amazonas. Por meio de uma riqueza de símbolos, a intenção comemorativa, impõe o culto divino ao imperador. O busto é, ainda, acompanhado por duas outras esculturas de dois tritões marinhos que flanqueiam a figura central para expressar sua apoteose.

Independentemente de Cômodo se ver como uma verdadeira reencarnação de Hércules ou de ele simplesmente estar fazendo uso de sua simbologia para enfatizar suas mensagens, fica-nos evidente que essa foi uma ação planejada e organizada, ao contrário do que enfatizam os documentos antigos citados. A identificação do *Princeps* com Hércules era de conhecimento público e estava presente também na esfera privada, em figuras, estátuas e altares relacionados ao Hércules Romano, como em moedas que circulariam entre as elites. Diante disso, não é difícil imaginar que essas estratégias de legitimação escandalizaram os nobres senadores de Roma. Sendo bastante criticado, acreditamos que essa linguagem exagerada esteja em conformidade com a mentalidade da época em que os documentos foram escritos. No caso da *História Augusta*, possivelmente no IV século, uma vez que já discutimos qual era a visão da ordem senatorial dessa época, agora representada pelo Senado do II século, na biografia do imperador Cômodo.

3.6 O ASSASSINATO DO IMPERADOR CÔMODO (192 d.C.)

Vimos, assim, elementos do jogo político entre os diferentes grupos que envolveram a política e a imagem de Cômodo nos textos. Nem todos aprovaram sua mensagem, já que, segundo a *História Augusta*, no fim do ano de 192 d.C., Cômodo foi assassinado em uma conspiração envolvendo senadores, alguns equestres e até sua Márcia.

De acordo com a *História Augusta*;

“o prefeito Quinto Emílio Leto e Márcia, a concubina do Imperador, puseram em marcha uma conspiração para o matar. Antes de mais, deram-lhe veneno; mas como surtiu pouco efeito, estrangularam-no pelas mãos de um atleta com o qual ele costumava treinar” (*Vida de Cômodo*, 17, 1-2).

O veneno teve pouco efeito porque o imperador vomitou. De acordo com os relatos de Dião Cássio (72, 22, 4) e Herodiano (1, 17), o atleta que o se estrangulou chamava Narciso. O que motivou a ação foi a descoberta de uma lista de pessoas que Cômodo iria matar e, logo no seu início, estava Márcia, seguida de Quinto Emílio Leto e Eclecto.

Depois disso, a própria *História Augusta* narra que “as aclamações do senado depois da morte de Cômodo foram duras” (*Vida de Cômodo*, 18, 1). Os senadores desejavam que o corpo dele fosse arrastado com um gancho e lançado ao Tibre, castigo habitualmente destinado aos tiranos (HISTÓRIA AUGUSTA, 2011, p. 217)⁸³. E prosseguiram declarando a *damnatio*

⁸³ A informação se encontra em nota de rodapé da página 217.

memoriae ao imperador: “sejam retiradas as honras ao inimigo da pátria; sejam retiradas as honras ao parricida” (*Vida de Cômodo*, 18, 3).

Por ordem de Pertinax, durante a noite, o corpo de Cômodo foi levado para o túmulo de Adriano (*Vida de Adriano* 19, 11). No entanto, de acordo como o autor da biografia de Cômodo na *História Augusta*, tal ato desagradou os senadores, que o queriam desenterrado e arrastado assim, Cíncio Severo⁸⁴ (*Vida de Cômodo*, 20, 3-5) declarou que o imperador,

Foi injustamente sepultado. O que declaro enquanto pontífice é o que o colégio dos pontífices declara. Uma vez que terminei de enumerar o que era agradável, passo agora ao que é forçoso fazer: sou de parecer de que devem ser destruídas as estátuas, que obrigou a decretar em sua honra um fulano que não viveu senão para a ruína dos cidadãos e para sua própria desonra. Onde quer que elas se encontrem devem ser destruídas; o nome dele deve ser apagado de todos os monumentos privados e públicos e os meses devem ser de novo designados pelos nomes com que eram designados quando aquele flagelo caiu sobre o Estado.

Podemos hoje observar uma das consequências da *damnatio memoriae* em uma inscrição localizada no *Museum of Roman History Osterburken*:



Figura 15: *Damnatio memoriae* do imperador Cômodo. Podemos observar a abreviatura “CO” em uma inscrição no Museu de História Romana Osterburken.

Fonte: Museu de História Romana Osterburken. In.:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:R%C3%B6mermuseum_Osterburken_\(DerHexer\)_2012-09-30_008.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:R%C3%B6mermuseum_Osterburken_(DerHexer)_2012-09-30_008.jpg) . Acesso em: 29/09/2020.

⁸⁴ Em nossas pesquisas não encontramos quem teria sido essa pessoa, sendo possível que esse seja um nome inventado pelo autor.

Após seu assassinato, Cômodo é sucedido por Pertinax, um candidato pró-senatorial (ADAMS, 2013). Contudo, Sétímio Severo vence as guerras civis causadas em função da morte de Cômodo e consolida sua posição como *Princeps*. Ele se declara irmão do último Antonino e faz o Senado votar a divinização de Cômodo. Por esse motivo, o imperador sobreviveu ao tempo e à *damnatio memoriae*. Uma vez que os imperadores severos tiveram o cuidado de reabilitar a memória de Cômodo, podemos observar tal ato na seguinte passagem da *História Augusta* (Vida de Cômodo, 17, 11):

No entanto, a tal governante, Severo⁸⁵, apesar de ser um imperador rígido e homem digno daquele nome, colocou-o entre os deuses, por ódio ao senado, ao que parece; e acrescentou um flâmine, o “Herculâneo Comodiano”, que o próprio Cômodo tinha projectado para si mesmo em vida.

Entretanto, o que se conhece sobre a vida do imperador Cômodo em seu *post mortem* se reduz quase que completamente a sua *damnatio memoriae*. Ainda que a sua figura fosse reavivada em cada apoteose dada pelos Severos ou, ainda, defendida por Dido Juliano, os supostos erros e infelicidades do imperador sombrio sobreviveram.

A *História Augusta* e os outros autores antigos ganharam a batalha propagandística com os seus relatos que não só elaboram elementos de antipropaganda, como também possibilitaram que a representação de imperador perverso atravessasse o tempo, sendo utilizada para a crítica de outros imperadores do século IV d.C.

Exemplo disso é a marcante representação do imperador Cômodo na grande atuação de Joaquim Phoenix, no filme *Gladiador* (2000), dirigido pelo diretor Ridley Scott. A forma com que Cômodo é retratado nesse filme ilustra muito bem as descrições de Dião Cássio, Herodiano e o autor da biografia de Cômodo na *História Augusta*, construída com uma visão pouco crítica da documentação antiga em relação ao imperador ora estudado, trazendo uma memória negativa sobre o mal-falado Cômodo. Assim, consideramos de suma importância a realização de um tratamento documental visando ter uma melhor compreensão dos anseios e estratégias desses imperadores que comumente são retratados simplesmente como bons ou maus.

Portanto, em nossos questionamentos acerca da representação do imperador Cômodo na *História Augusta*, uma documentação textual que, longe de ser neutra, foi escrita por homens com densas ambições políticas em mente, procuramos mostrar como ela buscava fazer uma crítica ao regime de *Dominato* vigente no IV século d.C.

⁸⁵ Trata-se de Sétímio Severo, imperador de 193 a 211 d.C.

Cômodo certamente não foi um tirano para todos, como também não foi o mais apto dos imperadores em negociar com os diferentes grupos e todas suas heterogeneidades. Também longe de ser um deus, Cômodo era humano e, por isso, complexo. Refletir seu governo e pensar suas estratégias, sua maneira de negociar com os vários setores da população e suas representações também é algo denso e que buscamos fazer problematizando a *História Augusta* e a historiografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos fazer uma revisão da bibliografia a respeito da *História Augusta* com o intuito de observar sua constituição como documento histórico. Procuramos compreender em qual contexto cultural e político a *História Augusta* foi elaborada e quais eram as intenções do autor que escreveu a biografia de Cômodo. Para tanto, observamos as considerações dos autores antigos até a historiografia contemporânea a fim de refletir as características da *História Augusta*, tais como o gênero biográfico, data de composição, autoria e publicações relacionadas.

Para isso, iniciamos nosso trabalho fazendo uma breve explanação sobre o percurso do gênero biográfico. Observamos sua formação na antiguidade, com métodos de elaboração que, em um primeiro momento, eram considerados distintos do que era entendido como História. De modo sucinto, observamos que para os autores da antiguidade havia uma diferença entre um trabalho que tratasse sobre eventos históricos e uma obra sobre a vida de alguém. Vimos como Plutarco e Suetônio anunciaram em suas obras que estavam escrevendo biografias, e não história. De acordo com ambos os autores, a História devia buscar a síntese, a sobriedade e registrar os fatos, e nunca promover uma ornamentação ilusória; já a biografia poderia investir na narrativa dramatizada, possuir um estilo mais livre e, conseqüentemente, um compromisso menor com os fatos.

Pudemos perceber que mesmo na historiografia moderna há uma longa discussão em volta do gênero biográfico antigo. Para autores como Syme (1983) e Rohrbacher (2006) a biografia antiga, especialmente no caso da nossa documentação textual, a *História Augusta* é considerada um ramo menos elaborado da historiografia e, por isso, muitas vezes, a avaliam a partir de conceitos e características que diminuem seu estatuto literário. Para nós, as biográficas são documentos históricos, pois acreditamos que exista uma relação direta entre autor e texto. Assim, mostramos ao longo de toda nossa dissertação que a parcialidade existente nos documentos biográficos se torna uma aliada na compreensão dos autores, pois ela revela, em grande parte, a maneira como o biógrafo filtra o contexto histórico bem como suas intenções a partir do que foi registrado.

Tendo essa questão em mente, analisamos a disputada data de composição da *História Augusta*, um longo debate acadêmico de quase quatro séculos. Ao longo da obra, existem menções e dedicatórias aos imperadores Diocleciano, Constâncio Cloro e Constantino I. Isso fez com que alguns autores, como Klebs (1890) e Peter (1870), sugerissem que os supostos seis autores da obra trabalharam no processo de composição ao longo do governo destes três

imperadores. No entanto, alguns casos de anacronismos – por exemplo, menções a cargos e títulos que só surgiram a partir da segunda metade do século IV d.C. –, fazem com que autores como Dessau (1889), Machado (1998) e Rohrbacher (2016) acreditem que a *História Augusta* teria sido escrita no final do século IV d.C. Para nós, a datação dessa obra se localiza na segunda metade do século IV d.C., pois pensamos que sua produção é uma crítica ao poder imperial vigente – mais especificamente, ao Regime de Dominato. Acreditamos que a *História Augusta* denuncia a maneira como os membros da cúria romana viam o mundo político do qual participavam.

Assim como foram muitos os debates travados em torno da datação da *História Augusta*, também não são poucas as querelas envolvendo a autoria desta obra. As *Vidas* aparecem nos manuscritos existentes atribuídas a seis autores: Élio Esparciano, Júlio Capitolino, Vulcácio Galicano, Élio Lamprídio, Trebélíio Polião e Flávio Vopisco. Contudo, Dessau (1889) foi um dos primeiros autores a escrever sobre a hipótese de uma autoria única, assim como Honoré (1987), que apontou alguns sinais de humor que estabelecem uma conexão entre o nome do biógrafo e o carácter de certos biografados. Já Hengst (2010) considera a existência de vastas diferenças estilísticas entre as duas metades da *História Augusta* (parte do meio se perdeu) o que, de acordo com Hengst, significa que elas não podem ter sido escritas pelo mesmo autor. Em nossa percepção, nos parece possível que a *História Augusta* seja obra de autor único; detectamos semelhanças na forma como os supostos autores abordaram seus trabalhos, mostraram temas e seguiram um mesmo roteiro ao desenvolver as vidas. Contudo, também acreditamos ser possível a intervenção de um editor tardio. Assim, para nós a questão da autoria permanece uma incógnita.

É perceptível que a *História Augusta* é uma documentação textual complexa. De acordo com Syme (1983) não poderíamos considerá-la um trabalho histórico e, ainda de acordo com o autor, nenhum propósito claro poderia ser determinado. Logo, em nossas considerações, deixamos claro que ainda que os autores antigos utilizaram da imaginação na escrita de suas biografias, as *invenções* não anulam a possibilidade de investigação da individualidade, de uma trajetória singular de vida e do objetivo do autor, o que podem ficar, por meio desses artifícios, finalmente exposto. Nós acreditamos, que a *História Augusta* pode ser identificada como um indício de relativa autonomia do Senado Romano do final do IV século, que era capaz não só de produzir, mas também de pôr em circulação imagens de si e do Imperador que lhes eram próprias para a crítica do momento presente.

Ponto que fica mais definido no capítulo II desse trabalho, onde buscamos mostrar que as representações do Poder Imperial são uma conexão entre a sociedade e o governo. Trata-se da forma como o poder que governa uma sociedade é visto perante as outras governanças e perante a próprio povo. Esse imaginário pode ser veiculado por meio de suportes de naturezas diversas, como textos, esculturas, moedas, estátuas, pinturas e produções arquitetônicas. Assim observamos nos séculos III e IV d.C., procurando dar maior inteligibilidade à época de Diocleciano e da Tetrarquia; um período histórico riquíssimo que passou a se apresentar como renovado.

Durante o século III d.C., ficou mais evidente o processo de vulnerabilidade referente à manutenção da sucessão imperial e, conseqüentemente, à sustentação do próprio Império. Essas condições levaram Diocleciano a dividir o império entre os setores oriental e ocidental; dessa forma, manteve para si o controle pessoal do oriente, enquanto indicou Maximiano como seu coimperador no ocidente. Todavia, oito anos mais tarde, em 293 d.C., Diocleciano promove uma nova divisão política do Império; designou Galério como seu César e Maximiano fez o mesmo, nomeando Constâncio Cloro. Constituiu-se, assim, o sistema de Tetrarquia onde os quatro governantes – dois Augustos e dois Césares – possuíam capital, exército e administração próprios.

Vimos que os Césares eram chefes militares capazes de governar e proteger o Império, adotados como filhos pelos Augustos, a quem sucederiam em caso de morte, de incapacidade provocada pela velhice ou decorridos vinte anos de seus governos. Assim, no sistema tetrárquico, a imagem pública dos quatro imperadores foi cuidadosamente administrada para dar a aparência de um império unido. Portanto, os quatro tetrarcas apareciam idênticos em todos os retratos oficiais. Em 305 d.C., Diocleciano e Maximiano abdicam em favor de seus Césares respectivamente; então, Galério e Constâncio são elevados ao posto de Augusto e dois novos Césares foram nomeados: Maximino (César para Galério) e Valério Severo (César para Constâncio). Esses quatro formaram a segunda tetrarquia. Essa nova formação, entretanto, desmascarou a fragilidade do sistema sucessório e não obteve o mesmo sucesso que a primeira. A divergência surge com a nomeação dos novos Césares e, desse modo, retornam as disputas pelo trono.

Diante do que foi exposto em nosso trabalho, percebemos que a formação tetrárquica sofreu muitas instabilidades. Ainda que os governantes dividissem o poder e este estivesse presente em quatro pontos estratégicos do território – numa tentativa de melhor controlar as fronteiras e as influências políticas –, esse fato provocou um aumento do número de

funcionários que, sem dúvida, também ampliou significativamente na arrecadação de impostos, e assim, ocasionou contrariedades que prejudicaram a continuidade da Tetrarquia.

Assistimos consolidar-se, no século IV d.C., o regime de *Dominato*. Nessa nova forma de governo, observa-se a existência de todo um repertório religioso que sustenta a ordem política, configurando um sistema ideológico cujo pilar é a crença de que o soberano governa tanto por meio de auspícios celestes como, além disso, é também um autêntico ser divino, intitulado *Dominus*. A partir disso, verifica-se a construção de uma imagem a respeito do imperador, que passou a ficar mais reservado, menos acessível e se adornar com símbolos de poder. A autoridade soberana dos imperadores era demonstrada por suas túnicas, que eram enfeitadas com pedras preciosas, pela tiara imperial, assim como pela elaborada cerimônia exigida a qualquer pessoa que deles se aproximassem. Dessa forma, a linguagem dos símbolos era uma forma de domínio, fundada no poder pessoal do imperador e considerada como mecanismo criador de pensamento, sustentação, manutenção e ajustamento do Império Romano Tardio. Assim, essa postura sacra do imperador, que deveria ser vista como natural e incontestável, o diferenciava dos demais habitantes do Império e legitimava sua posição de governante.

No entanto, é interessante destacar que, no século IV d.C., o funcionamento do governo foi um fenômeno multifacetado, do qual participaram o Senado e o Exército. O Senado produzido pela reorganização política e institucional de Diocleciano e Constantino passou a ser um organismo transformado. Assim, no período assinalado, sucedeu-se o fortalecimento de um pequeno grupo de senadores que operou na cidade de Roma e que desenvolveu, dentro de algumas décadas, um senso muito forte de pertença e uma forte identidade, com o entendimento de integrar a uma elite exclusiva em comparação a qualquer outro grupo social e governamental. Longe de ser estático ou monopolizado, o Senado, pelo que pretendemos mostrar, era, na verdade, um campo altamente competitivo que, se por um lado sofria uma grande influência do imperador, por outro, os senadores tinham acesso a importantes postos de comando, tanto na burocracia quanto nos governos das províncias.

Por conseguinte, o Senado não deixava de se pronunciar e, até mesmo, de se expor politicamente. Mesmo evitando entrar em conflito com os imperadores, a instituição podia, também, marcar o seu espaço, criticando ou reclamando de decisões imperiais. Ressaltamos que essa ordem promovia a *apoteose* e a *damnatio memoriae* dos imperadores. Essas práticas consistiam em, após a morte do soberano, o Senado se reunir e deliberar se o imperador tinha sido um bom ou um mau governante. No caso de o imperador tivesse sido um bom governante,

aconteceria a *apoteose*, e então, ele se tornaria um deus e merecia um culto público. Se, por outro lado, tivesse sido um péssimo governante, sofreria a *damnatio memoriae*. Dessa forma, o Imperador seria, então, oficialmente condenado e teria seu nome apagado das inscrições assim como seus retratos destruídos.

Desse modo, observamos que os senadores se valiam de um conjunto de qualificações morais, o *Mos Maiorum*, para manifestar críticas ou fazer denúncias ao governo e à conduta dos imperadores. Caracterizado pela busca de um equilíbrio, o *Mos Maiorum* estaria vinculado à excelência ou à perfeição. Sob esse aspecto, a exaltação das virtudes no mundo romano estaria relacionada à prática política, portanto, um imperador não deveria nunca se deixar tomar pelas paixões, mantendo sempre o autocontrole de suas emoções, para que não fosse dominado pela vingança, crueldade e os vícios mais baixos. Tal perspectiva ideológica pode ser rastreada na análise de outras documentações históricas, tal como Tácito, Suetônio, Amiano Marcelino, Aurélio Victor e nossa própria documentação textual, a *História Augusta*, na qual podemos encontrar indicações dos valores tradicionais romanos que permeavam a sociedade. Desse modo, ao escreverem suas biografias, os autores direcionavam seus escritos para um tratamento ilustre ou lançavam uma *damnatio memoriae* sobre imperadores que, em suas atitudes, não corresponderam aos anseios da ordem senatorial.

A partir dessa constatação, analisamos, no capítulo III, a maneira como é construída a imagem do imperador Cômodo na *História Augusta* como uma crítica ao regime de *Dominio* no século IV d.C. Buscando mostrar o propósito do autor da *Vida* de Cômodo, observamos a representação do Imperador na *História Augusta*. Para nos ajudar nas contraposições, utilizamos uma obra de Dião Cássio assim como uma obra de um senador romano, Herodiano, que possivelmente era um equestre.

Dessa forma, por meio da *História Romana* de Dião Cássio e da *História do Império Romano* de Herodiano, foi possível perceber como esses autores, ambos pertencentes a grupos de elites, buscaram retratar Cômodo de uma forma que servisse seus interesses no contexto em que eles escreveram suas obras, o que também foi feito pelo autor da *História Augusta*. Assim, pudemos mostrar que Herodiano vê o Imperador Cômodo com um olhar menos negativo do que Dião Cássio e a *História Augusta*, possivelmente porque Herodiano teria proximidade com o exército, que considerava Cômodo como um bom dirigente. Portanto, ao refletirmos a biografia do Imperador Cômodo na *História Augusta*, fica claro a origem senatorial do autor que considera as ações do *Princeps* muito instável e desonrosa, de maneira que a *Vida* do

Imperador oferece um novo rosto a ser utilizado para apontar falhas e contrariedades na nova forma de governo vigente, o Dominato.

Dito isso, analisamos, na biografia de Cômodo, os mecanismos de funcionamento do romano Principado Romano e o papel que ele teria desempenhado para legitimar sua posição. Vimos como a dinastia dos Antoninos até Marco Aurélio, na *História Augusta*, é bastante elogiosa, uma consequência da forma de governo que seus antecessores intermediaram, com diferentes graus de eficácia, os grupos da plebe e do exército, porém, dando atenção especial para os seus colegas senadores. Isso possibilitou a aparência de que o *Princeps* era apenas o primeiro entre iguais, sem exaltar sua posição extraordinária.

Contudo, essa visão tem uma ruptura quando Cômodo, segundo a *História Augusta*, buscou governar sem o apoio do senado. A *Vida* desse Imperador põe em dúvida seu nascimento nobre, ressaltando a crueldade de Cômodo e evidenciando uma coleção de comportamentos inadequados a um imperador. O ponto de maior incredulidade na construção da biografia do Imperador Cômodo na *História Augusta* é o momento em que Cômodo luta como gladiador, e exalta a figura de Hércules, como se ele sentisse a própria divindade, o que, para o Senado, era inadmissível.

No entanto, refletimos que, ao matar feras exóticas na arena, recriando, assim, os feitos de Hércules, Cômodo tornava visual, em frente a milhares de pessoas, sua capacidade simbólica de trazer prosperidade assim como teria feito Hércules, de acordo com os mitos. Ao lutar como gladiador e triunfar, Cômodo também comunicou sua capacidade de proteger seus cidadãos do caos e de assegurar a ordem. Uma leitura possível, que se contrapõe à negatividade que tais elementos promoveram na representação desse imperador como Hércules e gladiador sob a *História Augusta*, Dião Cássio e Herodiano. Assim, fica claro como tais mensagens parecem ter sido destinadas aos grupos dos exércitos e da plebe, que melhor compreenderam seus propósitos, ao passo que os grupos das elites, como os senadores, viram isso como uma séria afronta à sua dignidade. Por isso, Cômodo enfrenta diversas conspirações que envolvem membros do Senado e, até mesmo, pessoas da sua própria família.

Portanto, Cômodo certamente não foi um tirano para todos, como talvez não tenha sido o mais apto dos imperadores para fazer intermédio entre os diferentes grupos com todas suas heterogeneidades. Diante disso, terminamos o trabalho com uma ideia que nos ficou bastante perceptível durante toda a pesquisa: que a *Vida* de Cômodo na *História Augusta* foi elaborada com o objetivo de exprimir a mentalidade senatorial do século IV d.C., sendo a ordem senatorial do IV século d.C. representada, na biografia de Cômodo, pela ordem senatorial do II século

d.C., que estava bastante incomodada com o poder que o Poder Imperial adquiriu durante o *Dominato*.

9. BIBLIOGRAFIA

Documentação textual

HISTÓRIA AUGUSTA. Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cómodo. Volume I. Tradução do latim, introdução, notas e índice de Cláudia A. Teixeira, José Luís Brandão e Nuno S. Rodrigues. Coimbra: Universidade de Coimbra, CECH, 2011.

SCRIPTORES HISTORIE AUGUSTAE. Volume I. Tradução de David Magh. Massachusetts: Harvard University Press; London, England: William Heunemann, 1993.

Documentação de apoio

AURÉLIO VICTOR. **Liro de los Césares.** Trad. Emma Falque. Madrid: Gredos, 1999.

DIO CASSIUS. **Roman History.** Volume IX, Books 71-80. With an english translation by Earnest Cary. London: The Loeb Classical Library, 1927.

ECHOLS, Edward C. **Herodian of Antioch's History of the Roman Empire.** Translated from the Greek. University of California Press Berkeley and Los Angeles, 1961. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/pearse/morefathers/files/herodian_00_intro.htm>. Acesso 10 jul. 2014.

EUTROPIO, Flavio. **Breviarium Historiae Romanae: ab urbe condita usque ad Valentem et Valentinianum Augustos.** Tradução de Manoel Vaz Lobo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

HERODIANO. **Historia del Imperio Romano después de Marco Aurélio.** Traducción y notas por Juan J. Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.
London: The Loeb Classical Library, 3v, 1982.

MARCELLINUS, Ammianus. **History.** With an english translation by John C. Rolfe. 1950.

PLUTARCH. **The Parallel Lives.** 4 v. Londres: Loeb Classical Library edition, 1919.

_____. **The Parallel Lives.** 5 v. Londres: Loeb Classical Library edition, 1919.

SUENTONNIUS. **The Lives Of The Twelve Caesars – Complete.** Los Angeles: Echo Library, 2006.

Dicionários

British Library. Disponível em:

<http://www.bl.uk/catalogues/bookbindings/LargeImage.aspx?RecordId=020-000004622&ImageId=ImageId=41916&Copyright=BL> . Acesso em: 5 set. 2020.

CAMBRIDGE DICTIONARY. Verbete: *Fälscher*. Cambridge University Press, 2020.

HARRISON, Thomas. **Glossary of Ancient and Modern Terms**. In: BISPHAM, Edward;

HARRISON, Thomas; SPARKES, Brian A. (Ed.). **The Edinburgh Companion to Ancient Greece and Rome**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006.

MANN, Trischa. **Australian Law Dictionary**. 3 ed. Oxford University Press, 2018. Verbete: Dominus. Disponível em: Acesso em: <https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780190304737.001.0001/acref-9780190304737-e-1256?rskey=84xqKo&result=1>. 13 set. 2020.

MORWOOD, James (Ed.). **The Pocket Oxford Latin Dictionary**. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Arruda de. **Aspectos do latim vulgar**. *Entrepalavras*, Fortaleza - ano 3, v.3, n.esp., p. 143-151, ago/dez 2013

OLIVEIRA, Roberto Arruda de. **Aspectos do latim vulgar**. *Entrepalavras*, Fortaleza - ano 3, v.3, n.esp., p. 143-151, ago/dez 2013

LEVI, Lucio. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998

HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony; EIDINOW Esther. **The Oxford Classical Dictionary. Fourth edition**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2012.

PELLING, Christopher. **Oxford Classical Dictionary**. Verbete: *Greek biography*. 2015. Disponível em: <https://oxfordre.com/classics/view/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-1104?rskey=HHISSK&result=3>. Acesso em: 3 set. 2020.

RUSSEL, Donald. **Oxford Classical Dictionary**. Verbete: *Encomium*. 2016. Disponível em: <https://oxfordre.com/classics/view/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-7039>. Acesso em: 06 ago. 2020. Verbete: *Encomium*.

Obras gerais

ADAMS, Geoff. **The Emperor Commodus: Gladiator, Hercules or a Tyrant?** BrownWalker

ALENCAR, Rosane Dias de. **A construção da imagem do governante: uma análise das representações do imperador Constantino (306 – 337 d.C.)** 2007. 171f. Dissertação (Mestrado em História) _Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiana.

ALFÖLDY, Géza. **A história social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

ALVES, Sergio Lourosa. **As ideias cosmopolitas de Marco Aurélio**, Cadmo 20 561-581, 2010.

ARAÚJO, Brunno Oliveira. **Uma introdução ao Baixo Império Romano: Pesquisa e Debate Científico no Brasil**. In: Plêthos - Revista discente de estudos sobre antiguidade e medievo. 2,1, 2012. p. 114-130. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/revistaplethos/arquivos/vol2num1/9brunno.pdf>. Acesso em: 15/09/2020.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antigüidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ANTIQUEIRA, Moisés. Existiu um Editto de Galieno? **Antiguidade Clássica** 7, nº 1, 2011, pp. 121-139.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética: A Teoria do Romance**; Editora Unesp, São Paulo 1993, Terceira Edição.

BARNES, Timothy David. **The Sources of the Historia Augusta**. Collection Latomus 155. Bruxelles: Latomus, 1978.

_____. **The sources of the Historia Augusta** (1967-1992). in Bonamente, G. & Paci G. ed. *Historiae Augustae colloquium Maceratense*, Bari, Edipuglia, 128, 1995

_____. **Ammianus Marcellinus and the Representation of Historical Reality**. New York: Cornell University, 1998.

_____. **Ammianus Marcellinus and the Representation of Historical Reality**. New York: Cornell University, 1998.

_____. **The Historia Avgvsta**. *The Classical Review*, v. 62, p.188-191, 2012.

BARROS, José D'Assunção. **A Construção Social da Cor – Diferença e Desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BARTON, C. A. **The Sorrows of the Ancient Romans; the Gladiator and the Monster**. Princeton: University Press, 1996

BASTIEN, Pierre. HUVELIN, Hélène. **Trouvaille de Folles de la Période Constantinienne (307-317)**. Belgique: Éditions Cultura Wetteren, 1969.

BAYNES, Norman H. **The Historia Augusta. Its Date and Purpose**. Oxford, 1926.

BENABOU, Marcel. **Suétone, les Césars et l'histoire, introduction à La vie des douze Césars**, éd. Folio, Gallimard, Paris 1975, 7-30.

BENEDETTI, Pedro. **Para compreender o papel da FORTVNA no destino do Império em Amiano Marcelino**. *Primordium*, v. 1, p. 94-112, 2016.

BIRLEY, Anthony. **The Augustan History**. Latin Biography, 1967

_____. **Lives of the Later Caesars**. United Kingdom: Penguin, 1988.

_____. **Further Echoes of Ammianus in the Historia Augusta**. *HAC* : 53–58, 1991.

_____. **Marcus Aurelius, a Biography**, New York, 1999.

_____. **Rewriting second- and third-century history in late antique Rome: the Historia Augusta**. Classica. 19 n.1. Brazil: Belo Horizonte, 2006.

_____. **Adriano: o imperador inquieto: biografias imperiais romanas**. Routledge, 2013

BOER, Willem den, **Alguns Historiadores Romanos Menores** . Leiden, 1972.

BRADLEY, K. R., **Imperial virtues in Suetonius' "Caesares"** JIES 4, 1976, 235; Lounsbury, R. C., «“Inter quos et Sporus erat”: The making of Suetonius' “Nero”» ANRWII, 33, 1991, 3752-3755.

BRANDÃO, José Luiz L. **Cómodo: outro Calígula, outro Nero**, Humanitas 59 133-145, 2007.

_____. **Tirano ao Tibre! Estereótipos de Tirania nas “Vidas dos Césares” de Suetônio**» Humanitas60, 2008, 115-137, 2008.

BURGESS, Richard W. **Na data do Kaisergeschichte**. Filologia Clássica . 90(2): 111-128, 1995.

_____. **Uma fonte comum para Jerônimo, Eutrópio, Festo, Amônio e Epítome de Caesaribus** entre 358 e 378, juntamente com outras reflexões sobre a data e a natureza do Kaisergeschichte. Filologia Clássica. 100(2): 166-192,

BURKE, Peter. **A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Varieties of Cultural History**. Cornell Paperbacks, Cornell University Press, 1997.

BRUUN, Christer. The Antonine Plague and the "Third-Century Crisis. in Olivier Hekster, Gerda de Kleijn, Danielle Slootjes (ed.), **Crises and the Roman Empire: Proceedings of the Seventh Workshop of the International Network Impact of Empire**. Leiden/Boston: Brill, 2007.

CAEROLS PÉREZ, José Joaquim. **Embusteros, fingidores y falsarios en la "Historia Augusta"**. In: MARTÍNEZ GARCÍA, Javier (Coord.). Falsificaciones y falsarios de la Literatura Clásica. Madrid: Ediciones Clasica, 2011, p.85-96.

CAMERON, Alan. **The Last Pagans of Rome**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

CAMERON, Averil. **The later roman empire**. London: Fontana Press, 1993.

CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan; WHITBY, Michael (Ed.). **Late Antiquity: Empire and Successors**, A.D. 425–600. The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2008.

CAMERON, Averil. **El Bajo Imperio romano (284-430 d. de C.)**. Madrid: Encuentro, 2001. Versão digital disponível em: <https://www.fiuxy.com/ebooks-gratis/3697398-elbajo-imperio-romano-284-430-d-c-averil-cameron-multiformato.html>. Acesso em: 25 de set. 2020.

CARDOSO, Zélia de Almeida: **A literatura Latina**. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2003.

CARVALHO, Margarida Maria de. **Temístio, o imperador Juliano e a discussão em torno do conceito de realza no século IV d.C.** História Revista. Universidade Federal de Goiás, v. 11, n. 1, p.121-133, 2006.

_____. **Paidéia e Retórica no Século IV d.C.: A Construção da Imagem do Imperador Juliano Segundo Gregório Nazianzeno**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2010.

CASCIO, Elio Lo. **The new state of Diocletian and Constantine: From the tetrarchy to the reunification of the empire**. In A. Bowman, A. Cameron, & P. Garnsey (Eds.), *The Cambridge Ancient History* (The Cambridge Ancient History, pp.170-183). Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Miraflores: Editora DIFEL, 1990

CHASTAGNOL, André, BHAC 1963, p. 50 - 66. **La prefecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire**. Paris, Presses Universitaires de France, 1960.

_____. L'Évolution de l'Ordre Sénatorial aux III et IV siècles de notre ère. **Revue historique**. Paris, 1970

_____. "Introduction Générale", in: **Histoire Auguste: les empereurs romains de IIe et IIIe siècles**. Paris: R.Laffont 1994.

CHRISTOL, Michel. **Les Réformes de Gallien et la carrière sénatoriale**. Roma: Ed. di Storia e Letteratura, 1982.

CORASSIN, Maria Luiza. **A composição da biografia de Severo Alexandre na História Augusta**. Revista de História (USP), São Paulo, v. 119, p. 153-178, 1988.

_____. **Biografia e História na "Vita Aureliani"**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 17, n.33, p. 98-111, 1997.

COUTO, Américo Henrique Marquez do. **As representações de poder no governo de Adriano segundo Dion Cássio e a História Augusta**. Archai, Brasília, n.3, p.15-29, Jul. 2009.

DEL PRIORE, Mary. **Biografia: quando o indivíduo encontra a História**. Topoi, v.10, n.19,2009, p.7-16. Disponível em:

http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%202001%20artigo%201.pdf. Acesso em: 24/04/2020.

DEN HENGST, Daniel. **Emperors and Historiography**. BRILL, 2010.

DIGESER, E. **The making of a Christian Empire: Lactantius and Rome**. Ithaca: Cornell University Press, 2000.

DRINKWATER, John. **Maximinus to Diocletian and the 'crisis'**. In: BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter; CAMERON, Averil (org.). *The Cambridge Ancient History: The Crisis of Empire, a.d. 193-337*. v. VII. Cambridge: Cambridge University, 2005. p. 28-66.

DOMINK, William. **Tacitus and Pliny on Oratory**. in: *A companion to Roman Rhetoric*. W. Domink; J. Hall (Org). Oxford: Blackwell. 2007. p, 328

ENMANN, Alexander. **Eine verlorene geschichte der römischen Kaiser e um livro de viris illustribus urbis romae . Filólogo, não**. Banda 4 do suplemento, Heft 3. p. 337-501, 1884.

ESPINOSA, Urbano Ruiz. **El reinado de Cómodo: Santo Agostinho 224-225 subjectividad y objectividad en la antigua historiografia**, *Gerion* 2 113-149, 1984.

FALQUE, Emma. **Introducciones, traducción y notas**. In: _____. *EUTROPIO. Breviario / AURELIO VÍCTOR. Libro de los Césares*. Madrid: Gredos, 2008.

FRANÇA, Tiago, **Biografia E História Na Antiguidade Clássica: Estudo Da Obra De Suetônio**. V Congresso internacional de História. 2011.

FRANCHI, Ana Paula. **Poder Imperial e Legitimação no século IV d.C.: o caso do “Panegírico de Constantino”**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2009.

FRIGHETTO, Renan. **Política e Poder na Antiguidade Tardia: Uma abordagem Possível**. *História Revista*, Goiânia, v.11, n.01, p.161-177, 2006.

_____. **Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras Numa Época de Transformações (Séculos II- VIII)**. Curitiba: Juruá, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo A. **A Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

_____. **Repensando o Mundo Antigo**. Textos Didáticos, Nº 49. IFCH/Unicamp, 2005A.

_____. **Teorias e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica**. *Mneme Revista de Humanidades. Dossiê Arqueologias Brasileiras*. V.06, n.13, dez.2004/jan, 2005B.

_____. **Os historiadores e a cultura material**. In: PINSKY, Carla B. (Org) *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005C. p.81-108.

FRANCHI, Ana Paula. **Relações de poder e a formação da Tetrarquia sob a perspectiva dos panegiristas latinos no século III d. C.**, Revista Plêthos, 3, 2, 2013.

FURLANI, João Carlos. **Usos do gênero biográfico na Antiguidade Tardia: educação e moral cristã em Vita Olympiadis**, Revista Ágora. Ed. 20, pág. 151-165. 2014.

GARRAFFONI, Renta, Senna. **Os jogos de gladiadores**. In. BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco. **História de Roma Antiga Volume II: Império e Romanidade Hispânica**. Portugal, Coimbra University Press, 2020.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989

GOODMAN, M. **The Roman World**, 44bC-AD180. London: Routledge, 1997

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **A legitimação do poder imperial e os problemas sucessórios nos breviários de historia romana produzidos no IV século d.C.** História Revista. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, v. 11. n.1, 2006.

_____. Rupturas e Continuidades: **Os Antoninos e os Severos**. Fênix (Uberlândia), v. 4, p. 10-25, 2007.

_____. **Cômodo e a difícil tarefa de substituir Marco Aurélio: Poder e Legitimidade**. Phoinix (UFRJ), v. 18, 2012.

GONÇALVES, Bruna C. **A visão de Amiano Marcelino sobre a Sucessão do Poder Imperial Romano em um Período de barbarização do Exército**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado/ Licenciatura em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Franca, Franca, 2008.

_____. **Constructos Identitários entre os Conceitos de Realeza de Temístio e Amiano Marcelino (Século IV d.C.)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Franca, Franca, 2011.

GRANT, Michael. **A Queda do Império Romano**. Lisboa: Presença, 2009.

GRIMAL, Pierre. **O Império Romano**. RJ: Edições 70, 1993

GUARINELLO, Norberto Luiz. Roma, o poder e a história. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Orgs.). **As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião**. Vitória: EDUFES/PPGH UFES, p.281-293, 2006.

_____. **O Império Romano e nós**. In: SILVA, G. V. & MENDES, N. M. (Orgs.) Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: Edufes, p.13-19, 2006.

_____. **Ensaio sobre a História Antiga**. Tese apresentada para o concurso de livre-docência na área de história antiga - Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. 2014.

HAMILTON, N. **Biografy, a brief history**. Harvard: University Press, 2007

HANNESTAD, N. **Roman art and imperial policy**. Aarhus: Aarhus University Press, 1988.

HEKSTER, Oliver. **Commodus: An Emperor at the Crossroads**. Brill, 2002.

_____. **The Roman Empire After the Death of Marcus Aurelius**. In: ACKEREN, M. A Companion to Marcus Aurelius. Blackwell Publishing Ltd, 2012, p. 1-25.

HEKSTER, Olivier. **The Roman Empire**. In: BISPHAM, Edward; HARRISON, Thomas; SPARKES, Brian A. (Ed.). *The Edinburgh Companion to Ancient Greece and Rome*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. **El intelectual, la realeza y el poder político en el Imperio Romano**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995.

HONORÉ, T. **Scriptor Historiae Augustae**. Journal of Roman Studies, 1987.

HUSKINSON, Janet. Looking for culture, identity and Power. In: _____ (ed.) **Experiencing Rome: Culture, identity and power in the Roman Empire**. London: Routledge, 2005. p. 03-27.

JACQUES, François, **L'ordine senatorio attraverso la crisi del III secolo**, in: Giardina, A. (org), *Società Romana e Impero Tardiantico*, vol. 1, Bari: Laterza, 1986.

JENKINS, Keith. **A história Repensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

JONES, A. H. M. Inflation under the Roman Empire. **The Economic History Review**. New Series, vol. 5, n. 3, p. 293-318, 1953.

JONES, A. H. M. **The Later Roman Empire, AD 284-602. A social economic and administrative survey** v.3. Oxford: Blackwell, 1964.

JOSÉ, Natália Frazão. **A construção da imagem do imperador Augusto nas obras de Velício Patérculo, Plutarco e Suetônio**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca. 2011.

KEMEZIS, Adam. **Commemoration of the Antonine Aristocracy in Cassius Dio and the Historia Augusta**. The Classical Quarterly, v. 62, p.387-414, 2012.

KLEBS, E., Rheinisches Museum, N. F. 45, 1890, p. 436 ss. Foi o primeiro a adotar essa linha conservadora. Apud BARNES, T. D., The sources..., p, 91.

KELLY, Cristopher, **Later Roman Bureaucracy: going through the files**, in: Bowman, A.K. e Woolf, G. *Literacy and Power in the Ancient Word*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

KULIKOWSKI, Michael. **Marius Maximus in Ammianus and the Historia Augusta**. *The Classical Quarterly*, 57(1), 244-256, 2007.

LEMOS, Márcia Santos Lemos. **Cristãos e Pagãos e Cultura Escrita: as representações do Poder no Império Romano dos séculos IV e V d.C.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

LENSKI, Noel Emmanuel. **Failure of Empire: Valens and the Roman State in the Fourth Century A.D.** Berkley: University of California Press, 2002.

LEVILLAIN, P. **Os protagonistas da biografia**. In: RÉMOND, R. (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003

LUZ, C. S. **Breve Reflexão Sobre o Caráter Histórico Das Biografias Plutarquianas**. In: V Congresso Internacional de História, 2011, Maringá. V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2011. p. 2671-2677.

MACHADO, Carlos A. **Imperadores Imaginários: Política e Biografia na História Augusta (Século IV d.C.)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1998.

_____. **A Antiguidade tardia, a queda do Império romano e o debate sobre o “fim do mundo antigo”** Revista História. São Paulo. 2015.

MacMULLEN, Ramsay. **Le déclin de Rome et la corruption du pouvoir**. Paris: Les Belles Lettres, 1991.

MacMULLEN, Ramsay. **Imperial Bureaucrats in the Roman Provinces**. Harvard Studies in Classical Philology, vol. 68, p. 305-316, 1964

MAGIE, David. **Uma Historia Augusta** . Londres e Harvard: [Loeb Classical Library](#), 1921.

MAROTTA, Valerio. **Il potere imperiale dalla morte di Giuliano al crollo dell’Impero d’Occidente**. In: Storia di Roma. T.III. v. 1. Torino: Einaudi,1993.

MARRIOTT, Ian, **The authorship of the Historia Augusta: two computer studies**. JRS, 69, 1979

MECKLER, Michael. **Comparative approaches to the Historia Augusta**, in Edmund P. Cueva and Javier Martínez, eds., Splendide Mendax: Rethinking Fakes and Forgeries in Classical, Late Antique and Early Christian Literature, 205-215. Groningen, 2016.

MÉNARD, H. **Maintenir l’ordre à Rome** (Ile -IVe siècle ap. J. – C.) Seyssel: Champ Vallon, 2004.

MILLAR, Fergus. **A Study of Cassius Dio**. London: Oxford University Press, 1964.

MOLINIER-ARBO, Agnes. **La Vie de Commode dans l’histoire Auguste**. Paris: BOCCARD, 2012.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **An Unsolved Problem of Historical Forgery: The Scriptores Historiae Augustae**. Journal of the Warburg and Courtauld Institutes 17, n. 1/2, p.22-46, 1954.

_____. **Resenha de: SYME, Ronald. Ammianus and the Historia Augusta**. Oxford: Clarendon Press, 1968. The English Historical Review, v.84, n.332, p.566-569, 1969.

_____. **Resenha de: SYME, Ronald. Emperors and Biography. Studies in the Historia Augusta**. Oxford: Clarendon Press, 1971. The English Historical Review, v.88, n.346, p.114-155, 1973.

_____. **Ammiano Marcellino e la Historia Augusta** (a proposito del libro di Ronald Syme). In: Quinto contributo Alla storia degli studi classici e del mondo antico, Roma, 1975.

_____. **Le regole del gioco nello studio della storia antica**. In: “Sui fondamenti della storia antica”. Turin: Einaudi, 1984.

_____. **Secondo Contributo Alla Storia Degli Studi Classici**. Roma: Ed. Di Storia e Letteratura, 1984.

_____. **Os limites da Helenização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

_____. **The Development of Greek Biography. Expanded Version**. Harvard: University Press, 1993.

_____. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: Edusc., 228 p, 2004.

MOMMSEN, Theodor., **Die Scriptores Historiae Augustae**. Hermes, 1890

MORANO RESANO, Esteban. **Los Vascones de la Literatura Latina tardia** (sigles IV-VII). In: PINTADO, Javier Andreu (Ed.). Los Vascones de las Fuentes Antiguas. En torno a una etnia de la Antigüedad Peninsular. Instrumenta, 32. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, p.261-290, 2009.

MORENO, Luis García. **El bajo Imperio Romano**. Madrid: Síntesis Editorial, 2005.

PARATORE, Ettore. **História da literatura latina**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d

PASCHOUD, François, **La figure de Théodose chez les historiens païens**, in F. Paschoud, ed., Eunape, Olympiodore, Zosime (Bari) 78 – 367, 2006.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Idéias morais e políticas dos romanos. In: Estudos de História da Cultura Clássica**. II volume Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002

PETER, H. **Die römischen sogenannten Dreissig Tyrannen**. Abhandlungen der Königlich-sächsischen Gesellschaft der Wissenschaften, philologisch-historische Klasse 27 : 179–222, 1909.

PINTADO, Javier Andreu. **Los Vascones de Las Fuentes Antiguas**: En Torno a una Etnia de La Antigüedad Peninsular. Barcelona: Edicions de La Universitat de Barcelona, 2009.

PORTA, G. **Un Caligola dell' Historia Augusta, Commodo, Atene e Roma** 20 165-170, 1975.

Potter, David S. **A Companion to the Roman Empire**. Wiley-Blackwell, 2009.

POTTER, David S. **The Roman Empire at Bay**. 2nd ed. Abingdon, UK, 2014. Press, 2013.

RABÊLO, Laliane. **Período Valentiniano e os Aspectos Políticos e religiosos**: As Moedas como Fonte. In: Semana de Arqueologia, I, 2013, Campinas. Anais da I Semana de Arqueologia. Arqueologia e Poder. Campinas: UNICAMP, 2013. p.1-15. Disponível em: <<http://www.nepam.unicamp.br/arqueologiapublica/revista/anais/antiguidade-arqueologia-e-poder/PDFs/arquivo7.pdf>>. Acesso 18 nov. 2014.

RATTI, Stéphanie. **Histoire Auguste IV.2**: Vies des deux Valériens et des deux Galliens. Paris: Les Belles Lettres, 2000.

_____. **Réponses de l'Histoire Auguste aux apologistes Tertullien et Lactance**. Museum Helveticum 59: 229–37, 2002.

_____. **394: Fin de la rédaction de l'Histoire Auguste ?** Antiquité tardive 16: 335–48, 2008.

RÉMONDON, Roger. **La crisis del Imperio Romano: de Marco Aurélio a Anastasio**. Barcelona: Editorial Labor, 1967

REVELL, Louise. **The roman emperor**. In: _____. Roman imperialism and local identities. New York: Cambridge University, 2009.

ROHRBACHER, David. **The Play of Allusion in the Historia Augusta**. Madison, WI/London: University of Wisconsin Press, 2016.

ROHRBACHER, David. **The Sources of the Historia Augusta Re-examined**. Histos. 7, 2013.

RUIZ-WERNER, J. M. **La Biografia em Grécia**. In: _____. (org.) **Biógrafos Griecos**. España: Halar, 1973.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1978

SCHWARTZ, J., **Sur la date de l'Historie Auguste**. Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg, 1961, pp. 169-176.

SEAGER, R. **Ammianus Marcellinus: Seven Studies in His Language and Thought**. Columbia: University of Missouri Press, 1986.

SILVA, Gilvan Ventura da. **Reis, Santos e Feiticeiros: Constâncio II e os Fundamentos místicos da basileia (337-361)**. Vitória: Edufes. UFES, 2003.

SILVA, Gilvan V, MARIA B. Nader, and SEBASTIÃO P. Franco. **As Identidades No Tempo: Ensaio De Gênero, Etnia E Religião**. Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (EDUFES), 2006.

SILVA, Semíramis Corsi. **A corrupção e os crimes de Heliogábalo: aspectos da governabilidade imperial romana e as práticas políticas do princeps sírio vistas por seus detratores (século III EC)**. In: ; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa (Orgs.). *Corrupção, Crimes e Crises na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Desalinho/CNPq, 2018, p.193-216.

SILVA, Uiran Gebara. **“A Escrita Biográfica na Antiguidade: Uma Tradição Incerta”**. *Politéia (UESB)*, v. 08, p. 67-81, 2008.

SILVESTRINI, Marina. **Il potere imperiale da Severo Alessandro ad Aureliano**. In: *Storia di Roma*, t.III, v.1, Torino: Einaudi, 1993.

SUMI, Geoffrey S. Introduction: Ceremonial Politics; The Princeps as Performer Creating Court Ceremony._____. **Cerimony and Power p Performing Politics in Rome between Republic and Empire**. Michigan: University of Michigan Press, 2005. p. 1-15; 220-262.

STADLER, Thiago. **Um ensaio sobre as virtudes: do bem supremo a personificação**. *Revista Vernáculo*, n. 21 e 22, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20790/13845> Acesso em: 20 de set de 2020.

STERN, Henry. **Date et destinaire de l’Histoire Auguste**. Paris: Les Belles Lettres, 1953

STEVENSON, T. R. **The ideal benefactor and the father analogy in Greek and Roman thought**. CQ, Oxford, V.42. 1992.

STOVER, J. & KESTEMONT, M., **The Authorship of the *Historia Augusta* : Two new computational studies**. In: *Boletim do Instituto de Estudos Clássicos*. 2016.

SYME, Ronald. **Ammianus and the Historia Augusta**. Oxford: Clarendon Press, 1968.

_____. **Emperors and Biography: Studies in the Historia Augusta** Oxford: Clarendon Press, 1971.

_____. **The composition of the Historia Augusta: recent theories**, JRS 123-133, 1972.

_____. **Propaganda in the Historia Augusta**, *Latomus* 37 173-192, 1978.

_____. **Historia Augusta Papers**. Oxford: Clarendon Press, 1983.

_____. **Ammianus and the Historia Augusta**. Oxford, Oxford University Press, 2001.

THOMSON, Mark. **Studies in the Historia Augusta**. Collection Latomus 337. Bruxelles: Latomus. 2012.

VAGI, David, L. **Coinage and History of the Roman Empire**. Vol. II, Coin World, 1999.

WATSON, Alaric. **Aurelian and the Third Century**. London & New York: Routledge 1999.

WIEDEMANN, Thomas. **Emperors and Gladiators**. London: Taylor & Francis Library, 2002.

WILLIAMS, Craig Arthur. **Roman Homosexuality. Ideologies of Masculinity in Classical Antiquity**. Oxford: University Press, 1999.

WILLIAMS, S. **Diocletian and the Roman Recovery**. London: Routledge, 1985.

WILKERS, Jhon. **Provinces and frontiers** . In: BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter; CAMERON, Averil (org.) *The Cambridge Ancient History: The Crisis of Empire, a.d. 193-337*. Cambridge: Cambridge University, 2008.

WINTERLING, Aloys. **Loucura imperial na Roma antiga**. *História, Franca*, v. 31, n. 1, 2012, p. 4-26.

WHITE, Peter. **The Author of the História Augusta**. *Journal of Roman Studies*, v.57, p.115-133, 1967.

MAPAS

BRITISH LIBRARY. *Map Of The British Isles By Matthew Paris*. Online Exhibitions. Disponível em: <http://www.bl.uk/onlinegallery/onlineex/unvbrit/m/001cotclad00006u00012v00.html>. Acesso em: 9 set. 2020.